

1 **ATA DA CENTÉSIMA TRIGÉSIMA SESSÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO**  
2 **UNIVERSITÁRIO DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS.** Aos vinte e sete  
3 dias do mês de novembro de dois mil e doze, às nove horas, reuniu-se o Conselho  
4 Universitário da Universidade Estadual de Campinas, em sua sede, no prédio da Reitoria II,  
5 Cidade Universitária “Zeferino Vaz”, em Barão Geraldo, Campinas, sob a presidência do  
6 **MAGNÍFICO REITOR**, Professor Doutor **FERNANDO FERREIRA COSTA** e com o  
7 comparecimento dos seguintes conselheiros: Adalberto Bono Maurizio Sacchi Bassi, Adilton  
8 Dorival Leite, Adriana Zerlotti Mercadante, Alan Godoy Souza Mello, Alvaro Pentead  
9 Crósta, Caio José Colletti Negreiros, Cicero Lívio Oregna de Souza Filho, Claudia Maria  
10 Bauzer Medeiros, Cláudio José Servato, Daniel Pereira, Diana Nascimento Moraes Novaes,  
11 Edgar Salvadori De Decca, Esdras Rodrigues Silva, Euclides de Mesquita Neto, Fernando  
12 Sarti, Francisco Hideo Aoki, Gláucia Maria Pastore, Guilherme Araújo Wood, Gustavo  
13 Hiroaki Shimizu, Hans Kurt Edmund Liesenberg, Isabela Cristina Rigonato Amante, Jacks  
14 Jorge Junior, Jessé Targino da Silva, João Frederico da Costa Azevedo Meyer, João  
15 Raimundo Mendonça de Souza, José Antenor Pomilio, José Cláudio Geromel, José Alves de  
16 Freitas Neto, José Ellis Ripper Filho, José Geraldo Pena de Andrade, José Roberto Rus Perez,  
17 José Teixeira Filho, Júlio César Hadler Neto, Lilian Tereza Lavras Costallat, Liliane Maria  
18 Ferrareso Lona, Luiz Carlos de Freitas, Luís Paulo Rizardi, Luiz Fernando Milanez, Manoel  
19 Barros Bértolo, Marcelo Brocchi, Margarida Barbosa, Maria Silvia Viccari Gatti, Mario José  
20 Abdalla Saad, Matilde Virgínia Ricardi Scaramucci, Nádia Farage, Osvaldir Pereira Taranto,  
21 Paulo Ferreira de Araújo, Paulo Graziano Magalhães, Paulo Sérgio Franco Barbosa, Paulo  
22 Sérgio Saran, Roberto Rodrigues Paes, Roberto Teixeira Mendes, Rodnei Bertazzoli, Ronaldo  
23 Aloise Pilli, Sérgio Luiz Monteiro Salles Filho, Shirlei Maria Recco-Pimentel, Silvia  
24 Fernanda de Mendonça Figueirôa, Sylla John Lerro Taves, Vicente José Costa Vale, Vivaldo  
25 Silveira Júnior, Walkiria Hanada Viotto e Watson Loh. Como convidados especiais,  
26 compareceram os professores Carlos Roque Duarte Correia, Fernanda Aparecida Cintra, Ítala  
27 Maria Loffredo D’Ottaviano, Paulo Eduardo Moreira Rodrigues da Silva, Ricardo de Oliveira  
28 Anido e Teresa Celina Meloni Rosa; os doutores Octacílio Machado Ribeiro e Patrícia Maria  
29 Morato Lopes; os senhores Antonio Félix Duarte, Edna Aparecida Rubio Coloma e Fernanda  
30 Gagliardi Amantini. Justificaram ausência à Sessão os seguintes conselheiros: Jorge Megid  
31 Neto, sendo substituído pelo professor José Alves de Freitas Neto; Antonio Alcir Bernárdez  
32 Pécora, sendo substituído pela professora Adriana Zerlotti Mercadante; Sérgio Robles Reis de  
33 Queiroz, sendo substituído pelo professor José Roberto Rus Perez; Ricardo Luiz Coltro  
34 Antunes, sendo substituído pelo professor Paulo Graziano Magalhães; Felipe Tannus Moreira  
35 da Costa sendo substituído pelo acadêmico Luis Paulo Rizardi; Joni Amorim; Sedi Hirano; e  
36 Alberto Soares da Silva. Havendo número legal, o **MAGNÍFICO REITOR** inicia a Centésima  
37 Trigésima Sessão Ordinária do Conselho Universitário oferecendo boas-vindas à diretora *pro*  
38 *tempore* da Faculdade de Enfermagem, professora doutora Fernanda Aparecida Cintra.  
39 Informa que os conselheiros estão recebendo o calendário de 2013, ilustrado pela professora  
40 Lygia Eluf, do Instituto de Artes, com texto de apresentação do professor Paulo Mugayar

1 Kühl, do mesmo Instituto. Além disso, está sendo entregue o livro *As árvores do campus da*  
2 *Unicamp*, cujos autores são Jorge Yoshio Tamashiro, Silvia de Melo Futado, André Fábio  
3 Medeiros Monteiro e João Carlos Galvão. A publicação contempla 87 das mais de quinhentas  
4 espécies presentes no *campus* de Barão Geraldo. Também está sendo entregue o livro  
5 *Coleções de Arte da Unicamp*. Iniciativa da Reitoria, a publicação contempla parte de um  
6 acervo de quase duas mil obras de arte do *campus*. A autoria do livro é das professoras do  
7 Instituto de Artes, Lygia Eluf e Claudia Valadão. A professora Claudia e a professora Lygia o  
8 procuraram quando ainda respondia pela Coordenadoria Geral da Universidade para que  
9 alguns alunos bolsistas do Instituto fizessem um levantamento das obras de arte da Unicamp,  
10 que são muitas. Ainda não consta a coleção completa, mas oferece uma visão bastante boa,  
11 com fotos e textos explicativos. Agradece às professoras Claudia, Lygia, e ao professor Paulo  
12 Franchetti, da Editora da Unicamp, que produziu os livros. Existe outro volume, que espera  
13 distribuir em breve, onde estão catalogados todos os pássaros do *campus*. Em seguida,  
14 submete à apreciação a Ata da Centésima Vigésima Nona Sessão, realizada em 25 de  
15 setembro de 2012. O Conselheiro ADALBERTO BONO MAURIZIO SACCHI BASSI  
16 solicita que na sexta linha das folhas 522, depois da palavra “congregação”, seja retirado o  
17 ponto e vírgula e as palavras “nesse caso”. O Conselheiro JOSÉ CLÁUDIO GEROMEL  
18 solicita que na linha 11 das folhas 466, conste “no cálculo” e não “o cálculo”. Nas mesmas  
19 folhas, linha 22, conste “CCG”, e não “CCPG. Não havendo outras observações, o  
20 MAGNÍFICO REITOR submeta a Ata à votação, sendo aprovada com duas abstenções. Em  
21 seguida, informa que na Ordem do Dia há um item que requer votação qualificada, trata-se do  
22 item 1, alteração dos Estatutos e Regimento Geral; há também o item 2 que trata de proposta  
23 de criação de uma nova unidade de ensino e pesquisa, a Faculdade de Ciências Farmacêuticas;  
24 os item 6 e 7 que tratam de distribuição de cargos de professores titulares e professores  
25 doutores; os itens 8 e 9 que tratam de propostas de distribuição de vagas para carreira de  
26 pesquisador, e vagas para atender a programa especial já aprovado, o Laboratório de  
27 Bioenergia. Por isso, esses assuntos devem ser discutidos em profundidade, com cuidado e  
28 não com pressa no final da reunião. Desta forma, irá inverter a ordem da Sessão, colocando a  
29 Ordem do Dia para discussão inicial e passando o Expediente para o final da reunião. Como  
30 destaques da Mesa há os itens 1 e 2, que tratam, respectivamente, de Alteração dos Estatutos e  
31 do Regimento Geral e da proposta de criação da Faculdade de Ciências Farmacêuticas.  
32 Solicita os destaques do Plenário. A Conselheira SILVIA FERNANDA DE MENDONÇA  
33 FIGUEIRÔA destaca os itens 7 – Proc. nº 01-P-15257/12–, que trata de distribuição de cargos  
34 de Professor Doutor e 19 – Proc. nº 33-P-19840/05–, em nome da Faculdade de Tecnologia.  
35 A Conselheira MATILDE VIRGÍNIA RICARDI SCARAMUCCI destaca o item 14 – Proc.  
36 nº 01-P-26889/11 –, que trata de Minuta de Deliberação Consu. O Conselheiro PAULO  
37 SÉRGIO SARAN destaca o item 15 – Proc. nº 01-P-01558/11 –, que trata de Cessão de área  
38 do Campus II de Limeira. A Conselheira NÁDIA FARAGE destaca, para discussão, os itens 9  
39 – Proc. nº 01-P-18421/11 –, proposta de atribuição de 05 vagas docentes; 35 – Proc. nº 25-P-  
40 23742/10 –, em nome do Centro Multidisciplinar; 36 – Proc. nº 25-P-02719/11 –, em nome do

1 Centro Multidisciplinar; e 80 – Proc. nº 15-P-14509/09 –, em nome do Hospital de Clínicas; e  
2 para simples registro de abstenção os itens 58 – Proc. nº 31-P-26451/09 –, em nome do  
3 Centro Pluridisciplinar de Pesquisas Químicas, Biológicas e Agrícolas – CPQBA; 64 – Proc.  
4 nº 28-P-04932/11 –, em nome da Faculdade de Engenharia de Agrícola; e 94 – Proc. nº 07-P-  
5 22625/09 –, em nome do Instituto de Biologia. O Conselheiro JOSÉ CLÁUDIO GEROMEL  
6 destaca o item 8 – Proc. nº 01-E-05740/12 –, que trata de distribuição de vagas para Carreira  
7 de Pesquisador. O Conselheiro ALAN GODOY SOUZA MELLO destaca o item 3 – Proc. Nº  
8 37-P-24955/12, que trata de proposta de Regimento Interno da Congregação da Faculdade de  
9 Tecnologia. Não havendo outros destaques, o MAGNÍFICO REITOR submete à votação os  
10 demais itens da Ordem do Dia, sendo aprovados por unanimidade os assuntos dos seguintes  
11 processos: D - REGIMENTO INTERNO DA FT – Parecer exarado pela Procuradoria Geral e  
12 Comissão de Legislação e Normas - 04) PROC. Nº 37-P-24954/12 - Proposta de Regimento  
13 Interno da Faculdade de Tecnologia – Deliberação da Congregação FT nº 113/12 – Pareceres  
14 PG-4048/12 e 4185/12 e CLN-21/12. E - REGIMENTO INTERNO DO IC – Parecer exarado  
15 pela Procuradoria Geral e Comissão de Legislação e Normas - 05) PROC. Nº 34-P-28040/04 -  
16 Proposta de alteração da Deliberação CONSU-A-04/06 que dispõe do Regimento Interno do  
17 Instituto de Computação – Deliberação da Congregação IC nº 92/10 – Pareceres PG-807/10,  
18 4098/12 e CLN-22/12. F – PROPOSTA DE DISTRIBUIÇÃO DE CARGOS OU FUNÇÕES  
19 DE PROFESSOR TITULAR – Parecer exarado pela Comissão de Vagas Docentes - 06)  
20 PROC. Nº 01-P-15254/12 - Distribuição de cargos ou funções de Professor Titular – MS-6  
21 para as Unidades de Ensino e Pesquisa – Parecer CVD-59/12. I – PROPOSTA DE  
22 ATRIBUIÇÃO DE VAGAS E RECURSOS PARA CONTRATAÇÃO DE DOCENTES –  
23 Parecer exarado pela Comissão de Vagas Docentes - 10) PROC. Nº 01-P-04871/10 - Proposta  
24 de atribuição de 01 vaga para atender a disciplina BG 091, do Curso de Formação  
25 Interdisciplinar Superior – PROFIS – Documento IB e Parecer CVD-57/12. J - CARREIRA  
26 DO MAGISTÉRIO SUPERIOR (MS) - a) Perfil Acadêmico, conforme Deliberação CONSU-  
27 A-003/11, alterada pela CONSU-A-11/12 – Parecer exarado pela CADI - 11) PROC. Nº 01-P-  
28 12137/86 - FEC - Proposta de alteração do inciso III.4 da Deliberação CONSU-A-17/11 que  
29 dispõe sobre o Perfil Acadêmico de Professor Doutor II (MS-3.2), Professor Associado I  
30 (MS-5.1), Professor Associado II (MS-5.2), Professor Associado III (MS-5.3) e Professor  
31 Titular (MS-6) da Carreira do Magistério Superior (MS) – Parecer CADI-955/12. K -  
32 MINUTA DE DELIBERAÇÃO CONSU – Parecer exarado pela Procuradoria Geral - 12)  
33 PROC. Nº 01-P-09210/87 - FEEC – 1) Proposta de Deliberação CONSU que estabelece os  
34 normas e procedimentos para promoção por mérito ou abertura de concurso para Professor  
35 Titular – Aprovado pela Congregação em 29.10.12 - Parecer PG-3931/12 e Despacho PG-  
36 9276/12 e CLN-25/12; 2) Proposta de Deliberação CONSU que define a Composição e as  
37 atribuições da Comissão de Avaliação e Contratação – CAC – (Revoga a Deliberação  
38 CONSU-208/09 especificamente o capítulo que trata da CAC) – Aprovado pela Congregação  
39 em 29.10.12 - Parecer PG-3931/12 e Despacho PG-9276/12 – Parecer CLN-26/12; 13) PROC.  
40 Nº 01-P-05903/10 - INOVA - Proposta de alteração de denominação do Pólo de Pesquisa e

1 Inovação da UNICAMP – alteração da Deliberação CONSU-A-02/10 - Despacho PG-  
2 9392/12 Parecer CLN-24/12. M - ELEIÇÃO PARA REPRESENTAÇÃO DOS  
3 SERVIDORES TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS, nos termos da Deliberação CONSU-A-  
4 22/99 – Para Aprovação - 16) PROC. Nº 01-P-19669/12 - Ata de Eleição para Representação  
5 dos Servidores técnico-Administrativos junto ao CONSU, para cumprimento de mandato de  
6 02 anos, a partir de 21.12.12. N - ELEIÇÃO DE REPRESENTANTES DISCENTES DA  
7 PÓS-GRADUAÇÃO – Para Aprovação - 17) PROC. Nº 01-P-19680/12 - Ata de Eleição de  
8 representantes discentes da pós-graduação junto ao CONSU e CCPG realizada nos dias 07 e  
9 08.11.12, para cumprimento de mandato de 01 ano, a partir de 01.01.13. O - FAEPEX –  
10 Composição do Conselho de Orientação, nos termos dos incisos VI ao X do artigo 6º da  
11 Deliberação CONSU-A-24/03, alterada pela CONSU-A-12/10 – Para Aprovação - 18) PROC.  
12 Nº 01-P-06002/90 - FAEPEX – Composição do Conselho de Orientação do Fundo de Apoio  
13 ao Ensino, Pesquisa e Extensão, a partir de indicações aprovadas pelo GT da FCA e  
14 Coordenadoria da COCEN, encaminhadas pela PRP. Q - PÓS-GRADUAÇÃO – Parecer  
15 exarado pela Câmara de Ensino, Pesquisa e Extensão - 20) PROC. Nº 36-P-15205/12 - FCA  
16 – Proposta de Implantação do Programa de Pós-Graduação em Pesquisa Operacional, em  
17 nível de Mestrado – Aprovada pelo GT-FCA em 22.05.12 e CCPG em 10.10.12 –  
18 Deliberação CCPG-297/12 – Parecer CEPE-378/12; 21) PROC. Nº 02-P-26561/10 - FCM –  
19 Proposta de criação de Áreas de Atuações na Residência Médica: Ano Adicional em  
20 Transplante de Rim – Pediatria – R3, do Programa de Pediatria (43R), a partir do Catálogo de  
21 2012; Cirurgia Crânio-Maxilo-Facial – R4, do Programa de Otorrinolaringologia (41R), a  
22 partir do Catálogo de 2013; Psicogeriatrics – R4, do Programa de Psiquiatria (46R), a partir do  
23 Catálogo de 2013. Aprovada pela Congregação em 31.08.12 e CCPG em 10.10.12 –  
24 Deliberação CCPG-291/12 – Parecer CEPE-379/12; 22) PROC. Nº 01-P-07018/84 - FEC –  
25 Proposta de nova área de concentração “Construção” em substituição à área “Arquitetura e  
26 Construção” no Programa de Pós-Graduação em Engenharia Civil, que passa a ser  
27 denominado: “Programa de Pós-Graduação em Engenharia Civil, na Área de Concentração  
28 em Construção”, em níveis de Mestrado e Doutorado – Aprovada pela Congregação em  
29 28.05.12 e pela CCPG em 10.10.12 – Deliberação CCPG-282/12 – Parecer CEPE-380/12; 23)  
30 PROC. Nº 01-P-07142/90 - FEQ – Proposta de reestruturação das áreas de concentração do  
31 Programa de Pós-Graduação em Engenharia Química - Mestrado e Doutorado, que consiste  
32 em Extinção das áreas de Concentração: Desenvolvimento de Processos Biotecnológicos,  
33 Engenharia de Processos, Desenvolvimento de Processos Químicos, Ciência e Tecnologia de  
34 Materiais, Sistemas de Processos Químicos e Informática, Processos em Tecnologia Química;  
35 e Criação da única área de Concentração: Engenharia Química. Aprovada pela Congregação  
36 em 15.06.12 e pela CCPG em 12.09.12 – Deliberação CCPG-267/12 – Parecer CEPE-381/12.  
37 R - CONGREGAÇÕES – Parecer exarado pela Procuradoria Geral - 24) PROC. Nº 36-P-  
38 24921/12 - FCA – Atas de eleições de representantes docentes, servidores técnico-  
39 administrativos e discentes – Deliberação GT-156/12 de 30.10.12 – Parecer PG-4220/12; 25)  
40 PROC. Nº 04-P-14863/10 - FEA – Atas de eleições de representantes docentes, servidores

1 técnico-administrativos e discentes – Homologada pela Congregação em 29.10.12 – Parecer  
2 PG-4215/12; 26) PROC. Nº 01-P-00332/86 - FEAGRI – Ata de eleição de representantes  
3 discentes – Homologada pela Congregação em 17.10.12 – Parecer PG-4214/12; 27) PROC.  
4 Nº 23-P-15899/95 - FEF – Atas de eleições de representantes docentes, discentes e servidores  
5 técnico-administrativos – Homologadas pela Congregação em 25.10.12 - Parecer PG-  
6 4121/12; 28) PROC. Nº 18-P-12569/01 - FEQ – Ata de eleição de representantes docentes e  
7 discentes – Homologada pela Congregação em 17.09.12 - Parecer PG-3792/12; 29) PROC. Nº  
8 06-P-18001/03 - FOP – Ata de eleição de representantes docentes – Homologada pela  
9 Congregação em 03.10.12 - Parecer PG-3974/12; 30) PROC. Nº 01-P-04823/82 - IA – Ata de  
10 eleição de representantes dos servidores técnico-administrativos – Homologada pela  
11 Congregação em 06.09.12 - Parecer PG-3985/12; 31) PROC. Nº 21-P-21736/05 - IEL – Atas  
12 de eleições de representantes docentes, servidores técnico-administrativos e discentes –  
13 Homologadas pela Congregação em 04.10.12 - Parecer PG-3968/12; 32) PROC. Nº 09-P-  
14 19132/98 - IFCH – Ata de eleição de representantes docentes – Homologada pela  
15 Congregação em 03.10.12 - Parecer PG-4122/12; 33) PROC. Nº 11-P-19504/98 - IQ – Atas  
16 de eleições de representantes docentes e discentes – Homologadas pela Congregação em  
17 26.10.12 - PG-4219/12. S - CONVÊNIOS, CONTRATOS E TERMOS ADITIVOS - a) Em  
18 Vigência: 34) PROC. Nº 27-P-27010/11, em nome do Hospital da Mulher “Prof. Dr. José  
19 Aristodemo Pinotti”, CAISM, Contrato - Partes: UNICAMP/FUNCAMP e Sociedade  
20 Campineira de Educação e Instrução - Executores: Oswaldo da Rocha Grassiotto/CAISM e  
21 Carla Regina Ferreira de Almeida/CAISM - Data da Assinatura: 31.12.2011 - Vigência: 12  
22 meses - Recursos: R\$1500,00/mês (50 anticorpos) - Resumo do Objeto: prestação de serviços  
23 de exame de Imunohistoquímico e Imunoperoxidase, a ser feito pela contratada nos pacientes  
24 do Sistema Único de Saúde, indicados pela contratante - Parecer: CAD-68/12; 37) PROC. Nº  
25 01-P-02919/11, em nome do Centro de Estudos de Petróleo, CEPETRO, Primeiro Aditivo,  
26 Partes: UNICAMP/FUNCAMP e a PETROBRAS - Executores: Antonio Carlos  
27 Bannwart/FEM, Natache do Socorro Dias Arrifano Sassim/CEPETRO e Vanessa Cristina  
28 Bizotto Guersoni/CEPETRO - Data de Assinatura: 10.07.2012 - Resumo do Objeto: estender  
29 por mais 172 dias corridos o prazo do contrato que visa a prestação, pela UNICAMP, dos  
30 serviços de avaliação e testes visando a utilização de bomba centrífuga submersa,  
31 devidamente instrumentada e previamente calibrada, como medidor de vazão nos poços de  
32 produção de petróleo - Parecer: CEPE-347/12; 38) PROC. Nº 01-P-05600/09, em nome do  
33 Centro de Estudos de Petróleo, CEPETRO, 1) Aditivo 02 - Partes: UNICAMP/FUNCAMP e  
34 a PETROBRAS - Executores: Alexandre C. Vidal/IG e Osvaldo Vidal Trevisan/IG - Data de  
35 Assinatura: 03.05.2011 - Vigência: a partir da data da assinatura - Resumo do Objeto:  
36 prorrogar o prazo de vigência por mais 365 dias do Termo de Cooperação que objetivou a  
37 união de esforços dos Partícipes para o desenvolvimento do Projeto de P&D intitulado  
38 “Modelagem de parâmetros dinâmicos na caracterização de reservatórios”; 2) Aditivo 03 -  
39 Data da Assinatura: 12.04.2011 - Resumo do Objeto: alterar o Plano de Trabalho do Termo de  
40 Cooperação supracitado; 3) Aditivo 04 - Data da Assinatura: 17.01.2012 - Resumo do Objeto:

1 alterar o Plano de Trabalho do Termo de Cooperação supracitado; 4) Aditivo 05 - Data da  
2 Assinatura: 08.04.2012 - Vigência: a partir da data da assinatura - Resumo do Objeto:  
3 prorrogar o prazo de vigência por mais 180 dias do Termo de Cooperação que objetivou a  
4 união de esforços dos Partícipes para o desenvolvimento do Projeto de P&D intitulado  
5 “Modelagem de parâmetros dinâmicos na caracterização de reservatórios”; 5) Aditivo 06 -  
6 Data da Assinatura: 12.06.2012 - Resumo do Objeto: remanejar recursos do Termo de  
7 Cooperação supracitado - Parecer: CEPE-348/12; 39) PROC. Nº 01-P-06483/10, em nome do  
8 Centro de Estudos de Petróleo, CEPETRO, 1) Aditivo 01 - Partes: UNICAMP/FUNCAMP e  
9 a PETROBRAS - Executores: Osvaldo Vidal Trevisan/CEPETRO e Alexandre C.  
10 Vidal/CEPETRO - Data de Assinatura: 16.06.12 - Resumo do Objeto: dilatar o prazo por mais  
11 540 dias do Termo de Cooperação que objetivou a união de esforços dos Partícipes para o  
12 desenvolvimento do Projeto de P&D intitulado “Injeção de CO2 em reservatórios  
13 carbonáticos”; 2) Aditivo 02 - Data de Assinatura: 01.08.12 - Resumo do Objeto: alterar o  
14 Plano de Trabalho do Termo de Cooperação supracitado - Parecer: CEPE-349/12; 40) PROC.  
15 Nº 01-P-14664/12, em nome do Centro de Estudos de Petróleo, CEPETRO, Termo de  
16 Cooperação - Partes: UNICAMP/FUNCAMP e PETROBRAS - Executores: Celso K.  
17 Morooka/CEPETRO e Sérgio Nascimento Bordalo/CEPETRO - Data de Assinatura:  
18 07.08.2012 - Vigência: 365 dias a partir da data da assinatura - Recursos: R\$170.000,00 -  
19 Resumo do Objeto: união de esforços dos Partícipes para o desenvolvimento do Projeto de  
20 P&D intitulado “Estudo em detalhes de modelos para previsão de esforços hidrodinâmicos  
21 para o comportamento dinâmico de um riser em catenária (SCR)” - Parecer: CEPE-350/12;  
22 41) PROC. Nº 01-P-29967/08, em nome do Centro de Estudos de Petróleo, CEPETRO, 1)  
23 Aditivo 02 - Partes: UNICAMP/FUNCAMP e PETROBRAS - Executores: Philippe Remy  
24 Bernard Devloo/FEC e Sonia Maria Gomes/IMECC - Data de Assinatura: 11.07.2012 -  
25 Resumo do Objeto: alterar o Plano de Trabalho do Termo de Cooperação que visa a união de  
26 esforços dos Partícipes para o desenvolvimento do Projeto de P&D intitulado “Estudo de  
27 técnicas avançadas de estimulação de Carbonatos sujeitos a elevadas tensões de confinamento  
28 com ênfase nas Formações Pré-Sal”; 2) Aditivo 03 - Data da Assinatura: 03.08.2012 -  
29 Vigência: a partir da data da assinatura - Resumo do Objeto: dilatar o prazo do Termo  
30 supracitado por mais 120 dias - Parecer: CEPE-351/12; 42) PROC. Nº 01-P-16817/12, em  
31 nome do Centro de Estudos de Petróleo, CEPETRO, Termo de Cooperação - Partes:  
32 UNICAMP/FUNCAMP e PETROBRAS - Executores: Alexandre Campana Vidal/CEPETRO  
33 e Osvaldo Vidal Trevisan/CEPETRO - Data de Assinatura: 27.07.2012 - Vigência: 730 dias -  
34 Recursos: R\$2.539.334,80 - Resumo do Objeto: união de esforços dos Partícipes para o  
35 desenvolvimento do projeto de P&D intitulado “Métodos quantitativos aplicados ao estudo de  
36 reservatórios carbonáticos” - Parecer: CEPE-352/12; 43) PROC. Nº 01-P-17740/09, em nome  
37 do Centro de Estudos de Petróleo, CEPETRO, Aditivo 03 - Partes: UNICAMP/FUNCAMP e  
38 PETROBRAS - Executores: Lúcia Helena I. Mei/FEQ e Marisa Masumi Beppu/FEQ - Data  
39 de Assinatura: 24.07.2012 - Resumo do Objeto: dilatar o prazo por mais 300 dias, do Termo  
40 de Cooperação que objetiva a união de esforços dos Partícipes para o desenvolvimento do

1 Projeto de P&D intitulado “Blendas de Poliolefinas com Amido, para utilização em  
2 embalagens flexíveis, com Propriedade de Biodegradabilidade” e participação da  
3 PETROBRAS na implantação da infraestrutura laboratorial, nas instalações da UNICAMP,  
4 visando a capacitação da Universidade para realização de pesquisas/testes/estudos - Parecer:  
5 CEPE-353/12; 44) PROC. Nº 01-P-17866/06, em nome do Centro de Estudos de Petróleo,  
6 CEPETRO, Aditivo 04 - Partes: UNICAMP/FUNCAMP e PETROBRAS – Petróleo  
7 Brasileiro S/A - Executor: Celso K. Morooka/Cepetro, Sérgio N. Bordalo/Cepetro e Renato  
8 Pavanelo/Cepetro - Data de Assinatura: 19.07.2012 - Resumo do Objeto: alterar o Plano de  
9 Trabalho do Convênio Específico que objetivou o desenvolvimento do projeto intitulado  
10 “Implantação do Laboratório Experimental para Risers de Produção em Águas Ultra-  
11 Profundas e Sistemas Marítimos de Produção do CEPETRO/UNICAMP” - Parecer: CEPE-  
12 354/12; 45) PROC. Nº 01-P-26285/09, em nome do Centro de Estudos de Petróleo,  
13 CEPETRO, Termo Aditivo nº 01 - Partes: UNICAMP/FUNCAMP e Baker Hughes do Brasil  
14 Ltda. - Executores: Denis José Schiozer/FEM e Osvaldo Vidal Trevisan/CEPETRO - Data de  
15 Assinatura: 10.08.12 - Vigência: até 25.09.13 - Resumo do Objeto: prorrogar a vigência por  
16 mais 365 dias do Convênio que objetivou o desenvolvimento do projeto intitulado  
17 “Otimização da recuperação de reservatórios por poços inteligentes”, visando desenvolver  
18 metodologia para comparar o desempenho dos poços inteligentes e convencionais bem como  
19 gerenciar reservatórios complexos de petróleo - Parecer: CEPE-383/12; 46) PROC. Nº 01-P-  
20 15573/12, em nome do Centro de Estudos de Petróleo, CEPETRO, Termo de Cooperação -  
21 Partes: UNICAMP/FUNCAMP e Petróleo Brasileiro S/A – Petrobrás - Executores: Liliane  
22 Maria Ferrareso Lona/FEQ e Marisa Masumi Beppu/FEQ - Data de Assinatura: 28.08.12 -  
23 Vigência: 730 dias - Recursos: R\$283.533,00 - Resumo do Objeto: união de esforços dos  
24 Partícipes para o desenvolvimento do Projeto de P&D intitulado “Modelagem Matemática  
25 para Otimização e Scale up da Polimerização Radicalar Controlada do Estireno” - Parecer:  
26 CEPE-384/12; 47) PROC. Nº 01-P-28860/11, em nome da Coordenadoria de Relações  
27 Institucionais e Internacionais, CORI, Convênio - Partes: UNICAMP e Universidade Paris-  
28 Sorbonne - Executores: Alberto Luiz Serpa/CORI e Anne Hélène Fostier/CORI - Data de  
29 Assinatura: 26.06.2012 - Vigência: 05 anos - Resumo do Objeto: desenvolver uma  
30 cooperação nas áreas do ensino e da pesquisa em Letras e Ciências Humanas - Parecer:  
31 CEPE-355/12; 48) PROC. Nº 01-P-16955/09, em nome da Coordenadoria de Relações  
32 Institucionais e Internacionais, CORI, Acordo de Cooperação - Partes: UNICAMP e  
33 Washington Center for Internships and Academics Seminars - Executores: Luís Cortez/CORI  
34 e Alberto Luís Serpa/CORI - Data de Assinatura: 17.09.2009 - Vigência: indeterminada -  
35 Resumo do Objeto: promover a cooperação entre ambas as instituições, em áreas de mútuo  
36 interesse, através de: intercâmbio de docentes e pesquisadores; implementação de projetos  
37 conjuntos de pesquisa; promoção de eventos científicos e culturais; intercâmbio de  
38 informações e publicações acadêmicas; e intercambio de estudantes - Parecer: CEPE-356/12;  
39 49) PROC. Nº 01-P-05517/12, em nome da Coordenadoria de Relações Institucionais e  
40 Internacionais, CORI, Convênio, Partes: UNICAMP e Banco Santander (Brasil) S/A -

1 Executores: Leandro Russowski Tessler e Marcelo Knobel/PRG - Data da Assinatura:  
2 18.03.2012 - Vigência: até 31.12.2012 - Recursos: R\$40.000,00 - Resumo do Objeto:  
3 disciplinar a participação em curso de língua, cultura espanhola e outras áreas da ciência, a ser  
4 promovido pela Universidade de Salamanca – Cursos Internacionales, na vigência deste  
5 instrumento, conforme indicação a ser realizada pelo Santander, sendo que o referido curso  
6 será coordenado em conjunto pelo Santander e pela instituição de ensino participante do  
7 mencionado Programa em linha com os seus Princípios Gerais - Parecer: CEPE-357/12; 50)  
8 PROC. Nº 01-P-18224/09, em nome da Coordenadoria de Relações Institucionais e  
9 Internacionais, CORI, Termo Aditivo nº 01 - Partes: UNICAMP e Washington Center for  
10 Internships and Academics Seminars - Executores: Alberto Luiz Serpa/CORI e José Pissolato  
11 Filho/CORI - Data de Assinatura: 17.09.2009 - Vigência: 05 anos - Resumo do Objeto:  
12 estabelecer um programa de intercâmbio de estudantes, com o propósito de permitir aos  
13 estudantes regularmente matriculados em uma universidade (de origem) fazerem cursos em  
14 outra universidade (hospedeira), com a finalidade de cumprir parte dos créditos requeridos na  
15 universidade de origem - Parecer: CEPE-358/12; 51) PROC. Nº 01-P-06429/12, em nome da  
16 Coordenadoria de Relações Institucionais e Internacionais, CORI, Memorando de  
17 Entendimento e Carta de Intenções - Partes: UNICAMP e University of Manitoba (Canada) -  
18 Executores: Alberto Luiz Serpa/CORI e José Pissolato Filho/CORI - Data de Assinatura:  
19 28.04.12 - Vigência: indeterminada - Resumo do Objeto: promover a cooperação acadêmica  
20 através de intercâmbio educacional e acadêmico - Parecer: CEPE-385/12; 52) PROC. Nº 01-  
21 P-16855/11, em nome da Coordenadoria de Relações Institucionais e Internacionais, CORI,  
22 Acordo de Cooperação - Partes: UNICAMP e Universidade de Potsdam (Potsdam, Alemanha)  
23 - Executores: Leandro Russowski Tessler/CORI e Fábio Trindade Maranhão Costa/CORI -  
24 Data de Assinatura: 27.09.11 - Vigência: 05 anos - Resumo do Objeto: cooperação acadêmica  
25 direta nas áreas de ensino, pesquisa e intercâmbio de docentes, alunos de graduação e pós-  
26 graduação - Parecer: CEPE-386/12; 53) PROC. Nº 01-P-16856/11, em nome da  
27 Coordenadoria de Relações Institucionais e Internacionais, CORI, Termo Aditivo 01 - Partes:  
28 UNICAMP e Universidade de Potsdam (Potsdam, Alemanha) - Executores: Leandro  
29 Russowski Tessler/CORI e Fábio Trindade Maranhão Costa/CORI - Data de Assinatura:  
30 27.09.11 - Vigência: 05 anos - Resumo do Objeto: estabelecer um programa de intercâmbio  
31 de estudantes e docentes a fim de permitir que alunos matriculados em regime de tempo  
32 integral em uma universidade (universidade de origem) se inscrevam em cursos na outra  
33 universidade (universidade anfitriã) para atender parte da necessidade de créditos  
34 estabelecidos pela universidade de origem - Parecer: CEPE-387/12; 54) PROC. Nº 01-P-  
35 20087/11, em nome da Coordenadoria de Relações Institucionais e Internacionais, CORI,  
36 Acordo de Cooperação - Partes: UNICAMP e Universidade Técnica de Riga (Riga, Letônia) -  
37 Executores: Leandro Russowski Tessler/CORI e José Pissolato Filho/CORI - Data de  
38 Assinatura: 17.10.11 - Vigência: 05 anos - Resumo do Objeto: estabelecer a cooperação entre  
39 as partícipes nas áreas de pesquisa, ensino e intercâmbio de docentes, alunos de graduação e  
40 de pós-graduação - Parecer: CEPE-388/12; 55) PROC. Nº 01-P-20088/11, em nome da

1 Coordenadoria de Relações Institucionais e Internacionais, CORI, Termo Aditivo 01 - Partes:  
2 UNICAMP e Universidade Técnica de Riga (Riga, Letônia) - Executores: Leandro Russovski  
3 Tessler/CORI e José Pissolato Filho/CORI - Data de Assinatura: 17.10.11 - Vigência: 05 anos  
4 - Resumo do Objeto: estabelecer um estudante e programa de intercâmbio acadêmico pessoal,  
5 a fim de permitir que os alunos matriculados em regime de tempo integral em uma  
6 universidade (universidade de origem) se inscrevam em cursos na outra universidade  
7 (universidade anfitriã) para atender parte das necessidades de crédito estabelecidas pela  
8 universidade de origem - Parecer: CEPE-389/12; 56) PROC. Nº 01-P-05893/12, em nome da  
9 Coordenadoria de Relações Institucionais e Internacionais, CORI, Convênio - Partes:  
10 UNICAMP e Banco Santander (Brasil) S/A - Executores: Alberto Luiz Serpa/CORI e  
11 Marcelo Knobel/PRG - Data de Assinatura: 19.03.12 - Vigência: até 30.06.13 - Recursos:  
12 R\$67.875,00 - Resumo do Objeto: contribuir através do intercâmbio de estudantes de  
13 graduação de instituições de ensino brasileiras, portuguesas, espanholas, argentinas, chilenas,  
14 colombianas, mexicanas, peruanas, porto-riquenhas e uruguaias para incrementar a qualidade  
15 da formação dos alunos das instituições de ensino participantes - Parecer: CEPE-390/12 - 57)  
16 PROC. Nº 01-P-06431/12, em nome da Coordenadoria de Relações Institucionais e  
17 Internacionais, CORI, Acordo de Cooperação - Partes: UNICAMP e Dalhousie University,  
18 Canadá - Executores: Alberto Luiz Serpa/CORI e José Pissolato Filho/CORI - Data de  
19 Assinatura: 28.04.12 - Vigência: 05 anos - Resumo do Objeto: fomentar a cooperação  
20 acadêmica por meio de projetos de pesquisa em comuns e/ou o intercâmbio de professores  
21 docentes/pesquisadores, estudantes de pós-graduação e graduação e membros técnico-  
22 administrativos de cada instituição, com foco inicial nas áreas de Biologia, Química e Ciência  
23 da Saúde - Parecer: CEPE-391/12; 59) PROC. Nº 31-P-06505/10, em nome do Centro  
24 Pluridisciplinar de Pesquisas Químicas, Biológicas e Agrícolas, CPQBA, Aditamento -  
25 Partes: UNICAMP e Municipalidade de Paulínia - Executores: Ivo Milton Raimundo  
26 Júnior/CPQBA e Sérgio Persio Ravagnani/CPQBA - Data de Assinatura: 18.09.12 - Resumo  
27 do Objeto: prorrogar a vigência até 25.02.2013 do Termo Aditivo nº 03 que objetivou  
28 proporcionar o estágio curricular a alunos da Escola Técnica de Paulínia – ETEP, vinculada à  
29 Secretaria Municipal de Educação de Paulínia - Parecer: CEPE-420/12; 60) PROC. Nº 36-P-  
30 28509/11, em nome da Faculdade de Ciências Aplicadas, Convênio - Partes:  
31 UNICAMP/FUNCAMP e ALJ – Associação Limeirense de Joias - Executores: Wislei Riuper  
32 Ramos Osório/FCA e Daniel Rodrigo Leiva/FCA - Data de Assinatura: 23.03.2012 -  
33 Vigência: 05 anos - Resumo do Objeto: ampla cooperação entre as partícipes, com a  
34 finalidade de promover melhorias de processos intrínsecos da cadeia produtiva de semijoias e  
35 joias da cidade de Limeira abrangendo desde aspectos da matéria-prima (metais e ligas de  
36 produção), desenvolvimento de design, produção, produtividade, ergonomia e procedimentos  
37 de trabalho até o gerenciamento do fluxo logístico interno e externo ao país, respeitando  
38 aspectos sociais, culturais e principalmente ambientais - Parecer: CEPE-360/12; 61) PROC.  
39 Nº 36-P-28529/11, em nome da Faculdade de Ciências Aplicadas, Termo Aditivo nº 01 -  
40 Partes: UNICAMP/FUNCAMP e ALJ – Associação Limeirense de Joias - Executores: Wislei

1 Riuper Ramos Osório/FCA e Daniel Rodrigo Leiva/FCA - Data de Assinatura: 23.03.2012 -  
2 Vigência: 01 ano - Recursos: R\$25.000,00 - Resumo do Objeto: execução do Plano de  
3 Trabalho intitulado “Estudo de melhorias em processo de fundição centrífuga de ligas de  
4 baixo ponto de solidificação utilizadas para elaboração de componentes brutos de joias  
5 folheadas” - Parecer: CEPE-361/12; 62) PROC. N° 19-P-06443/12, em nome da Faculdade de  
6 Educação, Contrato - Partes: UNICAMP/FUNCAMP e Instituto Federal de Educação,  
7 Ciência e Tecnologia do Sul de Minas – IFSULDEMINAS - Executores: Pedro Ganzeli/FE e  
8 Guilherme do Val Toledo Prado/FE - Data de Assinatura: 24.07.12 - Vigência: 12 meses -  
9 Recursos: R\$93.640,00 - Resumo do Objeto: realização do “Projeto de Assessoria: Ensino  
10 Integrado nos Cursos de Formação Profissional no IFSULDEMINAS” pela UNICAMP,  
11 destinados aos coordenadores de curso do IFSULDEMINAS, sendo uma turma com 40 vagas,  
12 com início em 20 de abril de 2012 e término em 20 de março de 2013 - Parecer: CEPE-392/12  
13 - 63) PROC. N° 04-P-10769/12, em nome da Faculdade de Engenharia de Alimentos, Acordo  
14 de Cooperação - Partes: UNICAMP e Universidade de Illinois (EUA) - Executores: Yoon Kil  
15 Chang/FEA e Caroline Joe Steel/FEA - Data de Assinatura: 22.08.12 - Vigência: 05 anos -  
16 Resumo do Objeto: implementar programas ou atividades, tais como: (a) atividades  
17 educacionais, culturais e pesquisa conjuntas; (b) intercâmbio de docentes e estudantes de pós-  
18 graduação para pesquisa, conferências, e discussões; (c) participação em seminários e  
19 reuniões acadêmicas; (d) troca de materiais acadêmicos, publicações e outras informações; e  
20 (e) programas acadêmicos especiais de curta duração - Parecer: CEPE-393/12; 65) PROC. N°  
21 05-P-18260/10, em nome da Faculdade de Engenharia Civil, Arquitetura e Urbanismo, 1°  
22 Aditivo - Partes: UNICAMP/FUNCAMP e AES Tietê S.A. - Executores: Alberto Luiz  
23 Francato/FEC e Tiago Zenker Gireli/FEC - Data de Assinatura: 25.04.2012 - Vigência: 10  
24 meses, a partir de 01.02.2012 - Recursos: R\$375.012,00 - Resumo do Objeto: prorrogar a  
25 vigência para 10 meses, a partir de 01.02.2012, do Contrato que objetivou o desenvolvimento  
26 e a execução, por parte da UNICAMP, de cada uma das etapas, atividades e ações, que  
27 compõem o projeto intitulado “Sistema de avaliação de perdas energéticas em hidroelétricas  
28 causadas por transporte hidroviário” - Parecer: CEPE-372/12; 66) PROC. N° 29-P-16449/11,  
29 em nome da Faculdade de Engenharia Elétrica e de Computação, Acordo de Cooperação -  
30 Partes: UNICAMP e Kungliga Tekniska Högskolan – KTH, Stockholm, Sweden (Suécia) -  
31 Executores: José Pissolato Filho/FEEC e Ernesto Ruppert Filho/FEEC - Data de Assinatura:  
32 17.10.11 - Vigência: 05 anos - Resumo do Objeto: estabelecer medidas comuns para que os  
33 estudantes de graduação de ambas as partícipes promovam o intercâmbio na área de Ciências  
34 e Engenharia - Parecer: CEPE-395/12; 67) PROC. N° 29-P-26252/11, em nome da Faculdade  
35 de Engenharia Elétrica e de Computação, Contrato - Partes: UNICAMP/FUNCAMP e Franco  
36 Engenharia Ltda. - Executores: José Pissolato Filho/FEEC e Ernesto Ruppert Filho/FEEC -  
37 Data de Assinatura: 01.06.12 - Vigência: até 31.01.14 - Recursos: R\$3.084,12 mensais -  
38 Resumo do Objeto: prestação de serviços de consultoria técnica especializada para a  
39 realização das atividades do Projeto de P&D “Estudo e análise dos efeitos de penetração de  
40 umidade e da contaminação sobre a durabilidade e o desempenho elétrico dos para-raios

1 poliméricos de distribuição” - Parecer: CEPE-396/12; 68) PROC. N° 29-P-26251/11, em  
2 nome da Faculdade de Engenharia Elétrica e de Computação, Contrato - Partes:  
3 UNICAMP/FUNCAMP, Companhia Energética do Piauí - CEPISA e Instituto de Tecnologia  
4 para o Desenvolvimento – LACTEC - Executores: Luiz Carlos Pereira da Silva/FEEC e  
5 Madson Cortes de Almeida/FEEC - Data de Assinatura: 01.06.2012 - Vigência: 30 meses -  
6 Recursos: R\$1.336.350,00 - Resumo do Objeto: execução do Projeto de Pesquisa e  
7 Desenvolvimento intitulado “Metodologia para o cálculo e gerenciamento de perdas em redes  
8 de distribuição de energia elétrica” - Parecer: CEPE-373/12; 69) PROC. N° 03-P-05902/12,  
9 em nome da Faculdade de Engenharia Mecânica, Contrato - Partes: UNICAMP/FUNCAMP e  
10 Fundação de Apoio da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – FAURGS - Executores:  
11 Carlos Alberto Cimini Júnior/FEM e Marco Lúcio Bittencourt/FEM - Data de Assinatura:  
12 27.08.12 - Vigência: 20 meses - Recursos: R\$45.000,00 - Resumo do Objeto: definir e ajustar  
13 a relação entre a Contratante, de um lado, e a Contratada, de outro, quanto à prestação de  
14 serviços de Consultoria em Método Numérico - Parecer: CEPE-397/12; 70) PROC. N° 18-P-  
15 11854/08, em nome da Faculdade de Engenharia Química, Termo Aditivo n° 04 - Partes:  
16 UNICAMP/FUNCAMP e SHELL Brasil Ltda. - Executores: Telma Teixeira Franco/FEQ e  
17 Maria Aparecida Silva/FEQ - Data de Assinatura: 20.09.12 - Vigência: até 04.09.13 - Resumo  
18 do Objeto: prorrogar o prazo de vigência do Convênio que objetivou a realização de estudos  
19 e/ou atividades, na área de conversão de biomassa em combustíveis úteis, lubrificantes e/ou  
20 produtos químicos - Parecer: CEPE-398/12; 71) PROC. N° 18-P-11874/08, em nome da  
21 Faculdade de Engenharia Química, 2° Termo Aditivo ao T.A. n° 01 - Partes:  
22 UNICAMP/FUNCAMP e SHELL Brasil Ltda. - Executores: Telma Teixeira Franco/FEQ e  
23 Gustavo Paim Valença/FEQ - Data de Assinatura: 20.09.12 - Vigência: até 04.09.13 - Resumo  
24 do Objeto: prorrogar o prazo de vigência do Termo Aditivo N° 01 que objetivou o Estudo  
25 sobre a produção de combustíveis, lubrificantes e produtos químicos a partir de fontes  
26 renováveis - Parecer: CEPE-399/12; 72) PROC. N° 18-P-12015/08, em nome da Faculdade de  
27 Engenharia Química, 2° Termo Aditivo ao T.A. n° 02 - Partes: UNICAMP/FUNCAMP e  
28 SHELL Brasil Ltda. - Executores: Maria Aparecida Silva/FEQ e Osvaldir Pereira  
29 Taranto/FEQ - Data de Assinatura: 20.09.12 - Vigência: até 04.09.13 - Resumo do Objeto:  
30 prorrogar a vigência do Termo Aditivo N° 02 que objetivou a realização do “Programa de  
31 Pesquisa para a Manufatura de Biocombustíveis de Segunda Geração a Baixo Custo e Alta  
32 Sustentabilidade no Brasil: Tecnologia Integrada de PR-e-Tratamento e Hidrólise” - Parecer:  
33 CEPE-400/12; 73) PROC. N° 06-P-08239/10, em nome da Faculdade de Odontologia de  
34 Piracicaba, 1) Termo Aditivo N° 006/2011 ao Convênio - Partes: UNICAMP e Estado de São  
35 Paulo, por intermédio da Secretaria de Estado de Saúde - Executores: Rosana de Fátima  
36 Possobon/FOP e Antonio Bento Alves de Moraes/FOP - Data de Assinatura: 28.12.2011 -  
37 Vigência: até 31.12.2011 - Recursos: R\$100.000,00 - Resumo do Objeto: transferência de  
38 recursos financeiros, do Convênio SUS/SP, à Conveniada, visando a execução de atividades  
39 concernentes ao Sistema Único de Saúde SUS/SP para ocorrer com despesas com  
40 Investimento – Aquisição de Materiais e Equipamentos; 2) Termo de Reti-Ratificação - Data

1 de Assinatura: 06.07.2012 - Resumo do Objeto: prorrogar a vigência do Termo Aditivo,  
2 encerrando-se em 28.12.12 - Parecer: CAD-72/12 ; 74) PROC. Nº 01-P-10034/12, em nome  
3 do Gabinete do Reitor, Memorando de Entendimentos - Partes: UNICAMP e Boston College  
4 - Data de Assinatura: 23.07.12 - Vigência: 02 anos - Resumo do Objeto: publicação da edição  
5 em Português do periódico trimestral International Higher Education (IHE) - Parecer: CEPE-  
6 401/12; 75) PROC. Nº 01-P-27329/08, em nome do Gabinete do Reitor, 4º Termo Aditivo ao  
7 Termo de Cooperação - Partes: UNICAMP e FAPESP - Data de Assinatura: outubro/12 -  
8 Resumo do Objeto: prorrogação da vigência por mais 12 meses do Termo de Cooperação que  
9 objetivou a cooperação entre as Partícipes, mediante a colaboração da Unicamp no  
10 aprimoramento da Procuradoria Jurídica da Fapesp - Parecer: CAD-78/12; 76) PROC. Nº 15-  
11 P-07511/12, em nome do Hospital de Clínicas, Contrato - Partes: UNICAMP/FUNCAMP e  
12 Boehringer Ingelheim do Brasil Química e Farmacêutica Ltda. - Executores: Fernando Lopes  
13 Gonçalves Junior/FCM e Raquel Silveira Bello Stucchi/FCM - Data de Assinatura: 28.05.2012  
14 - Vigência: a partir da data da última assinatura das partes, até a plena conclusão do Estudo -  
15 Recursos: R\$66.026,22 - Resumo do Objeto: realização de Estudo Clínico intitulado  
16 “Segurança e Eficácia de 240 mg de BI 201335 uma vez ao dia em combinação com  
17 interferon alfa 2a peguilado e ribavarina para o tratamento da infecção crônica pelo vírus da  
18 Hepatite C (HCV) do genótipo 1 em pacientes coinfetados por HIV/HCV. Estudo aberto,  
19 multifuncional, randomizado, de grupos paralelos”, Protocolo 1220.19 - Parecer: CEPE-  
20 362/12; 77) PROC. Nº 15-P-27634/11, em nome do Hospital de Clínicas, Contrato - Partes:  
21 UNICAMP/FUNCAMP e Parexel International S/A - Executores: Lílian Teresa Lavras  
22 Costallat/FCM e Manoel Barros Bértolo/FCM - Data de Assinatura: 29.09.2011 - Vigência:  
23 até janeiro/2014 - Recursos: R\$114.540,00 - Resumo do Objeto: realização de pesquisa  
24 clínica denominada “Estudo de Fase 3, multicêntrico, randomizado, duplo-cego, placebo-  
25 controlado para avaliar a eficácia e a segurança de LY2127399 subcutâneo em pacientes com  
26 Lúpus Eritematoso Sistêmico (LES)” – Protocolo H9B-MC-BCDT - Parecer: CEPE-363/12;  
27 78) PROC. Nº 15-P-26165/11, em nome do Hospital de Clínicas, Contrato - Partes:  
28 UNICAMP/FUNCAMP e Novartis Biociências S.A. - Executores: José Barreto Campello  
29 Carvalheira/FCM e Nádia Scleruc de Siqueira/FCM - Data de Assinatura: 23.04.12 -  
30 Vigência: até 01.02.14 - Recursos: R\$32.511,00 por paciente - Resumo do Objeto: realização  
31 do estudo clínico denominado “Estudo de fase II aberto, multicêntrico para avaliar a eficácia e  
32 a segurança do everolimo como terapia de segunda linha no tratamento de pacientes com  
33 carcinoma de células renais metastático (RECORD-4)”. (Protocolo CRAD001L2404) -  
34 Parecer: CEPE-402/12; 79) PROC. Nº 15-P-27745/11, em nome do Hospital de Clínicas,  
35 Contrato - Partes: UNICAMP/FUNCAMP e Gilead Sciences, Inc. - Executores: Marcos  
36 Tadeu Nolasco da Silva/FCM e Adyléia Aparecida Dalbo Contrera Toro/FCM - Data de  
37 Assinatura: 19.04.12 - Vigência: 40 meses - Recursos: em reais, o equivalente a US\$ 5,787 -  
38 Resumo do Objeto: estudo clínico denominado “Um Estudo de fase 3, Randomizado, Duplo-  
39 cego e controlado por placebo para avaliar a eficácia do Tenofovir DF usado como parte de  
40 um regime anti-retroviral otimizado em adolescentes infectados com o HIV-1” – Protocolo

1 GS-US-104-0321 - Parecer: CEPE-403/12; 81) PROC. Nº 15-P-21732/09, em nome do  
2 Hospital de Clínicas, 2º Termo Aditivo - Partes: UNICAMP/FUNCAMP e Produtos Roche  
3 Químicos e Farmacêuticos S.A. - Executores: Manoel Barros Bértolo/FCM e Lílian Tereza  
4 Lavras Costallat/FCM - Data da Assinatura: 14.08.2012 - Resumo do Objeto: alterar o Anexo  
5 B “Cronograma de Pagamento” e incluir valores e procedimentos relativos à extensão  
6 alterando a duração total para 124 semanas do “Estudo aberto, de braço único, sobre a  
7 segurança e redução de sinais e sintomas durante tratamento com Tocilizumabe em  
8 combinação com Metotrexato em pacientes com artrite reumatoide ativa moderada e grave” –  
9 Protocolo ML21530 - Parecer: CEPE-366/12; 82) PROC. Nº 15-P-27778/11, em nome do  
10 Hospital de Clínicas, Contrato - Partes: UNICAMP/FUNCAMP e UCB PHARMA & PPD -  
11 Executores: Fernando Cendes/FCM e Carlos Alberto Mantovani Guerreiro/FCM - Data de  
12 Assinatura: 27.02.2012 - Vigência: 60 meses - Recursos: em reais o equivalente a US\$  
13 12.040,00 - Resumo do Objeto: condução de um estudo clínico denominado “Estudo aberto,  
14 multicêntrico e de seguimento para avaliar a segurança e eficácia a longo prazo do  
15 brivaracetam utilizado como tratamento adjunto, em uma dose flexível de até no máximo de  
16 100mg/dia, em pacientes de 16 anos de idade ou mais portadores de crises epiléticas de  
17 início” (Protocolo N01199) - Parecer: CEPE-367/12; 83) PROC. Nº 15-P-29194/11, em nome  
18 do Hospital de Clínicas, Contrato - Partes: UNICAMP/FUNCAMP e ImClone Systems  
19 Corporation - Executores: José Barreto Campello Carvalheira/FCM e Carmen Passos  
20 Lima/FCM - Data de Assinatura: 23.02.2012 - Vigência: 60 meses a partir da data que seja  
21 completamente assinado por todas as partes - Recursos: R\$70.128,96 - Resumo do Objeto:  
22 realização de Estudo Clínico denominado “Estudo de Fase 3, Multicêntrico, Randomizado,  
23 Duplo-Cego do Medicamento Ramucirumab (IMC-1121B) e Melhor Tratamento de Suporte  
24 (BSC) Versus Placebo e BSC como Tratamento de Segunda Linha em Pacientes com  
25 Carcinoma Hepatocelular Após Terapia de Primeira Linha com Sorafenibe”, Protocolo IMCL  
26 CP12-0919 - Parecer: CEPE-368/12; 84) PROC. Nº 15-P-03821/12, em nome do Hospital de  
27 Clínicas, Termo Aditivo Nº 006/2012 ao Convênio - Partes: UNICAMP e Estado de São  
28 Paulo, por intermédio da Secretaria de Estado da Saúde - Executores: Manoel Barros  
29 Bértolo/HC, João Batista de Miranda/HC e Antonia Teresinha Tresoldi/HC - Data de  
30 Assinatura: 01.07.2012 - Vigência: até 27.12.2012 - Recursos: R\$105.137,30 - Resumo do  
31 Objeto: transferência de recursos financeiros, do Convênio SUS/SP, à Conveniada, visando a  
32 execução de atividades concernentes ao Sistema Único de Saúde SUS/SP, para ocorrer com  
33 despesas de Custeio – Medicamentos - Parecer: CAD-73/12; 85) PROC. Nº 15-P-02707/12,  
34 em nome do Hospital de Clínicas, Termo Aditivo 01/2012 ao Convênio - Partes: UNICAMP e  
35 Estado de São Paulo, através da Secretaria de Estado da Saúde - Executores: Manoel Barros  
36 Bértolo/HC, João Batista de Miranda/HC e Antonia Teresinha Tresoldi/HC - Data de  
37 Assinatura: 09.03.2012 - Vigência: até 27.12.2012 - Recursos: R\$100.000,00 - Resumo do  
38 Objeto: transferência de recursos financeiros, do Convênio SUS/SP a Entidade, visando à  
39 execução de atividades concernentes ao Sistema Único de Saúde SUS/SP, destinados a  
40 Custeio com a Resolução SS-98 de 04/10/2011 para despesas de transporte de equipes

1 responsáveis pela retirada de órgãos para transplante - Parecer: CAD-74/12; 86) PROC. Nº  
2 15-P-01357/10, em nome do Hospital de Clínicas, 1º Termo Aditivo ao Convênio - Partes:  
3 UNICAMP e União Federal, por intermédio do Ministério da Saúde - Executores: Manoel  
4 Barros Bértolo/FCM e Antonia Teresinha Tresoldi/FCM - Data de Assinatura: 27.08.2012 -  
5 Recursos: R\$569.000,00 - Resumo do Objeto: alterar a Cláusula Terceira, que trata dos  
6 Recursos Financeiros, do Convênio que objetivou apoio técnico e financeiro para  
7 “Estruturação de Unidade de Atenção Especializada em Saúde – HC/UNICAMP - Parecer:  
8 CAD-75/12; 87) PROC. Nº 15-P-23238/09, em nome do Hospital de Clínicas, 1) Contrato -  
9 Partes: UNICAMP/FUNCAMP e Novartis Biociências S.A. - Executores: José Barreto  
10 Campello Cavalheira/FCM e Nádia Sclearuc de Siqueira/FCM - Data de Assinatura: 15.05.09  
11 - Vigência: 60 meses - Recursos: de acordo com a cláusula 7 – Remuneração e Reembolso de  
12 Despesas - Resumo do Objeto: realização de Ensaio Clínico, Protocolo nº CAMN107G2301,  
13 intitulado “Estudo de fase III, randomizado, aberto, multicêntrico para avaliar a eficácia e  
14 segurança de nilotinibe versus imatinibe em pacientes adultos com tumores estromais  
15 gastrintestinais irressecáveis ou metastáticos (GIST)”; 2) Contrato - Data de Assinatura:  
16 03.04.12 - Vigência: até a conclusão do programa - Resumo do Objeto: fornecimento pela  
17 Novartis da medicação Glivec® (imatinibe) de modo a proporcionar continuidade no  
18 tratamento de sujeitos de pesquisa que estejam se beneficiando do fármaco sob investigação  
19 inscritos no estudo CAMN107G2301 “Estudo de fase III, randomizado, aberto, multicêntrico  
20 para avaliar a eficácia e segurança de nilotinibe versus imatinibe em pacientes adultos com  
21 tumores estromais gastrintestinais irressecáveis ou metastáticos (GIST)” - Parecer: CEPE-  
22 415/12; 88) PROC. Nº 15-P-27221/08, em nome do Hospital de Clínicas, Emenda nº 02 -  
23 Partes: UNICAMP/FUNCAMP e Kendle International Inc. - Executores: Lílian Tereza Lavras  
24 Costallat/FCM e Manoel de Barros Bértolo/FCM - Data de Assinatura: 10.09.12 - Resumo do  
25 Objeto: alterar o orçamento do Contrato para realização de “Um estudo de extensão  
26 multicêntrico do Belimumab (HGS1006, LymphoStat-B™), um anicorpo monoclonal  
27 completamente humano anti-BLyS em indivíduos com Lúpus Eritematoso Sistêmico (LES) –  
28 Protocolo HGS1006-C1074, que completaram o Protocolo Fase 3 HGS1006-C1056 ou  
29 HGS1006-C1057” - Parecer: CEPE-421/12; 89) PROC. Nº 32-P-27964/09, em nome Centro  
30 de Hematologia e Hemoterapia da Unicamp, HEMOCENTRO, 1) 1º Termo Aditivo ao  
31 Contrato - Partes: UNICAMP/FUNCAMP e Bristol Myers Squibb Farmacêutica S.A. -  
32 Executores: Cármino Antonio de Souza/Hemocentro e Irene Gyongyver Heidemarie Lorand-  
33 Metze/Hemocentro - Data de Assinatura: 25.07.2012 - Resumo do Objeto: alterar o Objeto –  
34 Cláusula Primeira; alterar os Parágrafos Primeiro, Segundo e Terceiro da Cláusula Primeira  
35 do Contrato, bem como incluir os Parágrafos Quarto e Quinto; modificar o Parágrafo Segundo  
36 da Cláusula Quarta – Forma e Pagamento; incluir no contrato a Cláusula Décima Quinta –  
37 Ausência de Conflito e a Cláusula Décima Sexta – Auditoria ou Inspeção, que visa a  
38 realização do Teste de Citogenética, PCR Quantitativo e Mutação BCR-ABL (doravante  
39 designados, em conjunto, simplesmente “Exame”) nos Laboratórios da Contratada, com apoio  
40 administrativo/financeiro da Interveniente; 2) 2º Termo Aditivo - Data de Assinatura:

1 01.06.12 - Resumo do Objeto: prorrogar a vigência do contrato supracitado por mais 2 (dois)  
2 anos, passando seu término para 17.06.2014 - Parecer: CAD-69/12; 90) PROC. N° 32-P-  
3 20599/09, em nome Centro de Hematologia e Hemoterapia da Unicamp, HEMOCENTRO, 1)  
4 Segundo Termo Aditivo - Partes: UNICAMP/FUNCAMP e NOVARTIS Biociências S.A. -  
5 Executores: Cármino Antonio de Souza/Hemocentro e Irene Gyongyver Heidemarie Lorand-  
6 Metze/Hemocentro - Data de Assinatura: 23.08.2012 - Recursos: R\$14.123,00 por paciente -  
7 Resumo do Objeto: corrigir a tabela de orçamento do Contrato para realização de pesquisa  
8 científica com o medicamento AMN/Nilotinib de fabricação da NOVARTIS, a ser conduzida  
9 pelo Investigador no CAMN107A2404 – “Estudo fase III randomizado de otimização da dose  
10 de imatinibe comparado com Nilotinibe em pacientes com Leucemia Mieloide Crônica com  
11 resposta sub-ótima à dose padrão de Imatinibe”; 2) Contrato - Data da Assinatura: 02.03.2012  
12 - Vigência: a partir da data da assinatura até a conclusão do Programa - Resumo do Objeto:  
13 proporcionar continuidade no tratamento de sujeitos de pesquisa que estejam se beneficiando  
14 do fármaco sob investigação inscritos no Estudo supracitado - Parecer: CEPE-364/12; 91)  
15 PROC. N° 32-P-08650/10, em nome Centro de Hematologia e Hemoterapia da Unicamp,  
16 HEMOCENTRO, Contrato - Partes: UNICAMP/FUNCAMP e a Fundação de Ensino e  
17 Pesquisa de Uberaba – FUNEPU - Executores: Cármino Antonio de Souza/Hemocentro e  
18 Irene Gyongyver Heidemarie Lorand-Metze/Hemocentro - Data de Assinatura: 07.01.2011 -  
19 Vigência: 05 anos - Recursos: os valores mencionados neste Contrato são exclusivamente  
20 para ressarcimento do custo dos exames realizados, os quais estão descritos na Tabela de  
21 Exames Laboratoriais (Anexo II) - Resumo do Objeto: realização de Exames Laboratoriais -  
22 Parecer: CAD-76/12; 92) PROC. N° 32-P-19852/10, em nome Centro de Hematologia e  
23 Hemoterapia da Unicamp, HEMOCENTRO, Acordo de Retificação - Partes:  
24 UNICAMP/FUNCAMP e Biogen Idec Inc. - Executores: Cármino Antonio de  
25 Souza/Hemocentro e Irene Gyongyver Heidemarie Lorand-Metze/Hemocentro - Data de  
26 Assinatura: 12.09.12 - Recursos: R\$11.511,00 para o braço de tratamento 1; R\$14.033,00  
27 para o braço de tratamento 2; R\$12.744,00 para o braço de tratamento 3; e R\$14.562,00 para  
28 o braço de tratamento 4 - Resumo do Objeto: alterar o Apêndice A-1 anexado ao Primeiro  
29 Acordo de Retificação do contrato que objetivou a realização do estudo denominado B-  
30 LONG: Uma avaliação aberta e multicêntrica da segurança, Farmacocinética e eficácia do  
31 fator IX de coagulação recombinante de longa duração com fusão do fragmento Fc (rFIXFc)  
32 na prevenção e tratamento de sangramentos em pacientes com hemofilia B severa  
33 previamente tratados. Protocolo nº 998HB102 - Parecer: CEPE-422/12; 93) PROC. N° 17-P-  
34 10052/12, em nome do Instituto de Artes, Termo de Cooperação - Partes: UNICAMP e  
35 Fundação para o Desenvolvimento da Educação – FDE - Executores: Lygia Arcuri Eluf/IA e  
36 Márcio Donato Périgo/IA - Data de Assinatura: 15.03.2012 - Vigência: 09 meses - Resumo do  
37 Objeto: realização de visitas orientadas dos educandos da Rede Estadual de Ensino à Galeria  
38 de Arte - Parecer: CEPE-370/12; 95) PROC. N° 07-P-15962/11, em nome do Instituto de  
39 Biologia, Termo Aditivo nº 01 - Partes: UNICAMP/FUNCAMP e GRAAL Participações  
40 Ltda. - Executores: Gonçalo Amarante Guimarães Pereira/IB e Marcelo Brocchi/IB - Data de

1 Assinatura: 11.07.12 - Resumo do Objeto: prorrogar por 06 meses a vigência do Termo  
2 Aditivo Nº 01, que objetivou o estudo de fontes vegetais de celulose e lipídios e dos processos  
3 da conversão desses materiais em combustíveis e produtos bioquímicos, encerrando-se,  
4 portanto, em 11.01.2013 - Parecer: CEPE-405/12; 96) PROC. Nº 07-P-16102/12, em nome do  
5 Instituto de Biologia, Convênio - Partes: UNICAMP e Instituto Pensar Cacau – IPC -  
6 Executores: Gonçalo Amarante Guimarães Pereira/IB e Vera Nisaka Solferini/IB - Data de  
7 Assinatura: 29.08.12 - Vigência: 05 anos - Resumo do Objeto: ampla cooperação técnico-  
8 científica entre as Partícipes, com a finalidade de coletar e difundir informações e tecnologias  
9 que possam contribuir para o desenvolvimento das pesquisas com a Vassoura de Bruxa e para  
10 a melhoria do desempenho da cacauicultura - Parecer: CEPE-406/12; 97) PROC. Nº 34-P-  
11 16319/12, em nome do Instituto de Computação, Convênio - Partes: UNICAMP/FUNCAMP  
12 e Samsung Eletrônica da Amazônia - Executores: Guido Costa Souza de Araújo/IC e  
13 Alexandre Xavier Falcão/IC - Data da Assinatura: 04.09.2012 - Vigência: 02 anos - Recursos:  
14 R\$580.670,00 - Resumo do Objeto: execução do projeto de pesquisa intitulado “Paralelização  
15 de Laços para Regiões Quentes de Programa usando Software Pipeline Desacoplado e sua  
16 Aplicação a Problemas de Reconhecimento Robusto de Face” - Parecer: CEPE-369/12; 98)  
17 PROC. Nº 26-P-19653/10, em nome do Instituto de Economia, 1) Contrato - Partes:  
18 UNICAMP/FUNCAMP e Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial – ABDI -  
19 Executores: Fernando Sarti/IE e Célio Hiratuka/IE - Data de Assinatura: 09.08.10 - Vigência:  
20 36 meses - Recursos: R\$3.187.174,00 - Resumo do Objeto: prestação, pela Contratada à  
21 ABDI, de “serviços técnicos especializados com o objetivo de organizar e sistematizar um  
22 amplo conjunto de informações sobre a indústria brasileira de maneira a subsidiar as ações da  
23 ABDI”; 2) Primeiro Termo Aditivo - Data de Assinatura: 27.05.12 - Recursos:  
24 R\$3.771.967,00 - Resumo do Objeto: aditar qualitativamente o objeto do Contrato  
25 supracitado para adequação dos Produtos 4 e 6, alterando, também, os valores envolvidos -  
26 Parecer: CEPE-407/12; 99) PROC. Nº 08-P-16020/12, em nome do Instituto de Física Gleb  
27 Wataghin, Acordo de Consórcio - Partes: UNICAMP e Instituto Politécnico Nacional – IPN -  
28 Executores: Marcelo Knobel/PRG e Kleber Roberto Pirota/IFGW - Data de Assinatura:  
29 08.08.12 - Vigência: 36 meses, a partir de 24.04.12 - Recursos: conforme descrito no Artigo 5  
30 – Modalidades Financeiras - Resumo do Objeto: desenvolver pesquisas conjuntas em  
31 materiais para tecnologias de energias renováveis - Parecer: CEPE-408/12; 100) PROC. Nº  
32 22-P-20353/12, em nome do Instituto de Geociências, Termo Aditivo Nº 02 - Partes:  
33 UNICAMP e Universidade de Aveiro – Portugal - Executores: Celso Dal Ré Carneiro/IG e  
34 Pedro Wagner Gonçalves/IG - Data de Assinatura: 06.06.2012 - Vigência: 05 anos - Resumo  
35 do Objeto: colaborar na área de Ensino de Geociências, por meio da organização de um  
36 programa acadêmico que inclui: a) cooperação científica entre o Depto. De Geociências  
37 Aplicadas ao Ensino do IG/UNICAMP e Depto. de Didática e Tecnologia Educativa da  
38 Universidade de Aveiro; b) intercâmbio e cooperação em pesquisas sobre formação inicial e  
39 continuada de professores para a área de Geociências; c) realização de dois encontros e  
40 reuniões científicos para reunir professores, alunos e pesquisadores dos dois departamentos

1 mencionados nos próximos dois anos (um em cada País envolvido); d) intercâmbio de  
2 pesquisadores para realizar aperfeiçoamentos em nível de pós-doutorado; e e) intercâmbio de  
3 estudantes de Pós-Graduação (Programa de Pós-Graduação em Ensino e História de Ciências  
4 da Terra do Depto. de Geociências Aplicadas ao Ensino e Programa de Pós-Graduação do  
5 Depto. de Didática e Tecnologia Educativa) - Parecer: CEPE-371/12; 101) PROC. Nº 01-P-  
6 14483/12, em nome da Agência de Inovação da Unicamp, INOVA, Convênio - Partes:  
7 UNICAMP/FUNCAMP e ANS Pharma Consultoria Ltda. - Executores: Roberto de Alencar  
8 Lotufo/INOVA e Patrícia Tavares Magalhães de Toledo/INOVA - Data de Assinatura:  
9 11.05.12 - Vigência: 36 meses - Recursos: R\$550,00 por mês, no primeiro ano, R\$650,00 por  
10 mês, no segundo ano e R\$750,00 por mês, no terceiro ano - Resumo do Objeto:  
11 regulamentação das relações entre a UNICAMP e a ANS Pharma Consultoria Ltda.  
12 estabelecendo, entre outros, as condições de permissão de uso, a título precário, de espaço  
13 físico nas dependências da INCAMP, necessárias à instalação, em caráter temporário, da sede  
14 da ANS Pharma Consultoria Ltda. - Parecer: CEPE-409/12; 102) PROC. Nº 01-P-25090/11,  
15 em nome da Agência de Inovação da Unicamp, INOVA, Termo Aditivo - Partes:  
16 UNICAMP/FUNCAMP e Ministério das Relações Exteriores do Reino Unido/Embaixada  
17 Britânica em Brasília - Executores: Roberto de Alencar Lotufo/INOVA e Patrícia Tavares  
18 Magalhães de Toledo/INOVA - Data de Assinatura: 01.04.12 - Recursos: em reais o  
19 equivalente a £ 12,925.00 - Resumo do Objeto: prorrogar por 12 (doze) meses, ou seja, de  
20 01.04.2012 a 31.03.2012, a vigência do contrato que objetivou a implementação do projeto  
21 intitulado: Comercialização da Propriedade Intelectual no Brasil (PPY BRA 1016), a ser  
22 executado pelo Implementador - Parecer: CEPE-423/12; 103) PROC. Nº 11-P-06662/08, em  
23 nome do Instituto de Química, 1) Aditivo 07 - Partes: UNICAMP/FUNCAMP e  
24 PETROBRAS - Executores: Fernando Galembeck/IQ e Maria do Carmo Gonçalves/IQ - Data  
25 de Assinatura: 01.07.2012 - Vigência: a partir da data da assinatura - Resumo do Objeto:  
26 dilatar o prazo do Convênio Específico Nº 7 por mais 180 dias, que objetivou o  
27 desenvolvimento do projeto “Nanocompósitos: novos tipos, rotas de obtenção e aplicações à  
28 cadeia produtiva do petróleo”; 2) Aditivo 08 - Data da Assinatura: 08.08.2012 - Resumo do  
29 Objeto: alterar o Plano de Trabalho do Convênio supracitado - Parecer: CEPE-374/12; 104)  
30 PROC. Nº 11-P-27556/09, em nome do Instituto de Química, Segundo Termo de Aditamento  
31 - Partes: UNICAMP/FUNCAMP e Estado de São Paulo, por sua Secretaria da Fazenda, por  
32 meio da Diretoria Executiva da Administração Tributária – DEAT - Executores: Watson  
33 Loh/IQ e Antonio Cláudio Herrera Braga/IQ - Data de Assinatura: 01.06.2012 - Recursos:  
34 R\$1.895.546,70 - Resumo do Objeto: prorrogar o prazo de vigência por mais 15 meses,  
35 encerrando-se em 02.09.13 do Contrato que objetivou a prestação de serviços de análises  
36 químicas e físico-químicas de gasolina, álcool combustível e óleo diesel para apuração de sua  
37 conformidade com as especificações e termos das Portarias ANP - Parecer: CAD-70/12; 105)  
38 PROC. Nº 11-P-04819/12, em nome do Instituto de Química, Contrato - Partes:  
39 UNICAMP/FUNCAMP e Braskem S.A. - Executores: Heloíse de Oliveira Pastore/IQ e  
40 Fernando Aparecido Sígoli/IQ - Data de Assinatura: 25.07.12 - Vigência: 18 meses -

1 Recursos: R\$166.720,50 - Resumo do Objeto: prestação de serviços técnicos que  
2 compreenderá análises de caracterização de catalisadores ativos e seletivos para  
3 transformação de etanol em olefinas leves dos tipos silicoaluminofosfatos chabazíticos, tipo  
4 CAL-2, como aluminossilicatos com estrutura MWW, tipo MCM-22 - Parecer: CEPE-424/12;  
5 106) PROC. Nº 11-P-05032/12, em nome do Instituto de Química, Contrato - Partes:  
6 UNICAMP/FUNCAMP e Sociedade de Abastecimento de Água e Saneamento S/A –  
7 SANASA - Executores: Wilson de Figueiredo Jardim/IQ e Célio Pasquini/IQ - Data de  
8 Assinatura: 02.08.12 - Vigência: 12 meses - Recursos: R\$135.200,00 - Resumo do Objeto:  
9 prestação de serviços pela UNICAMP, de análise de contaminantes emergentes e carbono  
10 orgânico dissolvido de acordo com metodologias e procedimentos padronizados do Standard  
11 Methods for the Examination of Water and Wastewater em sua versão mais recente - Parecer:  
12 CEPE-425/12; 107) PROC. Nº 01-P-17296/08, em nome do Núcleo Interdisciplinar de  
13 Planejamento Energético, NIPE, Termo Aditivo - Partes: UNICAMP/FUNCAMP e  
14 Companhia Hidro Elétrica do São Francisco – CHESF - Executores: Luís Augusto Barbosa  
15 Cortez/FEAGRI e Vivaldo Silveira Júnior/FEA - Data de Assinatura: 04.05.12 - Vigência: até  
16 05.05.13 - Resumo do Objeto: prorrogar a vigência por mais 12 meses, do Contrato para a  
17 execução do projeto “Desenvolvimento de Sistema de Aproveitamento de Fontes de Calor  
18 para Uso em Aquecimento de Fluidos”, ciclo 2004/2005, aprovado pela ANEEL - Parecer:  
19 CEPE-410/12; 108) PROC. Nº 01-P-03338/11, em nome do Museu Exploratório de Ciências  
20 – Contrato - Partes: UNICAMP/FUNCAMP e Catavento Cultural e Educacional - Executores:  
21 Marcelo Firer/Museu e Cristina Meneguello/Museu - Data de Assinatura: 29.07.2011 -  
22 Vigência: até 31.12.2011 - Recursos: R\$3.418,29 mensais - Resumo do Objeto: manutenção  
23 preventiva e cotidiana da exposição NanoAventura instalada no Catavento Cultural e  
24 Educacional com sede no Palácio das Indústrias do Estado de São Paulo - Parecer: CAD-  
25 77/12. b) Encerrados: 109) PROC. Nº 27-P-27043/07, em nome do Hospital da Mulher Prof.  
26 Dr. José Aristodemo Pinotti, CAISM, Termo de Reti-Ratificação - Partes: UNICAMP e  
27 Estado de São Paulo, por intermédio da Secretaria de Estado da Saúde - Executores: Oswaldo  
28 da Rocha Grassiotto/CAISM, Ângela Maria Bacha/CAISM e Luis Augusto Michelin da  
29 Silva/CAISM - Data de Assinatura: 23.03.2009 - Resumo do Objeto: prorrogar até 30.04.2009  
30 a vigência do Termo Aditivo nº 05/2007, que visa a transferência de recursos financeiros, à  
31 Entidade, para a execução de atividades concernentes ao Sistema Único de Saúde SUS/SP,  
32 para Investimento – Aquisição de Equipamentos destinado ao CAISM - Parecer: CAD-66/12;  
33 110) PROC. Nº 27-P-08525/08, em nome do Hospital da Mulher Prof. Dr. José Aristodemo  
34 Pinotti, CAISM, 1) Termo Aditivo Nº 04/2008 ao Convênio - Partes: UNICAMP e Estado de  
35 São Paulo, por intermédio da Secretaria de Estado da Saúde - Executores: Oswaldo da Rocha  
36 Grassiotto/CAISM, Ângela Maria Bacha/CAISM e Luiz Augusto Michelin da Silva/CAISM -  
37 Data de Assinatura: 26.05.08 - Vigência: até 31.12.08 - Recursos: R\$200.000,00 - Resumo do  
38 Objeto: transferência de recursos financeiros, a Entidade, visando a execução de atividades  
39 concernentes ao SUS/SP, para Investimento – Aquisição de Equipamentos para o CAISM; 2)  
40 Termo de Reti-Ratificação - Data da Assinatura: 06.08.2009 - Resumo do Objeto: prorrogar o

1 Termo Aditivo até 30.09.09 - Parecer: CAD-67/12; 111) PROC. Nº 27-P-06625/03, em nome  
2 do Hospital da Mulher Prof. Dr. José Aristodemo Pinotti, CAISM, Contrato - Partes:  
3 UNICAMP e Discovery Laboratories, Inc. - Executores: Sérgio Tadeu Martins Marba/CAISM  
4 e Francisco Mezzacappa Filho/CAISM - Data de Assinatura: 12.08.03 - Vigência: 12 meses a  
5 partir da data de inclusão do último paciente - Recursos: R\$38.663,20 - Resumo do Objeto:  
6 realização do Estudo Clínico KL4-IRDS-06 intitulado: “Um Estudo Multifuncional,  
7 Multicêntrico, Randomizado, Mascaramento, Controlado, e de Superioridade Profilática da  
8 Segurança e Eficácia do Surfaxin® (Lucinactante) Comparado com o Exosurf® (Colfosceril  
9 Palmitato) na Prevenção da Síndrome do Desconforto Respiratório (SDR) em Recém  
10 Nascidos Prematuros- Parecer: CEPE-375/12; 112) PROC. Nº 01-P-29786/08, em nome de  
11 Centro de Estudos de Petróleo, CEPETRO, Aditivo nº 01 - Partes: UNICAMP/FUNCAMP e  
12 PETROBRAS - Executores: Celso K. Morooka/FEM e José Ricardo P. Mendes/FEM - Data  
13 de Assinatura: 26.03.11 - Vigência: 26.03.11 até 24.05.11 - Resumo do Objeto: dilatar o prazo  
14 de vigência do Contrato CENPES-0050.0047863.08-2, por mais 60 dias corridos visando a  
15 execução pela UNICAMP, sob regime de preço global, de serviços de Estudo do Efeito de  
16 VIM (Vortex Induced Motion) no Riser Híbrido Auto-Sustentável (RHAS) para Águas Ultra  
17 Profundas - Parecer: CEPE-411/12; 113) PROC. Nº 01-P-21695/04, em nome de Centro de  
18 Estudos de Petróleo, CEPETRO, Contrato de Doação, Partes: UNICAMP/FUNCAMP,  
19 FINEP e PETROBRAS, Executores: Paulo Roberto Ribeiro/FEM e Sérgio N. Bordalo/FEM,  
20 Data da Assinatura: 04.11.2011 - Resumo do Objeto: transferência dos bens remanescentes  
21 adquiridos em razão do Projeto “Controle de Poços em Águas Profundas e Ultra-Profundas” -  
22 Parecer: CAD-71/12; 114) PROC. Nº 01-P-19749/06, em nome de Centro de Estudos de  
23 Petróleo, CEPETRO, Termo Aditivo nº 03 - Partes: UNICAMP/FUNCAMP e PETROBRAS  
24 - Executores: Fernando de Almeida França/FEM e Antonio Carlos Bannwart/FEM - Data de  
25 Assinatura: 29.01.10 - Resumo do Objeto: prorrogar a vigência Convênio Específico 10 ao  
26 Termo de Cooperação CENPES-0050.0022844.06.4, por mais 180 dias, encerrando-se,  
27 portanto em 30.07.10, cujo objeto é o desenvolvimento do projeto “Implantação da oficina do  
28 LabPetro” - Parecer: CEPE-307/10; 115) PROC. Nº 01-P-25176/10, em nome do Centro de  
29 Estudos de Opinião Pública - Contrato - Partes: UNICAMP/FUNCAMP e Centro de Estudos  
30 e Pesquisa em Saúde Coletiva – CEPESC - Executores: Bruno Wilhelm Speck/IE e Rachel  
31 Meneguelo/IE - Data de Assinatura: 29.11.10 - Vigência: até 30.12.10 - Recursos:  
32 R\$24.000,00 - Resumo do Objeto: contratação de sociedade especializada, para a realização  
33 do serviço de Acompanhamento e Análise das candidatas majoritárias, e Acompanhamento e  
34 Análise das candidatas proporcionais, com foco no item financiamento de campanha, com o  
35 objetivo de obter um quadro geral e, ao mesmo tempo, detalhado, das principais  
36 características dos processos de coleta e estratégias de financiamento eleitoral, e a relação  
37 com chances de eleição, analisando, particularmente, como o sexo dos candidatos interfere e  
38 recorta tais estratégias e chances, e suas implicações para o acesso para as mulheres à  
39 representação política e a igualdade de gênero - Parecer: CEPE-412/12; 116) PROC. Nº 18-P-  
40 29135/10, em nome da Faculdade de Engenharia Química, 1) Contrato - Partes:

1 UNICAMP/FUNCAMP e a UNILEVER Brasil Ltda. - Executores: Rubens Maciel Filho/FEQ  
2 e Maria Regina Wolf Maciel/FEQ - Data de Assinatura: 16.05.2011 - Vigência: até  
3 31.12.2011 - Recursos: R\$80.000,00 - Resumo do Objeto: prestação de serviços, pela  
4 Unicamp à Unilever, de modulação e otimização de processos com base na metodologia  
5 “Product-driven process synthesis”, de propriedade da Unilever, tendo como objetivo final  
6 obter, por meio de implementação da citada metodologia, a definição de uma rota tecnológica  
7 para a produção de sabonetes, nos termos dos itens “vi” e “vii”, o que inclui a seleção de  
8 unidades de operação de processos e de suas interconexões, o dimensionamento de  
9 equipamentos para uma dada escala de produção e estimativa de custo da produção e  
10 investimento; 2) Comunicado de Rescisão - Data da Assinatura: 02.12.2011 - Resumo do  
11 Objeto: extinção do Contrato supracitado - Parecer: CEPE-376/12; 117) PROC. Nº 06-P-  
12 20048/97, em nome da Faculdade de Odontologia de Piracicaba, Convênio - Partes:  
13 UNICAMP e Guarda Mirim Municipal de Piracicaba - Executor: José Ricardo de Albergaria  
14 Barbosa/FOP - Data de Assinatura: 25.07.97 - Vigência: até 23.11.02 - Resumo do Objeto:  
15 cooperação mútua na realização de estágio educacional profissionalizante - Parecer: CEPE-  
16 413/12; 118) PROC. Nº 01-P-18999/07, em nome do Gabinete do Reitor, Instrumento  
17 Particular de Distrato - Partes: UNICAMP e Metro Tecnologia Informática Ltda. – ALFA -  
18 Data de Assinatura: 03.03.10 - Resumo do Objeto: declarar extinto o Convênio que objetivou  
19 estabelecer condições básicas e preliminares para a implantação de um hospital especializado  
20 em Oncologia, outorgando-se às Partícipes, ampla, geral e irrevogável quitação - Parecer:  
21 CEPE-414/12; 119) PROC. Nº 15-P-07471/10, em nome do Hospital de Clínicas, 1) Contrato  
22 - Partes: UNICAMP/FUNCAMP e Laboratórios Pfizer Ltda. - Executores: Rogério de Jesus  
23 Pedro/HC e William Barros de Abreu/HC - Data de Assinatura: 02.06.10 - Vigência: 60  
24 meses - Recursos: R\$6.580,00 por paciente - Resumo do Objeto: realização de Estudo Clínico  
25 intitulado “Estudo Internacional, Multicêntrico, Prospectivo e Observacional sobre a  
26 Segurança de Maraviroque Utilizado com Terapia de Base Otimizada em Pacientes Infectados  
27 por HIV-1 Previamente Experimentados – Protocolo A4001067”; 2) Termo de Distrato - Data  
28 de Assinatura: 10.02.12 - Resumo do Objeto: encerrar o Contrato supracitado, bem como  
29 todos os seus termos e condições - Parecer: CEPE-416/12; 120) PROC. Nº 32-P-00295/11,  
30 em nome do Centro de Hematologia e Hemoterapia da Unicamp, HEMOCENTRO, Rescisão  
31 de Contrato - Partes: UNICAMP/FUNCAMP e Novartis/Quintiles, Inc. - Executores:  
32 Cármino Antonio de Souza/Hemocentro e Irene Gyongyver Heidemarie Lorand-  
33 Metze/Hemocentro - Resumo do Objeto: rescindir a partir de 09.05.2011 o Contrato para a  
34 realização do “Estudo de fase III, randomizado, duplo-cego, controlado por placebo e  
35 multicêntrico de panobinostate para manutenção da resposta em pacientes que apresentam  
36 linfoma de Hodgkin com risco de recidiva após quimioterapia de doses elevadas e transplante  
37 autólogo de células-tronco”, por não haver arrolamento de pacientes no referido estudo -  
38 Parecer: CEPE-417/12; 121) PROC. Nº 08-P-02787/05, em nome do Instituto de Física Gleb  
39 Wataghin, Termo Aditivo nº 18 - Partes: UNICAMP e Associação Brasileira de Tecnologia  
40 de Luz Síncrotron – ABTLuS - Executor: Daniel Mário Ugarte/IFGW - Data de Assinatura:

1 22.02.10 - Vigência: 23.03.10 a 22.03.12 - Resumo do Objeto: prorrogar o prazo de vigência  
2 do convênio de cooperação firmado entre a UNICAMP e a ABTLuS em 22.03.05, visando a  
3 participação de pessoal docente e pesquisadores de ambas as instituições em atividades de  
4 pesquisa e docência de interesse comum - Parecer: CEPE-418/12; 122) PROC. Nº 01-P-  
5 03133/09, em nome da Agência de Inovação da Unicamp, INOVA, Termo Aditivo nº 01 ao  
6 Termo Aditivo nº 02 - Partes: UNICAMP/FUNCAMP e Prefeitura Municipal de Limeira -  
7 Executores: Roberto de Alencar Lotufo/INOVA e Davi Inocêncio Sales/INCAMP - Data de  
8 Assinatura: 01.07.10 - Vigência: até 02.07.11 - Resumo do Objeto: prorrogar a vigência do  
9 Termo Aditivo Nº 02 que objetivou o desenvolvimento de atividades voltadas à promoção e  
10 execução de ações transversais e multidisciplinares visando à implantação do Parque  
11 Tecnológico de Limeira - Parecer: CEPE-419/12; 123) PROC. Nº 01-P-02364/95, em nome  
12 do Núcleo Interdisciplinar de Planejamento Energético, NIPE, Termo Aditivo Nº 01 - Partes:  
13 UNICAMP/FUNCAMP e a ELETROBRAS - Executores: Sérgio Valdir Bajay/NIPE e  
14 Arnaldo César da Silva Walter/NIPE - Data da Assinatura: 31.01.1997 - Vigência: até  
15 31.03.1998 - Recursos: 03 parcelas iguais de US\$ 6.886,75 - Resumo do Objeto: ampliar as  
16 atividades e prorrogar o prazo de vigência do Contrato que objetivou a realização do projeto  
17 de pesquisa intitulado “Desenvolvimento de programas de conservação de energia elétrica e  
18 modulação de carga nos segmentos industriais de papel e celulose e fundição, na região  
19 administrativa de Campinas” - Parecer: CEPE-377/12; 124) PROC. Nº 01-P-10388/11, em  
20 nome da Coordenadoria de Relações Institucionais e Internacionais, CORI, Acordo de  
21 Execução de Projeto, Partes: UNICAMP e Organização dos Estados Americanos – OEA -  
22 Executores: Luis Augusto Barbosa Cortez/FEAGRI e Antonio Ludovico Beraldo/FEAGRI -  
23 Data de Assinatura: 03.10.11 - Vigência: 01.05.10 a 30.06.11 - Resumo do Objeto:  
24 desenvolvimento do projeto intitulado: “Projeto Bio Innovation para las Americas: Red  
25 BIONNA” - Parecer: CEPE-426/12. Em seguida, passa à discussão do item 1 – Proc. nº 01-E-  
26 25887/10 – Proposta de Deliberação Consu que define regras de adequação dos  
27 Departamentos, unidade básica dos Institutos e Faculdades – Manifestações PG e CLN. Este  
28 item diz respeito à composição, formação e manutenção de departamentos. Na última  
29 discussão que aconteceu no Consu, o assunto foi retirado de pauta para que retornasse à  
30 Comissão de Planejamento Institucional, para que fosse reavaliado. Agora ele volta agora  
31 como uma proposta da Copei. Solicita ao professor De Decca, que faça uma explanação das  
32 discussões e da atual proposta. O Conselheiro EDGAR SALVADORI DE DECCA diz que  
33 em virtude de sugestões em relação à proposta original, estas foram remetidas à Comissão de  
34 Planejamento Institucional, para que fossem devidamente trabalhadas. Isso implica mudanças  
35 nos Estatutos e no Regimento da Universidade, e para serem mais hábeis no tratamento da  
36 questão, irá resumir em termos bastante sintéticos o conteúdo que implica essas alterações. A  
37 proposta que está sendo encaminhada como minuta de deliberação tem a intenção de  
38 reestruturar o perfil departamental da Universidade, visando principalmente maior integração  
39 dos docentes no interior das unidades. Esse assunto foi bastante discutido pela Copei, que por  
40 duas vezes se debruçou sobre o tema e a conclusão a que chegou na última reunião é que o

1 assunto já estava devidamente discutido e em condições plenas de ser encaminhado e votado  
2 pelo Conselho Universitário. A questão a que se resume a proposta é que na nova  
3 configuração das estruturas departamentais, para aquelas unidades de ensino e pesquisa que  
4 vierem a adotá-las, uma vez que há unidades, como é o caso da Feagri e da FCA, que não  
5 adotam o regime departamental, que o façam com uma reestruturação que preserve o mínimo  
6 de 12 docentes para existência de um departamento. Esse é o ponto fundamental. A partir do  
7 momento da implantação todas as unidades teriam um ano para reestruturar todos os seus  
8 departamentos. A fusão, a manutenção e a divisão de departamentos devem respeitar a  
9 existência de dez docentes; Uma vez realizada a reestruturação, caso haja departamentos que  
10 ainda pretendam continuar existindo com um número menor do que o colocado, deverá ser  
11 encaminhada uma solicitação ao Conselho Universitário de permanência e manutenção deste  
12 departamento por um prazo de 24 meses, tempo o qual a unidade teria condições de aportar  
13 novas contratações. Então, fundamentalmente, a reestruturação que ora se opera tem algumas  
14 mudanças que são, inclusive, em benefício das estruturas departamentais, uma vez que na  
15 nova deliberação a única exigência que se faz para a existência do departamento é que ele  
16 tenha, pelo menos, os professores em nível de doutor. O título de doutor é o título suficiente  
17 para que o departamento se estruture. Isso fica assegurado na alteração do Artigo 85 dos  
18 Estatutos e no Artigo 149 do Regimento Geral. Inseriu-se o Artigo 85-A nos Estatutos com a  
19 seguinte redação: “A fusão, a manutenção ou a divisão de Departamento fica condicionada ao  
20 atendimento dos requisitos expressos nos Incisos I e II do artigo 85, bem como na existência  
21 de pelo menos 10 (dez) docentes.” Com essa reestruturação, a opinião geral dentro da Copei é  
22 que haverá melhores condições para que os docentes de uma unidade possam vir a conviver  
23 de forma mais harmoniosa e intensa. É com esse intuito que a proposta está sendo  
24 encaminhada, sem que haja qualquer prejuízo do ponto de vista daqueles que estão hoje em  
25 exercício de mandato. O exercício e as GRs permanecerão existindo até a extinção dos  
26 respectivos departamentos que hoje não atenderiam à nova deliberação e, com relação ao  
27 corpo administrativo, essa nova estruturação demandará certificação específica de cada  
28 unidade que venha a atender à nova estrutura. Então, a questão das GRs e tudo aquilo que é da  
29 alçada e delegação da Administração Central, uma vez assegurada a nova estrutura, seria  
30 certificada e asseguraria, portanto, quais as gratificações atribuídas a cada unidade para vir a  
31 funcionar nesse novo contexto. Acredita que essa proposta seja um passo importante para a  
32 Universidade. Insiste que, ao contrário de alguns comentários de que isso seria uma  
33 racionalização burocrática com o intuito de economizar recursos para o orçamento, pelo  
34 contrário, não é isso que está em causa, nem isso foi colocado como ponto a ser debatido. O  
35 que se valorizou foi o pedagógico e educacional na organização, sobre a vantagem científica e  
36 de integração de áreas de pesquisa no contexto departamental. É evidente que vai requerer  
37 certo sacrifício, já é tradição acomodarem-se com as questões estabelecidas; por exemplo,  
38 quem tinha o conforto de um departamento amplo para duas pessoas, se tiver de abrigar um  
39 número um pouco maior de docentes pode vir a causar certo incômodo. Mas isso faz parte das  
40 idiosincrasias. Mas é sabido que na história da Universidade essa criação departamental foi

1 muito aleatória e sujeita a interesses, às vezes, muito particulares. A Universidade está  
2 passando por um novo momento, de perspectiva de futuro muito promissor e também é de  
3 responsabilidade da gestão repensar a organização e estrutura dos departamentos. Acredita  
4 que a proposta trará bastante benefício para a Universidade. O Conselheiro JOSÉ CLÁUDIO  
5 GEROMEL diz que já teve oportunidade de fazer breve pronunciamento a respeito dessa  
6 proposta na reunião anterior, mas ela o preocupa e irá colocar o que pensa nesse sentido.  
7 Primeiro, ao contrário do que mencionou o professor De Decca, não vê nenhum argumento  
8 acadêmico sólido para que a proposta seja adotada. E lembra que mexer com a estrutura  
9 básica da Universidade requer parcimônia, cuidado e, sobretudo, uma análise estrita das  
10 consequências acadêmicas. Acha que o número que o Regimento Geral atribui hoje, de seis  
11 docentes por departamento, ao contrário do que está sendo proposto, para dez ou 12, foi  
12 pensado diante de um cenário da Universidade que o seis é homogêneo, é válido para todas as  
13 áreas e todos os institutos e faculdades. Hoje, segundo dados fornecidos na última reunião do  
14 Conselho Universitário há, em média, 15 docentes por departamento, portanto, atende a mais  
15 daquilo que se quer colocar. Acredita que não tendo um argumento acadêmico sólido e,  
16 sobretudo, olhando a questão basicamente administrativa, também gostaria de dizer que há,  
17 como disse o professor De Decca, departamentos que não cumprem a legislação atual. O  
18 professor mencionou de dois a cinco docentes, quando se exige, pelo Regimento, seis no  
19 mínimo. Acha que não há necessidade de nenhuma ação do Consu para que isso seja  
20 corrigido, mas sim um empenho da Administração nesse sentido. Volta a salientar que  
21 entende, portanto, que a atual estrutura lhe parece adequada para que ela continue a existir no  
22 seio da Universidade. A Conselheira CLAUDIA MARIA BAUZER MEDEIROS diz que  
23 como chegou no meio da fala do professor De Decca, não sabe se ele teria mencionado o  
24 assunto que irá abordar. É uma pergunta específica, mas adianta que considera essas  
25 modificações muito positivas, e como disse o professor De Decca, até um pouco tímidas,  
26 porque se trata de questões administrativas. Pergunta se existe alguma razão do número  
27 mínimo de 12 docentes por departamento, o que levou a comissão a propor esse número. O  
28 Conselheiro EDGAR SALVADORI DE DECCA diz que não havia mencionado o porquê, e  
29 que depois responderá. A Conselheira GLÁUCIA MARIA PASTORE diz que tende a  
30 concordar com o centro dessa questão, levantada pelo professor Geromel. Primeiro porque, de  
31 fato, não fica claro qual é o benefício concreto que a Universidade terá, a não ser a redução de  
32 custos. Então pergunta se não deveriam fazer essa modificação depois que tivessem terminado  
33 a certificação dos docentes das unidades. Nos últimos 10 anos a Universidade passou por um  
34 grave processo de encolhimento docente; embora o número total seja sempre apresentado pela  
35 Administração como aumentado, isso não reflete a realidade das unidades em geral. Houve  
36 um envelhecimento natural do quadro docente que resultou em aposentadorias. Houve  
37 também uma reposição de docentes não na velocidade que muitas unidades e departamentos  
38 necessitavam. Então, irão fazer uma modificação artificial, na verdade, porque, por exemplo,  
39 dois departamentos que não tiveram seus docentes repostos de forma adequada, não têm o que  
40 juntar, a não ser suas misérias, porque, na verdade, eles tiveram áreas e laboratórios extintos.

1 Esta não é uma matéria urgente, então caberia um estudo mais aprofundado, departamento por  
2 departamento, área por área, sobre o que aconteceu, de fato, nesse período. De posse desses  
3 dados poderão analisar, caso contrário criariam situações artificiais. E a outra questão que a  
4 preocupa é a seguinte. O professor De Decca mencionou um ponto bastante importante da  
5 vida acadêmica, que é a dificuldade e a falta de integração. Em sua opinião o desenho da  
6 integração não necessita de mudanças departamentais ou institucionais organizacionais.  
7 Preocupa-se muito com tudo o que aconteceu nos últimos anos e não enxergar criticamente as  
8 necessidades. Reforça que o professor Geromel tocou em um ponto que realmente a preocupa  
9 muito: qual é a base, qual é o resultado importante que haverá com isso. A Conselheira  
10 NÁDIA FARAGE diz que também se posiciona contrariamente ao projeto, porque não  
11 consegue ver bons argumentos acadêmicos para fazer essa reforma. O argumento econômico  
12 foi utilizado nos debates na Cepe dois anos atrás, quando essa proposta veio pela primeira vez  
13 a esta Casa. De todo modo, o argumento utilizado quanto à sociabilidade acadêmica não faz  
14 sentido, porque ela é um bolsão de liberdade de organização dos docentes e um departamento  
15 não tem de ter nem número mínimo nem número máximo, mas a organização departamental  
16 responde à dinâmica da produção científica. Ela é atrelada a um processo histórico do  
17 desenvolvimento científico. Nesse sentido, os departamentos surgem ou se extinguem em  
18 função do debate interno da Universidade e não de uma questão numérica. Registra também  
19 que há muitos anos ouviu de decanos da Universidade de São Paulo, professores Antonio  
20 Candido e Aparecida Santilli, um relato diverso em relação ao surgimento dos departamentos  
21 na vida acadêmica brasileira, em que eles frisaram muito o papel democrático da instituição  
22 do departamento contra o que era então um poder quase que totalitário do catedrático. Isso foi  
23 uma ferramenta, do ponto de vista desses colegas mais velhos, para a democratização da  
24 universidade. E agora o que vê, somando-se às preocupações da professora Gláucia, é  
25 exatamente isso: um enxugamento drástico dos departamentos pelo seu envelhecimento e não  
26 reposição adequada; uma fusão forçada que corresponde também a certa volta sub-reptícia da  
27 cátedra, com toda a ênfase que tem sido dada ao professor titular e à quantidade de recursos  
28 que ele pode alocar. Nesse sentido, irá continuar defendendo a organização departamental e a  
29 livre organização departamental que não passe e não precise ser legislada pelo Conselho  
30 Universitário. O Conselheiro GUILHERME ARAÚJO WOOD diz que o Regimento Geral  
31 trata da criação dos departamentos, mas não da sua manutenção, por isso existem esses  
32 departamentos com pequeno número de docentes. Acredita que a questão possa ser dividida  
33 em duas: o número em si, como o professor Geromel colocou, e a alteração, que é necessária,  
34 senão não tem como mexer nos departamentos que têm de dois a cinco docentes. Pergunta se  
35 essa alteração afeta, de alguma forma, os colégios técnicos. O MAGNÍFICO REITOR  
36 responde que essa alteração só diz respeito às unidades de ensino e pesquisa. O Conselheiro  
37 RONALDO ALOISE PILLI diz que é importante que a Universidade se debruce sobre a  
38 questão da estrutura departamental que abriga hoje, não só por razões de ordem do orçamento,  
39 que acha que são relevantes, mas principalmente porque entende que atualmente o cenário do  
40 ensino e da pesquisa requer um novo arranjo. É muito comum observarem na Unicamp e em

1 outras universidades brasileiras uma estrutura departamental que corresponde exatamente ao  
2 que era há trinta anos, através dos cursos oferecidos, através até mesmo da formação dos  
3 alunos. Então, tem a certeza de que um dos grandes desafios da Universidade é refletir e ser  
4 capaz de criar outra estrutura departamental que responda ao momento atual das questões que  
5 estão presentes no cenário da ciência, da tecnologia e da inovação. A Unicamp é  
6 marcadamente uma universidade arrojada, deve ser assim, e não deve se furtar a essas  
7 discussões sob pena de preservar nichos que talvez não respondam mais aos anseios nem das  
8 questões intelectuais importantes, nem dos desafios do país. Este é um começo, mas não será,  
9 certamente, o final de uma grande discussão que se deve fazer sobre se o arranjo  
10 departamental hoje atende às melhores aspirações da Universidade e da sociedade. O  
11 Conselheiro RODNEI BERTAZZOLI manifesta-se favoravelmente à proposta, até porque  
12 participou ativamente das discussões na Copei. Uma de suas colocações é que hoje os  
13 departamentos são basicamente os locais onde os docentes estão lotados administrativamente.  
14 Ao longo dos anos, e com a evolução da Universidade, as responsabilidades de ensino,  
15 principalmente, graduação e pós-graduação, passaram a ser das comissões, que hoje têm total  
16 liberdade de atribuições de disciplinas. Atualmente existem comissões de graduação e de pós-  
17 graduação completamente independentes. Grande parte dos departamentos, tais como  
18 organizados hoje, foi constituída não atendendo às necessidades de ensino e pesquisa, mas  
19 sim a conveniências locais e, eventualmente, conveniências pessoais. Ao longo dos anos a  
20 grande maioria desses departamentos refletiam também áreas de pesquisa, e que com a  
21 evolução da ciência e da tecnologia deixaram de ser áreas relevantes e passaram a ser  
22 ferramentas de trabalho. Acredita que seja a hora de tentarem construir uma estrutura  
23 departamental mais moderna, que possa refletir áreas de pesquisa de acordo com a evolução, e  
24 que possam propiciar maior interação entre docentes. Acredita, com bastante convicção, que é  
25 função deste Conselho Universitário induzir ações e imprimir maior dinamismo à organização  
26 acadêmica da Universidade, e não manter o *status quo* atual, que atende a conveniências  
27 pessoais e a pseudo liberdade acadêmica. Essa é muito mais do que uma questão  
28 orçamentária. No futuro essa proposta irá beneficiar uma nova organização acadêmica, em  
29 benefício do ensino e da pesquisa. O Conselheiro ALAN GODOY SOUZA MELLO diz que  
30 não vê como essa proposta poderia ser tão revolucionária para modificar a estrutura da  
31 organização da Universidade, como algumas pessoas vêm defendendo, tanto favorável quanto  
32 contrariamente. Enxerga certa polarização ainda para o formato antigo de departamentos,  
33 como existe atualmente nesta Universidade e na universidade brasileira em geral.  
34 Particularmente não vê razão de definir de forma centralizada a maneira de as unidades de  
35 ensino e pesquisa se estruturarem. Considera que as especificidades de cada área exigem  
36 especificidades administrativas também, não somente na forma como lidar com o  
37 conhecimento. Seria interessante simplesmente extirpar de todo o regimento e dos estatutos a  
38 definição de departamento e deixar a cada unidade definir sua organização interna. A  
39 discussão administrativa e orçamentária, por menos agradável de fazer, é importante, porque  
40 terão de fazer gastos, e os recursos terão de sair de algum lugar. Se aumentarem a estrutura

1 administrativa dos departamentos terão de reorganizar os recursos. Para isso é preciso que as  
2 unidades definam como será sua nova organização, que discutam a extinção dos  
3 departamentos nos estatutos e regimento, e que possibilitem a criação de grupos  
4 administrativos. Que o Consu defina o número de pessoas em cada unidade que irá lidar com  
5 a área administrativa interna; e então, se as unidades quiserem organizar essas pessoas para  
6 secretarias de departamento, sem problema, e se elas quiserem organizar secretarias  
7 centralizadas de departamentos, também é outra possibilidade. Seria algo mais em prol da  
8 autonomia e permitiria um bom controle administrativo dos custos envolvidos com a questão  
9 do departamento. Além de propiciar a independência das unidades na forma da organização  
10 interna, também seria importante incluir nessa discussão a organização externa. Sentiu falta  
11 quando estava na graduação e continua sentindo falta da existência de algum grupo ou  
12 instância superior que visasse congregar áreas próximas. Por exemplo, na área de engenharias  
13 e tecnologia, há sete unidades separadas e que não têm nenhuma forma de estabelecer um  
14 diálogo formal. O único diálogo que vai acontecer, por exemplo, para os currículos de  
15 engenharia, é na Comissão Central de Graduação, não existe nada de intermediário que vá  
16 tratar das especificidades. Este Consu discutiu e aprovou a criação da Faculdade de  
17 Enfermagem e está discutindo a criação da Faculdade de Farmácia. Estão cada vez mais  
18 pulverizando as unidades, e como já colocou, é plenamente favorável à autonomia delas; mas  
19 se pulverizarem demais irão realmente contrariar o que está sendo colocado por vários  
20 conselheiros como ponto positivo, que é a questão dos departamentos favorecerem o diálogo e  
21 tudo o mais. Se pulverizarem mais e mais acabam por prejudicar também a otimização da  
22 utilização dos recursos, porque na medida em que gastam de forma mais racional estes podem  
23 ser repassados para outras questões mais adequadas. Seria interessante rediscutir a  
24 organização departamental observando a estrutura de departamentos, unidades e  
25 supraunidades para criar uma estrutura que favoreça a independência e que, ao mesmo tempo,  
26 seja harmônica. O Conselheiro JOSÉ ANTENOR POMILIO diz que este assunto não é novo.  
27 Foi também bastante discutido na Copei e alguns pontos saíram de lá de forma razoavelmente  
28 homogênea. Os departamentos variam de unidade a unidade. A Feecc tem um único curso, com  
29 uma comissão de graduação centralizada; os departamentos se formaram a partir de outros  
30 critérios que não o ligado ao ensino de graduação. Mas isso não é assim na Universidade toda.  
31 E então, qualquer modelo uniforme que se tente aplicar, ou vai ficar folgado ou vai ficar  
32 apertado em um ou outro lugar. Esse é o problema de qualquer norma que estabeleça números  
33 etc. E também gostaria de saber se existe uma justificativa acadêmica para os números  
34 sugeridos dez, 12, ou mesmo para o número seis, que é o atual. O número seis só viu lá atrás,  
35 quando havia uma carreira de seis níveis: titular, associado, adjunto, doutor, assistente e o  
36 técnico de ensino; ou seja, uma estrutura vinculada a um catedrático. E acha que isso perdeu  
37 razões acadêmicas há muitas décadas. Dessa maneira, se o número existir ele não tem razão  
38 acadêmica, portanto, ele poderia ser qualquer um, desde que permitisse à estrutura funcionar e  
39 responder às suas obrigações, que é fazer ciência, desenvolvimento, ensino e formar recursos  
40 humanos. Parece que o problema central que levou a essa discussão, e isso é recorrente em

1 várias situações, não só no caso dos departamentos, é que o regimento não prevê o que  
2 acontece quando o número de docente por departamento cair abaixo de seis. Se existem  
3 departamentos com quantidade menor, é porque não cuidaram disso, por impossibilidade  
4 estatutária regimental ou por qualquer outra razão. O que parece que esta proposta traz de  
5 diferente é como tratar esses casos: podem aplicar este critério de como lidar quando se está  
6 abaixo de um número  $n$  para qualquer  $n$ ; a restrição é que seja inteiro e positivo, mas ele pode  
7 ser aplicado com o número seis ou com qualquer outro. Nesse sentido ele ajuda nessa  
8 organização; o número em si, não vê razão, se alguém enxergar, gostaria de saber. Uma  
9 questão que discutiu na Copei é que acredita que pode ser possível que se justifique  
10 academicamente um agrupamento, que denominem de departamento, com uma quantidade  
11 menor que  $n$ , seja ele qual for, e que pode ser justificado academicamente aos órgãos  
12 competentes, que é o que está incluído aqui corretamente. Não concorda com a restrição que  
13 está colocada – e já adianta que perdeu essa votação na Copei –, com a necessidade de um  
14 quórum qualificado para aprovação de uma situação transitória, limitada no tempo, com o  
15 mesmo quórum que exige a mudança de regimento e estatutos da Universidade. Acha que se  
16 tiverem a maioria do Consu é mais do que suficiente. Nesse sentido, como essa situação  
17 transitória está prevista, gostaria que, se encaminhado para votação, cogitassem também a  
18 probabilidade de alterar essa questão. O Conselheiro JOÃO RAIMUNDO MENDONÇA DE  
19 SOUZA diz que essa discussão da estrutura dos departamentos não é nova e acha que ela  
20 carece de um diagnóstico mais profundo. Seria necessário ter uma noção mais global de como  
21 isso funciona nas universidades federais e nas outras universidades paulistas. A questão da  
22 autonomia é importante, mas ela tem de ser norteadada por algum parâmetro. Ouviu atentamente  
23 a fala do professor Rodnei, quando levantou uma série de críticas à estrutura departamental,  
24 que também não são novas, de que na estrutura tem uma relação um tanto corporativa. É claro  
25 que o departamento teve uma evolução importante em relação ao sistema de cátedra, mas tem  
26 dúvidas se a estrutura responde hoje a essa discussão do que se espera da Universidade. Esse é  
27 um debate que exige mais profundidade. Na Unicamp há unidades que funcionam com outras  
28 estruturas. Com essa experiência, qual foi o resultado? Qual o diagnóstico que se faz disso?  
29 Porque a ideia era buscar uma discussão que sintonizasse a Universidade com uma discussão  
30 nova do ponto de vista da interface dos setores. Nesse sentido, essa resolução não pode se  
31 encerrar aqui. Essa discussão deve ser permanente. Não sabe se o número é significativo, mas  
32 acredita que o debate mais importante é o conceito, se é esse o caminho da estruturação e  
33 organização das unidades. O Conselheiro JOSÉ ALVES DE FREITAS NETO irá se  
34 manifestar recuperando o espírito aqui sugerido, e também depois dos comentários feitos  
35 pelos dois lados – contrários e favoráveis. Acredita que liberdade de pesquisa não é definida  
36 pelo departamento, ela é anterior e ultrapassa o próprio espírito da Universidade. Há outros  
37 locais para definir e pensar, como grupos de pesquisa, linhas e outras temáticas. Atrelar o  
38 departamento como sendo o guardião da liberdade de pesquisa parece um tanto equivocado  
39 nesse aspecto. A proposta prevê um período de dois anos e também a hipótese de haver  
40 exceções. Pensar departamentos é uma questão muito delicada, porque cada unidade funciona

1 de um jeito. Existe departamento que sozinho leva curso de graduação e curso de pós-  
2 graduação, e há cursos que se pulverizam em números infínitos. Passar de seis para 12  
3 docentes pode ser uma maneira de pressionar pela manutenção dos departamentos. É preciso  
4 pensar que departamentos maiores têm maior força e maior impacto dentro das unidades.  
5 Questiona se os limites da ciência são tão intransponíveis assim que não possam ser  
6 renomeados e redefinidos. Nesse sentido a proposta parece bastante pertinente. Reitera que  
7 liberdade de pesquisa não se restringe a departamento e que existe a possibilidade de transição  
8 e depois, ainda, de analisar as exceções. O Conselheiro LUIZ CARLOS DE FREITAS diz que  
9 votou favoravelmente pela indicação na Copei, ouviu atentamente os colegas que o  
10 antecederam e não encontrou nenhum argumento que o demovesse da ideia de que este é um  
11 bom caminho para a Universidade. A argumentação desenvolvida pelo professor Pilli colocou  
12 o centro da razão para que os diretores façam uma pequena exigência a mais para as unidades,  
13 que é passar de seis para dez professores. Ao longo de trinta anos houve uma mudança  
14 bastante significativa nos modelos de produção científica, caminhando para um apagamento  
15 entre as fronteiras dos temas, subtemas e até de ciências inteiras. Portanto, considera uma  
16 atualização relevante. Mas é difícil, porque o departamento não é uma instância simplesmente  
17 acadêmica. Na realidade, ele é uma estrutura de poder, e como tal, mexer em seu número gera  
18 certos incômodos. Mas é necessário definir. Vão olhar para o departamento como uma  
19 estrutura de poder ou puxá-lo para a dimensão acadêmica? O poder está sempre envolvido  
20 nessas questões, mas a valorização deve se dar pela sua dimensão acadêmica. Sua impressão é  
21 de que hoje os departamentos estão cada vez mais anacrônicos. Eles se fossilizaram, são  
22 estruturas muitas vezes corporativas, que estão na linha do dividir para reinar, e isso cria uma  
23 série de travas para o próprio desenvolvimento científico. Parece, portanto, que a ideia é  
24 acertada. Claro que no passado o departamento teve um papel importante, mas não estão mais  
25 na ditadura; não se trata mais de se organizarem em departamentos para enfrentar estruturas  
26 autoritárias. As unidades hoje têm as suas congregações, naquela época não, então o  
27 departamento tinha uma função de defesa importante. A institucionalidade democrática nas  
28 unidades e na Universidade está funcionando plenamente, as suas instâncias estão operando.  
29 Portanto, acha que há condições de darem um passo nessa direção e assinalarem para a  
30 Universidade que estão olhando para uma universidade que produz cientificamente de  
31 maneira mais integrada, associada e menos dividida, e centrada em estruturas e  
32 microestruturas de poder. O Conselheiro EDGAR SALVADORI DE DECCA responderá às  
33 questões colocadas na discussão. Mas antes disso, diz que ao contrário daquilo que surgiu em  
34 algumas falas, é possível perceber, pela intervenção do Conselho Universitário, o quanto esse  
35 assunto é bem conhecido e o quanto já foi debatido entre as pessoas deste mesmo Consu e  
36 também nas unidades. Foram feitas várias boas proposições e também algumas críticas que  
37 talvez deveriam ser abalizadas para entrar em regime de votação. Em seguida, diz que das  
38 três universidades paulistas, a única que mantém um número muito pequeno de docentes para  
39 a existência de um departamento é a Unicamp. A USP e a Unesp têm como exigência mínima  
40 o número de 15 docentes para que um departamento possa existir. Isso não significa que

1 devam seguir os passos da USP e da Unesp. A iniciativa não foi fundamentalmente baseada  
2 por racionalização econômica, embora possam vir a ocorrer economias não desprezíveis.  
3 Pensando que no Orçamento deste ano, com todos os aportes que estão fazendo em termos de  
4 contratação de docentes, o comprometimento com a folha só em salários chega a quase 90%.  
5 Mas não foi basicamente o que moveu a proposta discutida aqui no Conselho e pela Copei. O  
6 professor Rodnei levantou o assunto de maneira pertinente, os professores Pilli e Luiz Carlos  
7 levantaram questões que foram exaustivamente discutidas. Acha que hoje, e cada vez mais, as  
8 unidades estão balizadas principalmente pelas comissões de pesquisa, de graduação e pós-  
9 graduação; esse é o novo perfil. É preciso atentar para o modo como as comissões de  
10 graduação e de pós-graduação atuam no contexto da Universidade. Nota-se que os  
11 departamentos estão muito aquém dessas frentes novas, muito efetivas e atuantes. Quanto ao  
12 número de dez docentes por departamento, foi alcançado pela média do resultado das  
13 planilhas do levantamento realizado na Universidade; tendo em vista a informatização, todos  
14 os processos estão bastante racionalizados do ponto de vista da administração das unidades.  
15 Com isso os departamentos foram progressivamente perdendo função. O departamento, como  
16 realidade, tem pouca importância, e às vezes pode ser prejudicial para as unidades. Por  
17 exemplo, no Departamento de História do IFCH, a importância das comissões de graduação e  
18 de pós-graduação, que há anos tem a maior nota de pós-graduação no Brasil, demonstra que  
19 essas comissões atuam de forma mais efetiva do que o chefe do departamento, que tem  
20 autoridade cada vez mais secundária. Essa discussão surgiu a partir dos novos caminhos que a  
21 Universidade começou a trilhar. As iniciativas não partiram da Reitoria, na verdade, a  
22 proposta surgiu porque o IB saiu à frente nessa reformulação; a FEQ encaminhou e já  
23 resolveu a questão departamental buscando soluções novas de reestruturação; e a FEF seguiu  
24 o mesmo caminho. O movimento já está em curso. Acredita que os departamentos irão se  
25 beneficiar à medida que se reestruturarem. Na verdade, a média de docentes dentro  
26 departamentos hoje é dez. O que estão querendo é que os que venham a ser criados o sejam  
27 com um patamar um pouco superior, na medida em que haverá fusão. Então, que seja pelo  
28 menos 12 o número inicial. Dez é o número vigente, quer dizer, aqueles que existirem com  
29 dez docentes permanecerão. A proposta tem a generosidade de conceder a qualquer unidade a  
30 oportunidade de justificar perante o Conselho Universitário o porquê da permanência de um  
31 número inferior a  $n$ , como aqui mencionado. Talvez a única questão pertinente a ser  
32 reavaliada, no contexto do que foi discutido na Copei, é o que foi levantado pelo professor  
33 Pomilio, por que serem tão intransigentes na hora da votação da permanência de um  
34 departamento pelo quórum qualificado, quando a maioria dos votos poderia garantir esses  
35 direitos, com a devida justificativa acadêmica junto ao Consu. Talvez essa questão tenha de  
36 ser considerada à parte, porque, no mais, a proposta está bastante ajustada à realidade da  
37 Unicamp. O Conselheiro JOSÉ CLÁUDIO GEROMEL solicita um aparte. A respeito do  
38 número dez, lembra-se que tentou observar esse ponto e determinaram aqui na última vez que  
39 deveria ser 15. O Conselheiro EDGAR SALVADORI DE DECCA diz que, de fato, 15 foi a  
40 primeira proposta. O Conselheiro JOSÉ CLÁUDIO GEROMEL diz que não, número médio

1 de docentes por departamento na Unicamp é 15. Gostaria que esse ponto fosse esclarecido. O  
2 Conselheiro EDGAR SALVADORI DE DECCA responde que a primeira proposta que  
3 chegou a este Conselho estabelecia que os departamentos deveriam ser estruturados no  
4 número de 15 docentes. E se isso fosse feito, muito provavelmente o impacto que ocasionaria  
5 seria muito grande; praticamente 50% da estrutura departamental teria de ser revista. A Copei  
6 sugeriu que o número dez como existência mínima para manutenção fosse acatado; significa  
7 que boa parte das unidades se adequaria ao número dez, e colocaram o número 12 como  
8 número que permitiria a criação de novo departamento e novo resultado das fusões do que já  
9 existe. Então, estabeleceram o patamar de 12 docentes para criar o departamento, dez para  
10 existir e o número inferior o Conselho Universitário abaliza. Na proposta da deliberação o  
11 quórum deve ser qualificado e o professor Pomilio sugere que essa votação seja por maioria  
12 absoluta, e talvez seja relevante que isso seja discutido. Mas faz um ano e meio que estão  
13 discutindo, tanto no Consu quanto na Copei. A discussão é exaustiva, não há mais o que  
14 explorar deste assunto. Assim que a reestruturação dos departamentos ocorrer, a certificação  
15 poderá ser feita juntamente com as demandas que as unidades terão frente à nova realidade.  
16 Por isso não haverá prejuízo, seja do ponto de vista administrativo dos funcionários, seja com  
17 relação às GRs. Aqueles que estiverem à frente dos departamentos terão assegurados para si  
18 suas gratificações. Em vez de engessarem a existência departamental inferior a dez docentes a  
19 uma votação de quórum qualificado, talvez a votação pela maioria seja mais condizente com a  
20 expectativa. O Conselheiro JOSÉ CLÁUDIO GEROMEL solicita ao professor De Decca que  
21 informe o número de departamentos existentes hoje na Universidade e o número total de  
22 docentes que constam daquela planilha. O Conselheiro EDGAR SALVADORI DE DECCA  
23 diz que como ela já foi divulgada para todos, achou desnecessário trazê-la novamente. O  
24 Conselheiro JOSÉ CLÁUDIO GEROMEL diz que deseja este dado somente. O Conselheiro  
25 ADALBERTO BONO MAURIZIO SACCHI BASSI diz que as falas dos professores Pilli,  
26 Rodnei, De Decca, Luiz Carlos e Pomilio muito contribuíram para esta discussão. Ingressou  
27 na Unicamp em fevereiro de 1970 e tem certeza absoluta do papel importante que os  
28 departamentos tiveram na época para a democratização da Universidade, como resistência ao  
29 regime militar. Hoje em dia a existência da estrutura departamental é um anacronismo. Ela  
30 atrapalha o planejamento de ensino de graduação e de pós-graduação, e a formação de grupos  
31 interdisciplinares de pesquisa. O ideal seria sua extinção. Entretanto, é preciso ter a visão do  
32 que pode ser feito e avançar lentamente. É um passo muito pequeno, mas um passo na direção  
33 certa em relação ao aspecto acadêmico. E se, além disso, a reestruturação orçamentária  
34 produzir economia, melhor ainda; não há como ser contrário a essa proposta. Manifesta-se  
35 favoravelmente. O Conselheiro EDGAR SALVADORI DE DECCA, respondendo ao  
36 professor Geromel, diz que no dia 11 de novembro do ano passado foi apresentada neste  
37 Conselho uma análise do número de departamentos que continha pelo menos 12 docentes. Os  
38 departamentos que possuíam menos de 12, na ocasião, eram em número de 48 departamentos:  
39 11 na FCM, dois na FE, dois na FEA, um na FEC, nove na Feec, dois na FEF, quatro na  
40 FEM, quatro na FEQ, quatro na FOP, quatro no IA, dois do IB, um no IFCH e dois no IG.

1 Todos os outros departamentos não serão atingidos por essa reestruturação. Existem hoje na  
2 Universidade 108 departamentos. Naquela ocasião existiam 1.700 docentes, mas o quadro  
3 está evoluindo significativamente. O Conselheiro JOSÉ CLÁUDIO GEROMEL diz que,  
4 então, a média é o número 1.700 dividido por 108, o que resulta em 16 docentes por  
5 departamento, e não dez. Lembra-se desse número. O Conselheiro EDGAR SALVADORI  
6 DE DECCA concorda com o professor. Inicialmente a proposta da Copei era de 15 docentes  
7 por departamento; inicialmente haviam feito essa conta. O MAGNÍFICO REITOR diz que a  
8 média está boa, porque existem departamentos com oitenta docentes, outros com cinco, e há  
9 unidades que não têm departamentos. Se for tomado o número de docentes por departamento  
10 notarão que a realidade é bem heterogênea. O Conselheiro LUIZ CARLOS DE FREITAS diz  
11 que as medidas de tendência central não se esgotam na média. E também há uma  
12 recomendação da estatística que se escolha qual a medida de tendência central que seja mais  
13 adequada para determinados fenômenos. Parece que para este caso específico a média não é  
14 uma boa expressão. O Conselheiro EUCLIDES DE MESQUITA NETO diz que o professor  
15 Bassi fez uma intervenção que ele gostaria de ter feito. A Universidade é heterogênea, bem  
16 como as estruturas dentro de cada unidade. Tem tudo que foi dito aqui: departamentos que  
17 tocam cursos, departamentos que tocam programas de pós-graduação. Mas diversas  
18 experiências apontam para a necessidade de ultrapassarem esses limites. A estrutura  
19 departamental não deve mais corresponder, no longo prazo, à estrutura acadêmica atual,  
20 porque ela barra o desenvolvimento da estrutura acadêmica, especialmente na questão da  
21 multidisciplinaridade, no trabalho conjunto, para não falar das discussões de reposição  
22 docente. Por exemplo, se um docente ministra um curso em determinado departamento e ele  
23 sai, é necessário repor um docente naquele departamento, independente do planejamento da  
24 unidade. Então, a estrutura departamental enrijece a perspectiva da gestão acadêmica da  
25 universidade mais moderna. Mas entente também que não é isso que estão tentando liquidar  
26 aqui; estão tentando um pequeno avanço, tentando acabar com departamentos que têm dois,  
27 três ou quatro docentes, que é algo irracional. Então, apontam para a necessidade de mexer na  
28 estrutura departamental no médio prazo e ao mesmo tempo fazem uma pequena correção de  
29 estruturas nânicas, que não têm como ser responsáveis por um curso de graduação nem por  
30 um curso de pós-graduação. É preciso avançar muito na questão da gestão acadêmica do  
31 departamento na Universidade, mas podem dar um passo intermediário de acabar com as  
32 estruturas nânicas que entravam a administração interna. Não é possível para um diretor de  
33 unidade fazer gestão acadêmica tendo os departamentos em total desequilíbrio com relação a  
34 número de docentes. Fará uma defesa política em relação ao número. À medida que for  
35 subindo o número mínimo de pessoas por departamento a transformação vai ser tornando  
36 mais traumática. O *feeling* é de que 15 é a média realmente, mas se acordarem a média de dez  
37 ou 12, o trauma é reduzido. É uma defesa política que o número é aceitável porque retira  
38 estruturas nânicas e não impacta muito fortemente nas ações das unidades. Ao subir o número  
39 para próximo de 15, o impacto é muito forte para os diretores gerenciarem. O Conselheiro  
40 LUIS PAULO RIZARDI diz que é da Faculdade de Ciências Aplicadas, onde não há

1 departamentos. Hoje a Faculdade já possui aproximadamente cem professores. Sua  
2 preocupação é que se acabar essa estrutura, que é tida como nanica, não sabe como ficará a  
3 questão dos debates. Acha complicado homogeneizar tudo. Dará um exemplo. Faz o curso de  
4 Gestão de Políticas Públicas, onde existem somente dois professores formados na área; não  
5 sabe como irão continuar debatendo para que venham mais professores da área. O  
6 MAGNÍFICO REITOR deseja saber do acadêmico qual é a dúvida exatamente. A Unicamp  
7 prevê que as unidades possam optar por ter ou não departamentos. Onde não há  
8 departamentos não haverá mudança alguma. O Conselheiro LUIS PAULO RIZARDI diz que  
9 acha importante que todas as unidades tenham departamentos, inclusive a FCA. O  
10 Conselheiro JOSÉ ELLIS RIPPER FILHO diz que há cerca de quarenta anos o Instituto de  
11 Física teve um forte crescimento, que se deu principalmente em torno do Departamento de  
12 Física da Matéria Condensada. Ficou praticamente como exceção um dos departamentos  
13 originais mais importantes que é o de Raios Cósmicos e que estava estruturado sobre o  
14 catedrático César Lattes. Chegaram à conclusão de que era impossível administrar o Instituto  
15 tendo os departamentos a grande responsabilidade sobre o ensino. Então, criaram comissões  
16 de graduação e pós-graduação. Embora constasse dos estatutos que o departamento deveria ter  
17 disciplinas, entenderam que todas as disciplinas eram colaborativas, então, na prática  
18 retiraram do departamento qualquer função de ensino. Qualquer professor tem de ser capaz de  
19 ministrar pelo menos qualquer das disciplinas básicas de Física. Não sabe como está o  
20 Instituto de Física hoje, mas claramente a estrutura departamental foi mantida  
21 convenientemente como uma subunidade administrativa para auxiliar a administrar pessoal e  
22 espaço. Então, as atividades de pesquisa interdepartamentais eram absolutamente normais,  
23 mesmo incluindo atividades junto ao departamento de Raios Cósmicos, que trabalhava em  
24 uma área de pesquisa muito diferente dos outros, havia coisas em comum. Então, se a  
25 estrutura departamental tem de sobreviver, deve sobreviver para as atividades administrativas.  
26 Acredita que deve acabar isso de ter pequenos reinados com número pequeno de docentes.  
27 Essa medida está no seu passo correto, mas talvez até devessem mexer nos estatutos para  
28 retirar dos departamentos a necessidade de atividades didáticas. Acha que essa proposta é um  
29 passo modesto na direção correta, mas acha que deviam pensar em uma forma de alteração  
30 estatutária, que formalmente retirasse dos estatutos qualquer atividade de ensino, e que isso  
31 fosse acordado pelas comissões de graduação e pós-graduação. Qualquer curso deve ter uma  
32 unidade de comando e não pode estar pulverizado em várias estruturas. O Conselheiro JÚLIO  
33 CÉSAR HADLER NETO diz que na época da implantação da Unicamp o departamento era  
34 considerado célula unitária de ensino e pesquisa. A questão do ensino em várias unidades  
35 agora está centralizada; a pergunta é se o departamento continua como célula unitária de  
36 pesquisa. Sua visão, pelo menos considerando o Instituto de Física, é que a célula de pesquisa  
37 são os grupos existentes na Unicamp. Nos grupos do IFGW sempre há dois ou três docentes,  
38 muitas vezes interdepartamentais, e muitas vezes interinstitutos. Na realidade o epicentro de  
39 pesquisa se deslocou para grupos. Concorda com o que o professor Ripper e o acadêmico  
40 Alan falaram, talvez fosse melhor ter uma estrutura onde a parte administrativa fosse bastante

1 eficiente; por exemplo, para um departamento que trabalhe bastante com questões  
2 experimentais, com importação e conserto de equipamentos, é necessária uma gerência  
3 diferenciada. Entende que o departamento atue mais na parte administrativa. Entende que uma  
4 mudança tênue, no sentido de aumentar um pouco o número de docentes por departamento é  
5 razoável. Concorda com o professor Ripper que é preciso olhar para o futuro e pensar em algo  
6 mais dinâmico voltado para os grupos, que são a essência da pesquisa. A Conselheira NÁDIA  
7 FARAGE diz que a única dúvida que surge, diante de todas as falas colocadas, é se não há  
8 uma confusão entre grupos de pesquisa, que de fato têm uma existência informal e muito mais  
9 transitória, e o departamento como unidade acadêmico-administrativa, que é também um  
10 problema de representação política. Porque quando os colegas falam fica parecendo que os  
11 docentes só têm problemas técnicos que serão resolvidos por comissões de graduação ou de  
12 pós-graduação e coordenadorias. Pergunta onde fica a voz política desse docente. Ou ele se  
13 faz representar na congregação ou então não vota mais. Não adianta dourar a pílula, o que está  
14 sendo discutido aqui é exatamente o confisco da voz política dos docentes em geral. O  
15 Conselheiro EDGAR SALVADORI DE DECCA diz que, depois de bastante discutido o  
16 assunto, ficou na pendência a ponderação encaminhada pelo professor Pomilio com relação à  
17 votação com quórum não qualificado para que seja mantida a estrutura de departamento pelo  
18 prazo de dois anos Para aqueles que tiverem menos de dez docentes. Consulta o professor  
19 Pomilio se ele deseja fazer desta observação uma proposta. O MAGNÍFICO REITOR diz que  
20 o professor Pomilio sugeriu que em vez da votação qualificada, poderá ser aprovado por  
21 votação com maioria simples. Pergunta ao professor Pomilio se deseja que destaque esse  
22 ponto para uma votação em separado. Obtendo resposta positiva, colocará em votação toda a  
23 proposta, com exceção do Parágrafo Único. Submete à votação desta maneira, sendo aprovada  
24 com 51 votos favoráveis, 8 contrários e 5 abstenções. A seguir, passará à apreciação das duas  
25 possibilidades referentes ao parágrafo único: a que deve vir ao Conselho Universitário e  
26 votada por quórum qualificado (dois terços de seus membros), como colocado pela Copei,  
27 contra a que poderá ser votada por maioria simples, que significa se aprovada por metade dos  
28 membros presentes mais um. Submete à votação a proposta que veio da Copei, que obtém 21  
29 votos favoráveis. Submete à votação a proposta colocada pelo professor Pomilio, referente à  
30 aprovação pela maioria, que recebe 30 votos favoráveis e 9 abstenções. Com isso encerram a  
31 votação. Houve a mudança do regimento, dos estatutos, e o destaque solicitado pelo professor  
32 Pomilio foi aprovado. A seguir, passa ao próximo destaque obrigatório, item 2 – Proc. nº 01-  
33 P-12433/01 –, que trata de Proposta de criação da Faculdade de Ciências Farmacêuticas:  
34 designação de Comissão de Especialistas para emissão de parecer, nos termos do §3º do artigo  
35 9º do Regimento Geral da Unicamp. O curso de Farmácia é administrado hoje pelo Instituto  
36 de Biologia, pela Faculdade de Ciências Médicas e pelo Instituto de Química. Solicita ao  
37 professor Carlos Roque que faça a apresentação da proposta ao Plenário, lembrando que, em  
38 princípio, irão decidir pelo acolhimento ou não da proposta. Se acolhida, o Consu indicará  
39 uma comissão que irá elaborar um relatório para aprovação. O Professor CARLOS ROQUE  
40 DUARTE CORREIA diz que é o atual coordenador do curso de graduação em Farmácia e

1 fará uma breve apresentação da proposta de criação da Faculdade de Ciências Farmacêuticas,  
2 das razões que os levaram a propor a criação desta Faculdade e dos benefícios que esperam  
3 que ela traga à Universidade, aos alunos, docentes e funcionários envolvidos com o atual  
4 curso de Farmácia. Trata-se de um longo documento e irá sintetizar através de  
5 aproximadamente 12 *slides*. Após essa apresentação ficará à disposição para sanar quaisquer  
6 dúvidas que venham a surgir. Passa à demonstração. Já foi comentado que a atual organização  
7 do curso de Farmácia envolve a Faculdade de Ciências Médicas, o Instituto de Biologia e o  
8 Instituto de Química, com a participação do CPQBA. Respondem, como comissão de  
9 graduação, aos diretores das unidades e fazem todo o trabalho com relação à DAC, à CEG ou  
10 à CCG. Essa comissão é composta de um coordenador, um coordenador associado, membros  
11 representantes de cada uma das unidades, representação discente e um secretário. O objetivo  
12 hoje é a criação de uma nova unidade envolvendo ensino, pesquisa e extensão, atendendo aos  
13 anseios de uma comunidade que atualmente é de aproximadamente 226 alunos, os professores  
14 são no número de seis, com pesquisadores também envolvidos. Esse é um anseio já antigo. O  
15 curso funciona desde 2004, portanto, há oito anos. A expectativa é de propiciar aos alunos e  
16 professores do curso uma identidade, um local próprio para o desenvolvimento de seu  
17 trabalho, visando a atividades de ensino, graduação, pesquisa e extensão; que sejam voltadas  
18 fundamentalmente para a área, para a formação do profissional farmacêutico, e que venha a  
19 fortalecer as atividades na área. Esse é o objetivo que têm em mente com a criação da  
20 Faculdade. Uma das justificativas para a criação da unidade é a necessidade de identidade  
21 própria, que já foi mencionado inclusive em duas avaliações realizadas pelo Conselho  
22 Estadual de Educação, cujo parecer cita: "... o andamento do processo de construção do  
23 prédio próprio da Faculdade de Farmácia, gerando assim uma identidade do curso para os  
24 graduandos e egressos". Há também a necessidade de consolidação do atual curso. Aponta um  
25 gráfico, demonstrando o número de matriculados no vestibular visando ao ingresso no curso  
26 de Farmácia, com certa tendência ao declínio. O número de candidatos/vaga hoje, 21,5, ainda  
27 é bastante competitivo com as demais faculdades de Farmácia do Estado de São Paulo,  
28 embora o número tenha decaído ao longo dos anos. O que preocupa é a tendência embutida no  
29 gráfico, que gostariam que fosse revertida ou pelo menos estabilizada. Essa é uma  
30 preocupação e uma justificativa para cuidar melhor do curso. O curso de Farmácia da  
31 Unicamp é o único curso público em toda a Região Metropolitana de Campinas. Demonstra  
32 que estão listados 11 cursos de Farmácia, com aproximadamente mil e quinhentas vagas  
33 oferecidas em toda a RMC. O da Unicamp oferece quarenta vagas. É preciso olhar com  
34 atenção a formação de profissionais e pesquisadores com diferencial multidisciplinar. A  
35 Unicamp tem feito um bom trabalho com relação a isso, mas existe a necessidade de melhoria  
36 e crescimento. Esses profissionais têm esse diferencial multidisciplinar; são profissionais em  
37 grande demanda no setor farmacêutico na região de Campinas para pesquisa e também  
38 inovação. Ou seja, precisam também consolidar linhas de pesquisa na área. Há presença  
39 marcante de empresas e indústrias farmacêuticas na região e arredores; listaram 17.  
40 Demonstra no *slide* onde os alunos se encontram atualmente. Todos os alunos egressos estão

1 empregados e a resposta da indústria farmacêutica é muito boa; ela tem avaliado de forma  
2 extremamente positiva os profissionais formados pelo curso de Farmácia da Unicamp.  
3 Entretanto, ainda existe demanda, portanto há grande potencial para crescimento. Esperam  
4 maior eficiência acadêmica e administrativa como benefícios para a Universidade. Ações  
5 mais focadas na graduação, pesquisa e extensão e administração seriam otimizadas com a  
6 criação da Faculdade. Esperam também maior eficiência na contratação de docentes,  
7 funcionários e técnicos pela Faculdade. Hoje qualquer alteração que haja na grade curricular,  
8 ou mesmo para efetivar alguma contratação, tem necessidade de passar por três congregações.  
9 Também haverá maior autonomia acadêmica institucional, o que trará maior independência  
10 para propor ações integradas com as demais faculdades de Ciências Farmacêuticas do Estado  
11 de São Paulo e do Brasil, inclusive internacionalização, acordos de cooperação, bastante  
12 limitados pela atual estrutura. A criação da Faculdade traria maior unidade e reforço ao curso,  
13 potencial aumento no número de vagas, e até dois turnos de aulas. Visam melhorar o nível de  
14 competitividade, que já é bom, e gostariam que o curso, ou a Faculdade, fosse referência  
15 nacional. Existe potencial para isso pela qualidade dos docentes e pela qualidade que a  
16 Unicamp traz. Quanto ao incremento nas atividades de extensão, por exemplo, a farmácia-  
17 escola, trazendo maior integração com o Hospital Universitário e também com a área de  
18 consultoria dos docentes com o setor farmacêutico na RMC. Atualmente existem seis  
19 docentes no curso e estão em andamento quatro concursos. Dos seis docentes, um é nível MS-  
20 5, os demais são de nível MS-3, caminhando para o MS-5; existe a proposta de contratação de  
21 dois docentes, que está em fase de julgamento de solicitação de vagas. Demonstra no *slide*  
22 disciplinas profissionalizantes do curso e estimativa de orçamento. Fizeram uma estimativa  
23 preliminar de despesas de custeio em torno de R\$200 mil para atender às necessidades gerais  
24 que venham a existir na Faculdade. Há um prédio em construção que tem um custo de R\$5  
25 milhões. Isso já consta do orçamento, então não há necessidade de recurso extra. Existe  
26 também o planejamento para um prédio futuro que está orçado em cerca de R\$7 milhões. O  
27 que realmente será necessário é a contratação de pessoal técnico de nível superior, técnicos  
28 para laboratórios de ensino e também para a farmácia-escola. Consta também aqui a futura  
29 contratação de oito docentes. Não se deteve na tabela anterior, mas existe uma programação  
30 de contratação de nove docentes até 2016, portanto não há condicionamento da criação da  
31 Faculdade com a contratação desses docentes, porque o curso já possui essa necessidade hoje.  
32 E também há necessidade de um pouco de custeio para a parte geral, para o prédio que está  
33 em construção. Existe a estimativa de cerca R\$1 milhão para compra de mobiliário,  
34 computadores e tudo o que for necessário. Demonstra a planilha simulando como seria se a  
35 contratação dos oito docentes e do pessoal técnico acontecesse hoje. Isso está colocado para  
36 2013 e, obviamente, o planejamento é até 2016, não vai ocorrer imediatamente; mas a Aeplan  
37 forneceu os números. Demonstra o *slide* do prédio em construção, do segundo prédio – que já  
38 está em planejamento –, e de um terceiro. A ideia é integrar toda a parte farmacêutica  
39 juntamente com a Medicina Translacional e toda a área da Saúde que está ao redor da  
40 Faculdade. Demonstra a visão lateral dos dois prédios futuros e o estacionamento, que será

1 subterrâneo. Encerra dizendo que essa a síntese que desejava apresentar, com a expectativa  
2 que a coordenação tem com a criação da Faculdade de Ciências Farmacêuticas. O Conselheiro  
3 WATSON LOH inicia sua fala agradecendo ao professor Roque e ao grupo de colegas,  
4 professores das três unidades, pesquisadores do CPQBA, e alunos que organizaram a  
5 proposta. Foi mais de um ano de discussão, especificamente para preparar esse material.  
6 Sabem que ele ainda pode ser aperfeiçoado, e essa seria a ideia da discussão que se espera que  
7 venha a seguir, mas, de fato, um trabalho muito bom já foi feito. Irá situar a discussão sobre a  
8 proposta de criação de uma Faculdade de Farmácia ou Ciências Farmacêuticas, que é o termo  
9 que a comissão escolheu – tecnicamente o Instituto de Química encaminhou o processo e já  
10 existia uma pasta com esse nome. A área de Farmácia é uma área tradicional, muito  
11 estabelecida, e não conhece nenhuma universidade de porte no Brasil que não tenha uma  
12 faculdade de farmácia ou de ciências farmacêuticas; provavelmente exista, mas não consegue  
13 lembrar agora. Talvez ela não tenha sido solicitada no momento de criação do curso porque  
14 não havia condições; e pela análise que fizeram essas condições mudaram, por isso apoiaram  
15 o desenvolvimento da proposta. O professor Fernando comentou desde o início, e o professor  
16 Roque ressaltou, que já existe um curso muito bem estabelecido e bastante procurado. Ele é  
17 um curso diferente dos outros, e talvez por isso seja competitivo; parece que ele tem a maior  
18 demanda entre todos os cursos do Estado, inclusive cursos muito tradicionais como o da  
19 Universidade de São Paulo, no *campus* de Ribeirão Preto e no *campus* de São Paulo. Então,  
20 embora a procura pareça estar oscilando para baixo, ele ainda é o curso mais procurado em  
21 relação candidato por vaga do Estado de São Paulo entre as universidades públicas. Isso  
22 demonstra que tem um potencial muito grande de crescimento. No momento esta é a  
23 avaliação dos professores envolvidos, com a qual concorda; seria temerário imaginar  
24 mudanças na estrutura, por exemplo, em aumento do número de vagas. Com a autonomia que  
25 se espera que esse grupo possa obter com a criação da Faculdade, esse é um dos pontos que  
26 será preciso discutir, porque claramente não conseguem atender à demanda existente. Mais do  
27 que isso, acha que não é só a questão de ensino, que, obviamente, vai ser muito afetada  
28 positivamente, mas também existe demanda por pesquisa e extensão. O curso conta com seis  
29 docentes e serão contratados mais quatro, dos quais dois titulares, que estarão vinculados a  
30 unidades que, de fato, não são as unidades as quais eles irão pertencer. Esses professores estão  
31 sendo contratados para trabalhar na área de Farmácia, mas a Unicamp não oferece condições  
32 de eles trabalharem juntos. E essa não é a condição ideal. Discutiram agora a questão da  
33 fragmentação, acha que uma parte dela estava dentro da discussão dos departamentos, estão  
34 colocando docentes em uma condição em que eles não podem trabalhar em conjunto. Nada os  
35 impede, mas inclusive fisicamente eles estão distantes, e a ideia de se colocar esses docentes  
36 em um grupo comum deve gerar um ganho enorme na parte de pesquisa e principalmente na  
37 área de extensão. É um curso da área da Saúde, e como o professor Roque comentou, ele  
38 prevê a criação de uma farmácia-escola, o que, na verdade, já existe, porque já há atividades  
39 dos alunos envolvidos nesse sentido; eles oferecem apoio às atividades do Hospital. O curso  
40 acaba sendo a célula, é o que já foi feito, e muito bem sucedido, mas o ganho vai ser muito

1 mais pronunciado na parte de pesquisa e de extensão. Acha que não é o momento de discutir  
2 isso aqui, mas associado a isso, quanto à questão de recursos, é uma proposta responsável. Ela  
3 não prevê nem solicita a contratação de docentes, a não ser o que já está previsto dentro da  
4 colocação do curso, ou seja, é uma previsão que vem sendo atendida, na medida do possível,  
5 dentro da CVD. O número de funcionários é bastante reduzido, é uma unidade prevista para  
6 ser enxuta. O professor Roque não comentou, talvez traumatizado pela discussão dos  
7 departamentos, mas acredita que não tenha departamentos. O custo envolvido é bastante  
8 pequeno e administrável. E se considerarem os ganhos, eles são enormes. Pela avaliação do  
9 grupo este é o momento exato para fazer essa discussão. Depois de tudo que já se passou,  
10 desde as primeiras discussões, com a consolidação do curso e o estágio em que ele se  
11 encontra, esse é o ponto como se fosse uma encruzilhada; se quiserem incrementar a atividade  
12 em Farmácia essa é a decisão que deve ser tomada. A Conselheira SHIRLEI MARIA  
13 RECCO-PIMENTEL diz que também irá, assim como seus colegas corresponsáveis das  
14 unidades corresponsáveis pelo curso de Farmácia, se manifestar favoravelmente à criação da  
15 Faculdade. Eles mesmos encaminharam o projeto elaborado pela comissão de ensino de  
16 graduação do curso de Farmácia. É um curso que realmente oferece uma formação muito boa  
17 aos alunos; é um curso consolidado e que conta com o apoio do CPQBA para a manutenção  
18 de suas atividades. A área de Farmácia tem uma interdisciplinaridade inerente à área da  
19 Saúde, cuja interação é muito interessante. Apesar de o curso estar sendo apoiado pelas três  
20 unidades e os diretores se empenhando em manter na melhor maneira possível suas  
21 atividades, hoje ele carece de uma identidade mais apropriada, o que uma faculdade traria  
22 para a área; não só o curso, mas como o professor Watson mencionou, mesmo em termos de  
23 extensão e de pesquisa acreditam que vai aproximar e organizar melhor as ações da área, que  
24 ainda é muito carente no país. É preciso formar mais profissionais qualificados, porque  
25 existem vários cursos, mas formando bem farmacêuticos para o país não são tantos assim, e os  
26 que estão formando bem, por exemplo, as universidades-irmãs, não dão conta de fornecer  
27 tantos profissionais quanto seriam necessários para a saúde pública, que precisa tanto de  
28 pesquisa e desenvolvimento na área. Então, acreditam que com a criação da Faculdade de  
29 Farmácia todas essas ações relacionadas à área poderão consolidar melhor as linhas de  
30 pesquisa e a integração entre essas linhas dentro da Universidade. Acha até que é um tanto  
31 óbvia essa visão. O IB se manifestou favoravelmente, inclusive, a compartilhar um programa  
32 de pós-graduação, que já colocaram para a congregação analisar e foi aprovado. Farão um  
33 programa que seja interunidades, e esse programa já está estabelecido; a Faculdade de  
34 Farmácia já seria criada com um programa de pós-graduação de corresponsabilidade. Hoje o  
35 programa tem cinco docentes do curso credenciados na pós-graduação, o programa já está  
36 com mais de vinte docentes e tem um número bastante significativo de alunos; então a pós-  
37 graduação já estaria preparada, pronta, montada, é só fazer algumas adequações para o  
38 compartilhamento. Já foi mencionado aqui, mas irá reforçar, existe certa limitação para  
39 aumentar vagas ou criar um curso noturno na área de Farmácia com as três unidades  
40 envolvidas; com a implantação da Faculdade isso também será facilitado. E outro aspecto que

1 também queria ressaltar, sendo um pouco repetitiva em relação aos que a antecederam, acha  
2 que a gestão administrativa também ficará muito mais eficiente com a Faculdade. Lembrando  
3 que hoje qualquer decisão do curso passa por três unidades, três congregações, a coordenação  
4 é itinerante, tem o rodízio entre as unidades, os três diretores têm de conversar e estar o tempo  
5 todo atentos a buscar soluções para os problemas do curso. E essa programação de  
6 contratação docente independe da criação da Faculdade. Todos os anos o Instituto de  
7 Biologia, ou a Faculdade de Ciências Médicas ou o Instituto de Química, em comum acordo  
8 dos três diretores e da comissão de ensino, encaminha essas solicitações planejadas até 2016,  
9 para contemplar as disciplinas profissionalizantes do curso, que ainda está muito deficiente.  
10 Esse planejamento vai continuar existindo para chegar naquele número de docentes  
11 necessário. Qualquer outra solicitação de docentes será encaminhada e vai competir na cota  
12 anual. Então, o Instituto de Biologia também já aprovou, através de sua congregação, a  
13 manutenção das disciplinas que são oferecidas atualmente como disciplinas de serviço para a  
14 nova Faculdade, caso ela venha a ser criada. O Conselheiro MÁRIO JOSÉ ABDALLA  
15 SAAD diz que a FCM também é completamente favorável à criação desta Faculdade. Poucos  
16 cursos nasceram com potencial tão grande e se consolidaram em tão pouco tempo quanto o de  
17 Farmácia. Tem algumas questões fundamentais para as quais a existência da Faculdade vai  
18 contribuir muito. A questão de uma comissão de graduação que transita entre três unidades é  
19 muito complicada, não se consegue fazer um planejamento no longo prazo. Qualquer  
20 mudança curricular que se queira fazer e acompanhar ficará travada porque no próximo ano a  
21 comissão de graduação não será mais daquela unidade, vai estar centralizada em outra. Essa  
22 gestão tripartite, embora no começo tenha sido muito útil para a implantação do curso, de  
23 agora em diante começa a travar o progresso do curso. Quer dizer, decisões têm de passar por  
24 três congregações. E mais, os docentes do curso que estão alocados em cada unidade têm de  
25 se adequar aos regimentos e critérios de cada uma delas, quando eles têm particularidades que  
26 poderiam ter maior potencialidade de crescimento se estivessem dentro de uma Faculdade.  
27 Também é importante destacar que não vai se perder a cooperação que existe hoje. A  
28 integração do IQ, da FCM, do IB e do CPQBA foi fundamental para a estruturação desse  
29 curso. Ter um docente do Instituto de Química para obter um aprendizado forte em Química e  
30 atuar na área da Saúde é louvável; porque os alunos atuam no Caism, no HC, e inclusive no  
31 Hospital de Sumaré. Essa cooperação vai continuar. É um processo muito semelhante ao que  
32 aconteceu com a Faculdade de Enfermagem. Trata-se de um processo de evolução que vai  
33 permitir crescimento acadêmico e, certamente, no futuro, aumento de vagas, algo muito  
34 importante para a sociedade. O Conselheiro JOÃO FREDERICO DA COSTA AZEVEDO  
35 MEYER manifesta-se favoravelmente à proposta, por dois motivos. O primeiro deles é  
36 pessoal: teve o privilégio de ministrar aula para os alunos do curso de Farmácia e pode dizer  
37 que os alunos que lá encontrou são únicos. Como sempre faz, falou sobre a teoria da educação  
38 do Paulo Freire, e de como pratica a aprendizagem dialógica; sobretudo as alunas do curso  
39 acreditaram nisso e devem estar comentando até hoje. Pôde também ver o resultado do  
40 trabalho de identidade dessas alunas na cerimônia de premiação do empreendedorismo. Elas

1 não receberam o prêmio, mas foram, do ponto de vista de atuação moderna, as mais  
2 destacadas. O outro motivo é profissional. Do ponto de vista da extensão, existe uma grande  
3 esperança na Faculdade de Farmácia. O professor Francisco Aoki e ele estão bastante  
4 envolvidos com a questão das doenças negligenciadas e com a necessidade da produção de  
5 fármacos. Todos querem produzir remédio contra mal de Alzheimer e creme antirrugas, mas  
6 ninguém quer fazer aquela alteração necessária da molécula para combater o mal de Chagas.  
7 É da área de Matemática Aplicada, trabalha com modelagem matemática de problemas de  
8 epidemiologia e os modelos se encontram nas técnicas adequadas para combater esse tipo de  
9 endemia, classificado pela ONU como negligenciada. Do ponto de vista médico, a FCM  
10 possui um atendimento adequado. Nesse aspecto, a Unicamp é paradigmática. Agora, do  
11 ponto de vista da área de Farmácia, há um grande caminho a percorrer e, para isso, acredita  
12 que a identidade é fundamental. Encaminha totalmente a favor do acolhimento desse pedido.  
13 Pessoalmente, mas, sobretudo, profissionalmente, vê com muito bons olhos a criação dessa  
14 Faculdade. O MAGNÍFICO REITOR lembra que o que vai ser definido hoje aqui é o  
15 acolhimento da proposta para determinar uma comissão que emitirá um parecer. A  
16 Conselheira CLAUDIA MARIA BAUZER MEDEIROS diz que, exatamente porque estão  
17 falando de comissão é que gostaria de se manifestar com algumas observações para a  
18 comissão, e também para todos os presentes. Acha muito interessante essa proposta, não sabe  
19 se é favorável ou contra, porque se coloca no lugar dos proponentes em três assuntos que eles  
20 tocaram. Primeiro. Foi contratada pelo Departamento de Ciência da Computação – DCC, que  
21 durante anos quis ser uma unidade independente, por várias das razões apresentadas –  
22 identidade própria, cursos identificados dentro do Imecc, forma de avaliação de pesquisa  
23 totalmente diferente e, finalmente, se tornou uma unidade. Também, desde 1990, é docente de  
24 um curso multiunidade, e o professor Bassi, que era coordenador de graduação na época, é  
25 testemunha das várias dificuldades enfrentadas, tanto no então DCC quanto na Feec, para  
26 criar um curso multiunidades, no qual toda e qualquer mudança, até mesmo no número de  
27 créditos de disciplinas, precisa ser submetida às duas congregações. A Unicamp deveria  
28 pensar que se quer ser uma universidade moderna, com cursos multiunidades, não pode  
29 continuar mantendo a questão de que cada vez que se quer mudar carga horária ou  
30 distribuição de horas dentro de uma mesma disciplina haja a necessidade de ser aprovado por  
31 todas as unidades que ministram o curso, ainda que aquela disciplina seja de responsabilidade  
32 exclusiva de uma única unidade. O Instituto de Computação precisou criar a mesma disciplina  
33 com código diferente para que quando a oferecesse aos alunos, não precisasse consultar a  
34 Feec se podia ou não alterar tal disciplina. O outro tópico mencionado foi a questão da  
35 pesquisa multidisciplinar, com a qual se identifica por ser da área da Computação, que cada  
36 vez mais integra pesquisas de caráter multidisciplinar. Então, novamente, se identifica na  
37 proposta e na discussão que houve sobre departamentos, sobre pesquisa multidisciplinar e  
38 sobre a criação dessa unidade, um tópico que remete a reformular como pensam a Unicamp.  
39 O que gostaria de sugerir é que a comissão que for analisar essa proposta estude que tipo de  
40 recomendação pode ser feita à Universidade para simplificar a administração de cursos multi

1 e interunidades. Cada mudança que o Instituto de Computação ou a Faculdade de Engenharia  
2 Elétrica e de Computação fazem em uma linha que seja – e são duas modalidades diferentes –,  
3 leva o dobro de tempo, porque precisa passar por duas congregações. Então, sua preocupação  
4 no total, de todas essas questões levantadas, é que já ouviu esses argumentos, em todas essas  
5 linhas, curso de graduação, identidade própria, atração de empresas, multidisciplinaridade,  
6 integração com o Brasil e exterior, percepção externa da importância, tudo isso já passou por  
7 sua vida. A questão é como poderiam repensar a Unicamp. A Conselheira GLÁUCIA  
8 MARIA PASTORE diz que ficou muito contente de ver a exposição do professor Roque.  
9 Muitas pessoas, talvez, deste Conselho, tenham participado das primeiras reuniões em 2002,  
10 com o farmacologista professor Sérgio Ferreira. Estão realmente está muito entusiasmada  
11 com essa evolução. Pergunta se foi avaliado o porquê dessa queda de procura pelo curso.  
12 Acha importante saber. Desde a criação do curso de Farmácia, ao longo dos anos, foram  
13 aprovados vários docentes para a Faculdade de Ciências Médicas, para o Instituto de Química  
14 e para o Instituto de Biologia, cuja justificativa era em atendimento ao curso de Farmácia. E o  
15 curso, de fato, se consolidou e agora há previsão de novo aporte de docentes. Pergunta se os  
16 docentes que foram contratados ao longo desses anos para o oferecimento de disciplinas no  
17 referido curso irão continuar. E pergunta, estando o curso em andamento, se a contratação de  
18 oito novos docentes seria para ministrar outras disciplinas. Pergunta qual seria a justificativa  
19 ou o esclarecimento, considerando que foram contratações bastante boas, do ponto de vista do  
20 que as unidades receberam. Também gostaria de entender como a nova Faculdade vai ampliar  
21 – se é que vai ampliar – a interação com o CPQBA. Diz isso porque a indústria farmacêutica  
22 vive hoje uma crise de identidade, de certa forma, porque todas as produções feitas por síntese  
23 orgânica e síntese química, de uma forma geral, têm espaço para serem substituídas pelos  
24 aspectos biotecnológicos. E o CPQBA tem uma propriedade importante em relação a essa  
25 questão, com grupos de cientistas trabalhando, equipamentos de boa qualidade. Então,  
26 gostaria de saber como foi analisada essa interação. A Conselheira SILVIA FERNANDA DE  
27 MENDONÇA FIGUEIRÔA pede desculpas, de antemão, pelo ponto de vista que irá trazer.  
28 Não pôde, infelizmente, na sexta-feira, por causa de um excesso de reuniões participar da  
29 reunião gentilmente convocada pelos diretores das três unidades para ouvir melhor a proposta,  
30 mas leu o que consta da pauta do Consu. E, em primeiro lugar, como diretora do IG, não pode  
31 deixar de manifestar sua preocupação quando vê a previsão de contratação de funcionários e  
32 gastos que estão previstos para essa nova Faculdade de Farmácia, sendo que na sua e em  
33 outras unidades tem havido trabalho excessivo, redução de funcionários e também de  
34 docentes. Também como diretora do IG, diz que o prédio do Instituto ainda está por terminar,  
35 mas reconhece publicamente o esforço e os aportes efetivos que esta gestão da Reitoria fez  
36 para a conclusão do prédio, que ainda não tem todos os recursos para ser finalizado. E há  
37 previsão de mais um prédio para a nova Faculdade. Essa manifestação não é,  
38 necessariamente, para impedir o acolhimento da proposta, para suscitar reflexões à comissão  
39 que irá analisar a proposta. O IG no ano passado fez uma alteração de currículo no vestibular;  
40 e também existe uma grande demanda da sociedade e do mercado por mais geólogos,

1 comprovada por estudos financiados pela Petrobras, conduzidos pelo professor Sérgio  
2 Queiroz, professor Renato Pedrosa e equipe. E o IG não teve, por limitação de docentes e de  
3 instalações físicas, nenhuma condição de cogitar aumento de vagas no curso de Geologia para  
4 atender as demandas identificadas. Também faz parte do Conselho do Museu de Ciências, que  
5 existe há 10 anos, e que tem dificuldade de funcionamento e de abertura pública, por falta de  
6 funcionários. Enxerga com alguma preocupação aprovarem a criação de uma nova faculdade  
7 sem uma discussão mais aprofundada sobre o futuro da Universidade, em termos de criação  
8 ou redução de unidades, quando existem coisas em funcionamento que ainda não têm suas  
9 demandas plenamente atendidas. O Conselheiro ALVARO PENTEADO CRÓSTA diz que se  
10 inscreveu para solicitar a palavra para a professora Ítala, mas, em seguida, gostaria também de  
11 se manifestar, se for possível. O MAGNÍFICO REITOR passa a palavra ao professor Alvaro e  
12 em seguida passará a palavra à professora Ítala, que já havia consultado a Mesa. O  
13 Conselheiro ALVARO PENTEADO CRÓSTA diz que a situação do curso de Farmácia, da  
14 forma como foi descrita, realmente merece uma reflexão maior. Reconhece as dificuldades na  
15 gestão de um curso por três diferentes unidades e, dessa forma, vê o curso em uma situação  
16 transitória e imagina que a criação de uma faculdade seja uma solução possível, no futuro. A  
17 dúvida que surge, vendo a documentação, a exposição do professor Roque, é quanto ao  
18 momento da solicitação. Fará uma analogia com a proposta similar recentemente aprovada da  
19 criação da Faculdade de Enfermagem, da qual participou inclusive da comissão que analisou a  
20 proposta, a qual estava bem mais amadurecida, tendo em vista atividades de corpo docente,  
21 funcionários etc., quando comparada a esta. Adianta que não tem absolutamente nada contra a  
22 criação de uma Faculdade de Ciências Farmacêuticas, mas a questão é se o momento  
23 adequado é este. Primeiramente, vários dos aspectos apontados no projeto e também na  
24 apresentação do professor Roque para justificar a criação da Faculdade – e ele mesmo  
25 mencionou isso – não garantem que os investimentos virão. E então deve fazer referência à  
26 fala da professora Silvia com relação ao curso de graduação do IG, criado 14 anos atrás. O IG  
27 é muito mais antigo, mas a graduação tem 14 anos, e até hoje não conta com as instalações  
28 físicas planejadas e propostas quando da criação do curso. Esse é só um exemplo, mas estende  
29 essa questão também para as contratações docentes e de funcionários. Portanto, o curso de  
30 Farmácia pode continuar funcionando, avançando e ganhando massa para chegar a se tornar  
31 Faculdade no momento oportuno, que não lhe parece que seja este. Acha que há aqui uma  
32 questão contraditória. Acabaram de decidir que para um departamento existir é preciso um  
33 mínimo de dez docentes, e, atualmente, o curso conta com seis docentes, um em fase de  
34 contratação e mais alguns previstos. Se o Consu acolher a proposta, nomear uma comissão e  
35 ela trabalhar de forma ágil, terão a proposta de criação da Faculdade em poucos meses, e  
36 imagina que nesses poucos meses o corpo docente não será muito diferente deste que é hoje.  
37 E a pergunta é se irão mesmo criar uma faculdade com cerca de oito docentes no momento em  
38 que este Conselho Universitário aponta que o número mínimo para um departamento é de dez  
39 docentes. Isso parece uma contradição, e mais uma vez reforça que talvez essa proposta seja  
40 precoce. Também mais uma vez destaca que não tem nada contra a criação de uma faculdade,

1 porém, em um momento em que realmente o projeto tiver a devida consistência, o devido  
2 conjunto de atividades para isso. A Conselheira DIANA NASCIMENTO MORAES  
3 NOVAES diz que a criação da Faculdade de Ciências Farmacêuticas é um passo fundamental  
4 para garantir a qualidade e a expansão do curso, tanto com relação à graduação, quanto à pós-  
5 graduação, pesquisa e extensão. É importante ressaltar alguns pontos, inclusive para poder  
6 garantir a qualidade e o bom funcionamento dos cursos. Como já foi dito, acha fundamental  
7 garantir a contratação adequada do número de professores, porque hoje existe um número  
8 muito reduzido. É preciso também garantir a entrega do prédio, a contratação de funcionários,  
9 ou seja, a estrutura física para o curso funcionar, com qualidade dos laboratórios e o acesso à  
10 biblioteca para os estudantes. É importante ressaltar que a criação da Faculdade de Farmácia é  
11 uma pauta de longo tempo dos estudantes, desde a criação do curso, porque é muito  
12 problemático participar de um curso itinerante; não ter uma unidade definida, não ter acesso a  
13 uma biblioteca, a um laboratório de informática ou mesmo um espaço adequado para o  
14 estudo. Nesse sentido, acredita ser importante acolher essa proposta. Como último ponto, é  
15 importante que quando a unidade for criada, que tenha participação efetiva dos estudantes.  
16 Como já colocou, esta também é uma reivindicação dos estudantes, tanto que ajudaram a  
17 elaborar o projeto, e é preciso que haja participação efetiva de todos eles, inclusive em uma  
18 proporção que os permita realmente ter voz nas decisões da Faculdade. O Conselheiro  
19 RONALDO ALOISE PILLI diz que este ano haverá a conclusão da quinta turma do curso de  
20 Farmácia e participou da colação de grau da primeira turma, no ano de 2008, quando era  
21 diretor do Instituto de Química. Naquela oportunidade conviveu de perto, durante os anos de  
22 direção, com os estudantes do curso e era clara a determinação de que eles contribuíssem para  
23 a criação da Faculdade, por todos os aspectos já mencionados. Mas o que o impressionou  
24 muito na fala do representante dos estudantes foi que eles tecerem enormes elogios à  
25 formação que receberam durante os cinco anos de graduação. E imagina que isso tenha  
26 continuado nos anos subsequentes. Essa questão também reflete sobre a empregabilidade à  
27 qual o professor Roque se referiu, que não é regra geral em algumas das carreiras oferecidas  
28 pela Unicamp. Lembra-se também do plano de implantação da Faculdade – não somente pelo  
29 fato de ser a única pública na região –, que visava formar um profissional que pudesse atuar  
30 em saúde pública e também na parte de inovação farmacêutica. Aqui já foi comentado e todos  
31 sabem que a região de Campinas é um importante polo farmacêutico nacional, há várias  
32 indústrias aqui estabelecidas, principalmente na área de genéricos, como Medley, EMS, e  
33 Cristália; tudo foi elencado e isso faz com que a criação da Faculdade de Farmácia traga  
34 também benefícios à área de pesquisa e extensão. É um dos cursos mais procurados na  
35 Universidade, apesar dessa tendência de queda, ainda é o 12º ou o 13º mais procurado no  
36 elenco de cursos no vestibular, é o segundo da área Médica; então, há sim uma forte conquista  
37 do ponto de vista da criação do curso, ele se estabeleceu e se implantou. Com relação à  
38 preocupação do professor Alvaro de que a Faculdade tem hoje seis docentes a ela filiados, há  
39 previsão no plano de implantação de atingir o total de dez docentes no ano de 2013, e isso  
40 atenderia o que foi decidido como mínimo para criação de departamentos. Mas, sobretudo,

1 acredita que esta seja uma oportunidade de avançarem. É uma fase de transição, o professor  
2 Alvaro mencionou isso, e o curso já tem sua quinta turma se graduando e a procura ainda é  
3 bastante elevada; a busca por esses profissionais, a aceitação desses profissionais no mercado  
4 é alta. E agora existe a oportunidade de contar com o curso de pós-graduação que vem agregar  
5 um respaldo à área de pesquisa que os cursos que normalmente iniciam não têm. Por essas  
6 razões, por ter acompanhado alguns anos mais de perto o desempenho do curso de Farmácia,  
7 por confiar na direção que foi dada por todos os que trabalharam pela criação desse curso,  
8 inclusive sem deixar de mencionar a participação do CPQBA, que tem sido e continuará a ser  
9 muito importante, acredita que é uma decisão – a despeito de qualquer outro cenário que foi  
10 apontado aqui de investimentos – realista, que pretende oferecer uma direção mais madura e  
11 definitiva às atividades da área, sem perder a característica de os alunos colherem sua  
12 formação em diferentes visões e sempre se destacarem como bons estudantes – seja quando  
13 são de iniciação científica, ou quando concorrem a estágios no exterior. Lembra-se de vários  
14 deles participaram do estágio com a *National Science Foundation* – NSF que o Instituto de  
15 Química teve por vários anos, vários alunos do curso eram selecionados para esses estágios; o  
16 programa *Ciência sem Fronteiras* também tem pelo menos uma dezena de estudantes do  
17 curso de Farmácia fazendo intercâmbio. São bons alunos, o curso está bem, tem uma base  
18 muito bem formada, mas a demanda pela formação profissional requer essa identidade  
19 também, caso contrário, haverá muita dificuldade de oferecerem aos estudantes uma formação  
20 profissional à altura daquela formação básica que eles hoje têm. Então, não tem dúvidas e  
21 deixa sua manifestação de apoio. A Professora ÍTALA MARIA LOFFREDO  
22 D'OTTAVIANO diz ter solicitado a palavra como coordenadora da Cocen e responsável  
23 acadêmica nesta Universidade pelo CPQBA, neste momento, mas, sem dúvida, sua fala  
24 também está fundamentada em seu histórico como docente e pesquisadora de muitos anos na  
25 Unicamp. Teria solicitado ao professor Marcelo Knobel, se ele estivesse aqui presente, que  
26 prestasse os esclarecimentos iniciais que irá prestar agora, mas o faz em virtude da ausência  
27 do professor. Quando o professor Fernando Costa, em 03 de fevereiro de 2011, como consta  
28 da pauta do Consu, criou o Grupo de Trabalho Farmácia para avaliar as solicitações  
29 encaminhadas pelo citado curso, a comissão foi criada. Seus membros foram os professores  
30 Knobel, Euclides, Pilli, Shirlei, Watson, Mario Saad e Carlos Roque Duarte Correia. Isso foi  
31 em 03 de fevereiro, mas, em 09 de fevereiro, o professor Marcelo Knobel, como presidente da  
32 comissão designada pelo senhor Reitor, criou, pela Portaria PRG-01/2011, “um grupo de  
33 trabalho responsável para analisar a viabilidade e, eventualmente, elaborar projeto de criação  
34 e implantação da Faculdade de Farmácia na Unicamp. O resultado desse trabalho deverá ser  
35 apresentado ao GT Farmácia, criado pelo Reitor, que fará os encaminhamentos cabíveis”. Na  
36 ocasião, foram indicados para este grupo de trabalho os professores Gil Guerra, pela FCM,  
37 Paulo Mazzafera, pelo IB, Celso Bertran, pelo IQ, e Ivo Raimundo Júnior, diretor do CPQBA.  
38 E essa comissão trabalhou de fevereiro até maio, tendo apresentado o seu relatório final de  
39 trabalho em 17 de maio de 2011. Como coordenadora da Cocen, acompanhou  
40 cuidadosamente o desenrolar dos trabalhos da comissão, sempre informada pelo professor

1 Ivo. Quer, já de imediato, confirmar a posição plenamente favorável dos pesquisadores do  
2 CPQBA, do professor Ivo e da Cocen, à criação da Faculdade de Farmácia. Só que irá chamar  
3 a atenção que causou estranheza que dados sobre o trabalho dessa comissão criada pelo Pró-  
4 Reitor de Graduação, do documento final, o voto por escrito apresentado pelo professor Ivo  
5 não constem do processo. De imediato solicita que esses documentos passem a constar do  
6 processo, porque, sem dúvida, enriquecerão o trabalho da comissão a ser criada, se o for, por  
7 este Conselho Universitário. Agora, prestará também alguns esclarecimentos importantes para  
8 o desenrolar do processo e alguns deles necessários e que, a seu ver, deveriam constar do  
9 processo em análise. Da documentação apresentada pela comissão da PRG consta um  
10 documento encaminhado pela unanimidade de pesquisadores do CPQBA bastante interessante  
11 porque ele revê o histórico do curso de Farmácia e reitera a participação sempre ativa que teve  
12 o CPQBA na criação, na implantação e na continuidade contemporânea do curso. Lembram  
13 que a ideia d um curso de farmácia foi pela primeira apresentada ao Conselho Universitário  
14 em 1999. Em 2001 foi apresentada a proposta da criação do curso de Farmácia pelo CPQBA,  
15 trazida pelo professor João Alexandre Pereira; na época as unidades que possivelmente seriam  
16 envolvidas – IB, IQ e FCM – não se interessaram pela proposição. Consta do documento que,  
17 em 09 de maio de 2000, o tema foi discutido no Conselho Superior do CPQBA e o professor  
18 José Tadeu Jorge, então diretor da Feagri, sugeriu a elaboração da proposta para criação da  
19 Faculdade e do curso de Ciências Farmacêuticas pelo CPQBA. Foi após isso que foi trazido  
20 para o Conselho Universitário. Em 2002, quando o professor Brito estava à frente da Reitoria,  
21 a discussão retornou ao Consu com o interesse de pelo menos duas das unidades de ensino e  
22 pesquisa, que depois se tornariam responsáveis pelo curso. Está recuperando essa história  
23 porque o documento ora apresentado e a fala dos três diretores das unidades envolvidos e do  
24 próprio professor Roque que é o coordenador de graduação, mencionaram algumas vezes o  
25 apoio do CPQBA. Gostaria que ficasse claro que esse apoio é muito menos discreto do que  
26 aparece nas falas. Hoje, o curso de Farmácia funciona com 16 profissionais da Unicamp  
27 envolvidos no ensino de graduação, seis docentes especificamente contratados para tal, três  
28 lotados na Faculdade de Ciências Médicas, dois no Instituto de Biologia e um no Instituto de  
29 Química; mas, dos 16 professores que ministram aulas no curso de graduação, seis foram  
30 contratados especificamente para o curso e dez são pesquisadores de carreira do CPQBA. A  
31 comissão que trabalhou por determinação da PRG fez uma consulta a todos os pesquisadores  
32 do CPQBA e verificou que além dos dez, mais cinco têm qualificação e condições para  
33 contribuir com o curso de Farmácia e com a Faculdade de Farmácia. Então, queria chamar a  
34 atenção que a participação do CPQBA não é apenas um leve apoio, tem sido uma participação  
35 muito importante para manutenção e desenvolvimento do curso. Sua primeira solicitação e  
36 sugestão. Da mesma forma que a comissão de graduação do curso encaminhou ao IQ, ao IB e  
37 à FCM um documento solicitando que fosse expressa a continuidade de apoio dos órgãos ao  
38 curso de Farmácia, caso fosse criada a Faculdade, solicita que este documento também seja  
39 encaminhado à direção do CPQBA, para que ele possa manifestar a continuidade de apoio –  
40 não consta do processo que ele se manifeste e também possa expressar em que termos essa

1 contribuição deve ser continuada. Outra questão, deixa claro que é muito favorável à criação  
2 da Faculdade. O documento preparado por essa primeira comissão, que fez o levantamento,  
3 além de expressar a necessidade de área física, demonstrou a necessidade de existência  
4 mínima de 19 docentes, que vem a ser confirmado pelo que consta na pauta do Consu, e o  
5 documento também afirma que haverá necessidade de 52 novos funcionários. Acha  
6 importante que a comissão do Consu que vai analisar a proposta tenha acesso a esses dados,  
7 porque eles estão bastante detalhados em que setores eles serão necessários. A proposta  
8 apresentada fala, em alguns momentos, sobre a contratação, em quatro anos, de oito docentes,  
9 e em outros deixa claro que serão nove docentes. E também, como docente da Universidade,  
10 conhecendo problemas de vários dos cursos de graduação e pós-graduação, gostaria que a  
11 comissão que irá analisar a proposta tivesse condições de avaliar como esses nove cargos, em  
12 quatro anos, poderiam ser criados, frente a necessidades das outras unidades. E, finalmente,  
13 tem outra observação. O curso de pós-graduação em Biociências e Tecnologia de Produtos  
14 Bioativos também tem contado com a contribuição de pesquisadores do CPQBA e o parecer  
15 emitido pela congregação do IB em 13 de agosto é bastante oportuno, mas se consultarem as  
16 Atas da Cepe, poderão verificar que o curso já foi aprovado pela Cepe com a condição de que,  
17 quando fosse criada uma Faculdade de Farmácia, o curso deveria ser necessariamente  
18 compartilhado com ela. Encerra reiterando suas solicitações, que a direção do CPQBA  
19 também seja consultada sobre em que condições se dará a continuidade de sua contribuição à  
20 Faculdade ou ao curso de Farmácia; que esses dados que está apresentando e o resultado do  
21 trabalho da comissão a que se referiu sejam anexados ao processo de criação da Faculdade  
22 para que possam contribuir para a análise da comissão a ser criada pelo Conselho  
23 Universitário; que seja melhor informado ao Conselho Universitário o porte, a importância e a  
24 qualidade da contribuição que o CPQBA tem prestado ao curso de Farmácia desde a sua  
25 criação; que dos 16 docentes que atuam no curso, dez são pesquisadores titulados, entre eles  
26 livre docentes, pesquisadores titulares do CPQBA. O Conselheiro JOSÉ CLÁUDIO  
27 GEROMEL diz que é essencial que a expansão com bastante qualidade acadêmica e cuidado  
28 faça parte das preocupações da Universidade. A expansão orçamentária é extremamente bem-  
29 vinda. A comissão que irá analisar a implantação da Faculdade de Farmácia deve olhar para  
30 os aspectos acadêmicos que, efetivamente, estão presentes pelos aspectos de demanda e pelos  
31 aspectos também administrativos que aqui foram levantados. No que diz respeito às questões  
32 acadêmicas, acha que não há nada a obstar. Ou seja, existe uma Faculdade com um conjunto  
33 de docentes com grande experiência na área que terá uma atuação importante para contribuir  
34 para a Universidade com essa nova faculdade. Agora, concorda com a diretora do IG. É quase  
35 inadmissível imaginarem que prédios como o do IG, por exemplo, ainda estejam por terminar  
36 depois de mais de uma década. Lá ainda há persianas quebradas etc., devido ao problema de  
37 uma chuva ocorrida tempos atrás. Também acha que aquilo que eventualmente uma unidade  
38 não tenha não deve ser colocado como problema em relação a outra. Existem muitas outras  
39 possibilidades dentro daquilo que a Universidade tem como orçamento que se executa  
40 anualmente. No final do ano passado a professora Nádia e ele tentaram discutir a criação e a

1 construção de um prédio de laboratórios que, particularmente, achava que não seria necessário  
2 para a Universidade. Aquilo tem certo gasto que se contrapõe em relação àquela preocupação  
3 que a professora Silvia colocou e com a qual concorda. Acha que as unidades acadêmicas  
4 devem ter prioridade absoluta dentro da possibilidade de serem criadas, devem ser apoiadas,  
5 inclusive na sua expansão. Por isso acha oportuna a proposta de criação da Faculdade com a  
6 preocupação já colocada, de olhar a Universidade como um todo, em termos de demanda, seja  
7 de docentes, sejam demandas por recursos, em um futuro próximo. O MAGNÍFICO REITOR  
8 diz que antes de dar prosseguimento, irá esclarecer um ponto. Acredita que a professora Silvia  
9 tenha deixado claro em sua intervenção que o não término do prédio IG não aconteceu devido  
10 à falta de recursos e nem de apoio da Reitoria. O prédio foi iniciado há dez anos sem recursos  
11 suficientes para ser concluído. Todo o movimento posterior foi para conseguir recursos para  
12 que ele fosse terminado. Esta Administração fez o máximo possível, alocou cerca de R\$5  
13 milhões para esse fim. Mas como todos têm ciência, a construção de um órgão público não é  
14 algo previsível, depende de licitações, depende do tipo de empresa que vence a licitação,  
15 depende de vários tipos de eventos, neste caso, atmosféricos e de projeto. Mas tem certeza de  
16 que em um futuro próximo grande parte do prédio estará em funcionamento. E isso vale para  
17 todos. O conjunto de necessidades da Universidade é enorme. Todas as unidades de ensino e  
18 pesquisa necessitam de recursos. Cabe ao Conselho Universitário julgar as demandas do  
19 ponto de vista acadêmico e de futuro. É claro que quando se discute uma proposta frente a  
20 necessidades individuais os problemas sempre aparecem. O professor Manoel está no plenário  
21 e não falou nada sobre o Hospital, mas se falar sobre o que precisa para fazer funcionar o  
22 pronto-socorro, por exemplo, ficarão várias horas ouvindo. A mesma coisa em relação ao  
23 Museu, ao qual a professora Silvia fez menção, que não é uma unidade de ensino e pesquisa.  
24 Mas a Unicamp tem lá cinco funcionários, um jornalista, quatro patrulheiros, uma funcionária  
25 em comissão, um número grande de estagiários e mais uma alocação de recursos próximos de  
26 R\$200 mil para fazer o Museu funcionar, receber as escolas. Trata-se de um aporte de  
27 recursos considerável para um Museu, que não é uma unidade de ensino e pesquisa, que tem,  
28 obviamente, de ser apoiado, é uma atividade importante, mas tem de ser considerado que a  
29 expansão, provavelmente, não será pela Universidade, será por projetos próprios e propostas  
30 de convênio. O Conselheiro PAULO SÉRGIO SARAN diz não ter nada contra a proposta de  
31 criação da Faculdade, embora estejam discutindo o acolhimento, inicialmente. Pergunta se foi  
32 feita alguma pesquisa no mercado de trabalho, sobre a demanda de profissionais na área de  
33 farmacêuticos. Embora o índice de inscritos para o vestibular ainda seja alto, há realmente  
34 uma tendência clara de diminuição da procura e as demandas mostradas no *slide* de outras  
35 faculdades mostram uma procura muito baixa pelo curso. Não sabe se isso está realmente  
36 atrelado à questão de mercado de trabalho, à procura por esses profissionais. Por isso  
37 considera importante e gostaria de ter esse esclarecimento, para melhor avaliar a sua decisão.  
38 O Conselheiro LUIS PAULO RIZARDI diz ser favorável à proposta de criação dessa nova  
39 Faculdade, porque os estudantes devem ter toda estrutura para suas aulas, possuir as  
40 bibliotecas etc. A universidade tem um papel muito bonito na questão de fomentador social. A

1 Unicamp precisa se expandir, não somente em Campinas, mas também em Limeira e em  
2 outras cidades, porque isso irá levar desenvolvimento social para várias pessoas que terão seu  
3 dinheiro revertido em investimentos em novos cursos e expansões. A única crítica que tem é  
4 em relação ao orçamento, que acha preocupante. Tem a questão da FCA, de 0,05% de ICMS  
5 que o governador do Estado, Geraldo Alckmin, falou que ia vir e até agora não veio para  
6 aquela Faculdade; gostaria de saber qual o motivo desse recurso não ter vindo e, inclusive,  
7 gostaria que fosse dividido para a construção dessa nova Faculdade de Farmácia. Acredita  
8 muito nessa expansão. A Conselheira SHIRLEI MARIA RECCO-PIMENTEL diz que, como  
9 houve alguns comentários, deseja esclarecer alguns pontos. Quando assumiu a direção do IB  
10 e, portanto, havia o curso de Farmácia para cuidar, tratou de se informar a respeito de todo o  
11 histórico do curso. Leu o material do Conselho Universitário para ver como havia sido a  
12 discussão, o que tinha sido decidido e o que tinha acontecido. Então teve uma boa ideia de  
13 como as coisas ocorreram. Talvez apenas alguns dos presentes também estivessem, na época,  
14 no Conselho Universitário e puderam acompanhar o que ocorreu. De fato, o que a professora  
15 Ítala mencionou é verdade. Recuperando rapidamente o histórico, a primeira proposta foi do  
16 CPQBA e estava associada à criação de uma Faculdade de Farmácia, que não foi aprovada.  
17 As três unidades – IB, FCM e IQ – que estariam envolvidas no currículo, assumiram o curso  
18 de Farmácia, dada a importância em ter um curso como esse na Universidade. Assim, a  
19 história começou com o CPQBA, mas a criação da Faculdade não vingou em função da  
20 proposta não ter sido aprovada naquele momento. Posteriormente o curso foi criado. Mas  
21 avaliaram depois que as condições em termos de corpo docente não foram as ideais, porque,  
22 naquele primeiro momento, houve algumas contratações, acha que uma para o IQ e algumas  
23 pouquíssimas também para a FCM, duas ou três talvez, apenas para suprir grandes  
24 deficiências da própria unidade, não eram contratações que ficaram vinculadas  
25 especificamente ao curso, como essas mais recentes. Toda a parte mais geral do currículo foi  
26 assumida pelos docentes e pelas unidades envolvidas com o corpo docente que lá existia.  
27 Embora o curso esteja consolidado em termos de currículo do curso, de oferecer formação  
28 muito completa e eclética aos alunos, não quer dizer, com isso, que não haja problemas sérios  
29 para fazer todo esse trabalho acontecer dessa maneira. Os seis docentes começaram a ser  
30 contratados mais recentemente, três ou quatro anos atrás começaram a fazer os pedidos  
31 regularmente para a CVD para ir suprindo, aos poucos, as necessidades de contratação de  
32 docentes para as disciplinas de final de curso, que são mais profissionalizantes. Esses seis  
33 docentes que foram contratados – sendo que há quatro concursos em andamento de anos  
34 anteriores, então somaria um total de dez – têm uma sobrecarga enorme e sua carga horária  
35 para cobrir todas as disciplinas profissionalizantes talvez seja de mais de 20 horas semanais. E  
36 alguns deles são únicos em disciplinas, ou seja, se ficarem doentes ou viajarem não há um  
37 docente especialista, alguém conhecedor da área que possa suprir da mesma maneira. O  
38 histórico resumido é esse. As três unidades têm feito esse esforço de ir contratando aos  
39 poucos, tentando suprir minimamente ao longo do tempo. O curso está consolidado em termos  
40 de formação; possui um currículo muito bem pensado, mas ele ainda tem essa dificuldade de

1 falta de docentes. Em relação ao que a professora Ítala comentou, de fato, no início do ano  
2 passado o professor Marcelo, através da PRG, organizou um grupo de trabalho para analisar a  
3 viabilidade da implantação da Faculdade de Farmácia. A discussão não é recente, já tem dois  
4 anos, começou no início do ano passado. O relatório que o grupo de trabalho elaborou não foi  
5 assinado pelo professor Ivo, porque o CPQBA não concordou com o que estava sendo  
6 proposto; envolvia diretamente o CPQBA. O CPQBA não achou adequada a proposta, e, por  
7 isso, o relatório não teve outros encaminhamentos. Posteriormente a comissão de ensino de  
8 graduação assumiu fazer uma nova proposta, que é essa que está sendo apresentada agora. A  
9 Professora ÍTALA MARIA LOFFREDO D'OTTAVIANO diz que solicitou que o trabalho  
10 dessa comissão seja colocado no processo para enriquecer o trabalho da próxima comissão.  
11 Há dados no trabalho realizado por essa primeira comissão que são importantes, sobre as  
12 necessidades de espaço, docentes, funcionários, laboratórios; inclusive dados que não constam  
13 especificamente dessa proposta final. O MAGNÍFICO REITOR diz que não há nenhum  
14 problema que seja incluído no processo. Solicitará à Secretaria Geral que o faça. O Professor  
15 CARLOS ROQUE DUARTE CORREIA agradece a chance de poder responder a algumas  
16 das questões que foram levantadas. Considera questões bastante pertinentes para o que se está  
17 propondo neste momento. Começará falando sobre a integração das unidades, com vistas à  
18 criação de medicamentos para doenças negligenciadas. No curso de Farmácia, essa tem sido  
19 uma preocupação, mas envolve integração entre os docentes. No momento existem – como já  
20 foi mencionado aqui – três docentes na FCM, dois no IB e um no IQ, cada um deles está  
21 preocupado com suas aulas, suas pesquisas, e em atender aos departamentos. Essa integração  
22 ainda precisa acontecer. Essa é uma das razões para colocar todos em uma única unidade  
23 voltados à ação da área farmacêutica. Não se trata de distraí-los, mas focá-los na principal  
24 atividade para a qual eles foram contratados. Concordo que isso tem de ser feito e deve ser  
25 resultado de uma ação que tem de vir com a criação da Faculdade. A professora Gláucia  
26 Pastore colocou alguns pontos interessantes e, com isso, tentará responder outra questão com  
27 relação ao mercado de trabalho, que o professor Saran colocou, sobre a queda no número de  
28 candidatos e vaga. Não havia como fugir daquele gráfico e da realidade. A procura pelo curso  
29 está em queda. Já discutiram bastante dentro da comissão para ver se havia uma razão para  
30 isso. Essa queda acontece em todas as faculdades de farmácia do Estado de São Paulo, e em  
31 todas as outras nas quais fizeram levantamento. Na USP a queda é acentuada, principalmente  
32 de 2009 para 2010. Isso envolve a integração entre as Faculdades de Ciências Farmacêuticas.  
33 Uma das possíveis razões é que o farmacêutico, a partir de 2002, passou a ter o caráter  
34 generalista; ele perdeu as especializações que existiam no passado. Ele mesmo é farmacêutico  
35 industrial, existia o bromatologista, existia o de análises clínicas, cada um atuando em uma  
36 área. Isso acabou. Quando o curso de Farmácia foi fundado aqui já havia a premissa de que  
37 ele seria generalista. Foi criado um diferencial que foram as disciplinas eletivas. A finalidade  
38 dessas disciplinas eletivas era oferecer aos alunos algumas habilitações específicas, fugindo  
39 um pouco do caráter plenamente generalista. A percepção que se tem hoje nas faculdades, e  
40 isso está em discussão em todas as faculdades de Ciências Farmacêuticas, é que deveriam

1 voltar ao que era antes. Já são quase dez anos com caráter generalista. Esse caráter tirou do  
2 profissional a característica preferencialmente profissional, pontual, a habilitação que lhe  
3 conferia um caráter mais técnico. Em relação a outras profissões, esse fato fez com que o  
4 interesse do aluno do ensino médio que começa a procurar uma profissão caísse. Essa  
5 característica generalista diminuiu a percepção positiva do curso. Têm sido chamados a  
6 discutir isso juntamente com as outras faculdades para estudar o que fazer e o que sugerir ao  
7 Conselho Federal de Farmácia e ao Conselho Federal de Educação. Talvez o retorno ao que  
8 era antigamente, com habilitações e especializações. Essa é uma das possíveis razões. É óbvio  
9 também que aumentou muito o número de cursos de Farmácia na região e em todo o Estado  
10 de São Paulo explodiu. Basicamente, na Região Metropolitana, existem cerca de 1.500 vagas,  
11 alguns cursos têm mais vagas que alunos. Praticamente, quem quiser pode cursar Farmácia.  
12 Uma das grandes preocupações da indústria é que ela quer profissionais de qualidade. A  
13 Unicamp não tem problemas para inserir os alunos no mercado de trabalho porque possui um  
14 diferencial. Nas visitas feitas às indústrias, ouvem que contratarão quantos profissionais a  
15 Unicamp formar. Elas têm demanda, mas ela não se aplica a todas as universidades; há, por  
16 exemplo, restrições à formação dos alunos PUC. O diferencial da Unicamp é a  
17 interdisciplinaridade, a multidisciplinaridade dos alunos aqui formados. Eles são realmente  
18 muito bons, estão no curso que é o segundo mais competitivo da área da Saúde e são muito  
19 focados. Então, essa é a análise que possuem. O curso é extremamente competitivo com o da  
20 USP, da Unesp, estão no mesmo patamar, com a diferença que o número de vagas dessas  
21 outras universidades é bem maior. O curso da Unicamp é o que possui o menor número de  
22 vagas a oferecer à comunidade. Portanto, ficam limitados, ainda que a comunidade externa  
23 solicite um maior número de alunos formados com essa qualidade; por isso é necessário  
24 crescer, e crescer com responsabilidade. A comissão, no momento atual, se sente limitada;  
25 não pode propor um maior número de vagas, pois isso exige laboratórios, exige uma  
26 identidade, exige um prédio, com uma farmácia-escola. O aumento de qualidade está atrelado  
27 a isso também. Em relação ao CPQBA, ele tem sido fundamental, seus pesquisadores têm  
28 atuado com intensidade e têm representatividade na comissão. Esse documento que veio, veio  
29 com o aval e discussão, incluindo o representante do CPQBA. É claro que existe todo um  
30 histórico com relação àquele grupo de trabalho que, infelizmente, acabou não sendo levado  
31 adiante exatamente devido à posição do CPQBA. Havia também uma discussão um pouco  
32 mais delicada com relação a criar o prédio na área próxima ao CPQBA. Houve uma  
33 manifestação contrária com relação a isso, até por parte dos alunos, pois isso não os integraria  
34 à área de Saúde. Como profissionais dessa área, desejam estar próximos ao Hospital e ao que  
35 venha a ser a Medicina Translacional. Sua opinião também é a de que, como profissionais da  
36 Saúde, eles têm de estar onde vão atuar – farmácia-escola, HC, Hospital de Sumaré. E no  
37 grupo de trabalho, do qual participou, houve algumas discussões e, no final, sem a assinatura  
38 do CPQBA realmente não houve avanço. A professora Shirlei colocou muito bem,  
39 simplesmente ele não foi adiante. De todo modo, contam com a contribuição do CPQBA, da  
40 qual não podem abrir mão. Com relação aos novos docentes, não teve tempo de se ater a uma

1 discussão mais detalhada sobre o número de disciplinas. Mencionou simplesmente as  
2 disciplinas profissionalizantes, que são 19, ministradas por seis docentes que, além de se  
3 dedicarem a elas, também cuidam de trabalhos de conclusão de curso e estágios. Existe uma  
4 comissão de estágio formada por esses docentes, que trazem para a comissão o que está  
5 acontecendo quanto a esta atividade. Esses docentes estão, portanto, sobrecarregados, porque  
6 eles também têm relatórios trienais para fazer, eles precisam atuar no ensino, pesquisa e  
7 extensão. É daí que se justifica a necessidade apontada; há atualmente cinco docentes nível  
8 MS-3, um nível MS-5, existem quatro contratações em andamento, sendo duas de professores  
9 titulares, duas de docentes nível MS-3, o que totalizará o número de dez. Este seria o número  
10 para uma potencial faculdade começar. Existe a possibilidade, dependendo deste Consu, de  
11 abertura de mais uma vaga, tendo em vista que o curso solicitou duas. Então, há  
12 potencialmente 11 docentes para iniciar essa Faculdade de Ciências Farmacêuticas, que  
13 estaria de acordo com a discussão feita hoje aqui, embora não vá seguir o sistema de  
14 departamentos; ela seguiria o modelo da FCA, de uma graduação geral. Diz que, em relação  
15 ao problema do IG, é solidário à professora Silvia, passa todos os dias por aquele prédio, o  
16 qual acha muito bonito, e adoraria vê-lo completo. Faz votos de que isso venha a acontecer  
17 em breve. Entende perfeitamente a posição assumida pela professora, mas reafirma que existe  
18 essa necessidade para o curso de Farmácia e a oportunidade para ele. Infelizmente, também  
19 possuem um prédio com problemas na construção. A previsão de conclusão da obra seria  
20 março de 2013 e, certamente, ela não será cumprida. O MAGNÍFICO REITOR diz que  
21 alguém da DGA pode esclarecer, mas provavelmente o que ocorreu está relacionado ao  
22 problema geral que acontece com as construções na Unicamp. O prédio alocado à Farmácia é  
23 um prédio muito interessante e há grande interesse que ele seja concluído rapidamente,  
24 porque ele pode servir de modelo, no futuro, para os prédios da Unicamp. Isso porque ele tem  
25 um sistema de construção diferente, chamado de *steel frame*, totalmente autossustentável, que  
26 está sendo aplicado pelo núcleo de arquitetura da Faculdade de Engenharia Civil e  
27 Arquitetura, pelo professor Leandro e professora Gabriela. É um projeto muito importante  
28 para o futuro da Unicamp. O problema que aconteceu foi que houve a licitação, a empresa que  
29 ganhou ofereceu um preço que estava cerca de R\$900 mil abaixo da previsão, a Unicamp fez  
30 a terraplanagem, aprontou o local para a construção e, no momento de iniciar a obra, a  
31 empresa abandonou o projeto. A Unicamp agora consultará a firma que está em segundo lugar  
32 se ela pode construir pelo mesmo preço da que havia vencido a licitação. Talvez a senhora  
33 Edna possa depois informar com segurança, na segunda parte da reunião, mas ao que parece a  
34 empresa em segundo lugar aceitou essas condições, então, daria início à construção. Outra  
35 coisa interessante em relação a esse tipo de construção é que, caso essa empresa realmente  
36 comece a construir, o tempo de conclusão da obra é bastante reduzido, pelo fato de o sistema  
37 não utilizar alvenaria comum, mas perfis de aço galvanizado. A construção é supostamente  
38 para ser encerrada em quatro meses, então, pode ser que no ano que vem isso esteja pronto. O  
39 Professor CARLOS ROQUE DUARTE CORREIA diz que a única vantagem é que o  
40 orçamento já está garantido para a construção. O MAGNÍFICO REITOR ressalta que o

1 orçamento de todos os prédios que estão sendo construídos na Unicamp está garantido. O  
2 Professor CARLOS ROQUE DUARTE CORREIA diz que, com relação à dúvida do  
3 professor Alvaro quanto a se este é o momento adequado, acredita que seja. A Faculdade se  
4 iniciaria com dez ou possivelmente 11 docentes, o que certamente é um número reduzido para  
5 uma faculdade, mas existe um plano de crescimento, até 2016, para atender as disciplinas  
6 profissionalizantes. Essas oito ou nove contratações virão ao Consu de qualquer maneira, seja  
7 Faculdade, seja curso, porque essa necessidade existe. Espera que as futuras contratações  
8 possam ser orientadas já para a Faculdade de Ciências Farmacêuticas. O curso possui hoje  
9 seis docentes que atuam de uma forma um pouco dispersa, e não gostaria de ver dez ou 11  
10 docentes ainda dispersos. Se este não é o momento, sinceramente acha que no futuro será  
11 muito mais difícil trazer esses docentes para trabalhar num único local e com um  
12 direcionamento. Acredita que este seja o momento adequado para isso. O curso também  
13 possui algo que ao mesmo tempo é uma vantagem e uma desvantagem quando se compara  
14 com o curso de Enfermagem: este se constitui em uma unidade da área de Saúde, mas que já  
15 se encontrava totalmente imersa naquele local. Já o curso de Farmácia se distribui entre o  
16 Instituto de Química, o Instituto de Biologia, a Faculdade de Ciências Médicas e o CPQBA,  
17 portanto existe maior complexidade na montagem desse curso, seu gerenciamento e sua  
18 administração. Não existe nenhuma outra atividade profissional da área de Saúde que envolva  
19 tantos Institutos, além de disciplinas eletivas em outras áreas, como Empreendedorismo, por  
20 exemplo, ou seja, é um curso com muitas particularidades. Agradece o apoio da representação  
21 discente da Universidade à proposta de criação da Faculdade. É um apoio extremamente  
22 importante, pois tudo está sendo pensado para atender os alunos e docentes envolvidos com o  
23 atual curso, que possuem um grande anseio de criação de identidade e de um local próprio, e  
24 isso se arrasta por oito anos. O professor Pilli mencionou uma das grandes preocupações que  
25 havia quando formaram a primeira turma: as críticas. Os alunos foram tolerantes, mas tinham  
26 muitas reclamações sobre a maneira como o curso foi estruturado. Relata que passaram por  
27 momentos dramáticos em que ele, sinceramente, teve dúvidas se o curso teria continuidade,  
28 porque as críticas foram muito duras. Eram alunos muito bons e que tinham expectativa muito  
29 elevada, pois estavam na Unicamp; eles optaram pela Unicamp, quando podiam ter optado  
30 por universidade em que o curso já estava consolidado, ao passo que aqui ainda lutavam para  
31 ter laboratórios e professores para as disciplinas profissionalizantes. Em relação ao que a  
32 professora Ítala mencionou, diz que podem incluir o que ela sugere, até porque contam com  
33 total apoio do CPQBA e precisam dele. Em momento algum o CPQBA vai ficar de fora,  
34 mesmo com a criação da Faculdade, porque precisarão ainda desses docentes atuando, e  
35 vários desses pesquisadores estão inscritos em concursos. A Professora ÍTALA MARIA  
36 LOFFREDO D'OTTAVIANO diz que o curso de Farmácia precisa do CPQBA para poder dar  
37 continuidade a sua atuação, e isso precisa ser reconhecido publicamente. O Professor  
38 CARLOS ROQUE DUARTE CORREIA concorda. A Professora ÍTALA MARIA  
39 LOFFREDO D'OTTAVIANO observa ainda que o professor Roque disse que o curso teria  
40 dez docentes no início do ano, mas provavelmente serão dez mais os dez do CPQBA, portanto

1 vinte professores. O Professor CARLOS ROQUE DUARTE CORREIA agradece o apoio à  
2 parte acadêmica, que foi mencionada, e acha que ela é bastante forte e justifica esse  
3 investimento pela Universidade. Em relação aos questionamentos feitos pelo professor Saran  
4 e pela professora Gláucia, acredita que os tenha esclarecido, especialmente em relação ao  
5 mercado de trabalho. Coloca-se à disposição para outros esclarecimentos. O MAGNÍFICO  
6 REITOR diz que houve discussão suficiente para o Conselho estar informado se acolhe a  
7 discussão ou não. Se a proposta for acolhida, será nomeada uma comissão em seguida. Não  
8 havendo mais observações, submete à votação o item 2, que é aprovado com três abstenções.  
9 Portanto, foi acolhida a proposta de criação da Faculdade de Ciências Farmacêuticas. Em  
10 seguida, diz que há uma sugestão de formação de comissão feita pelo grupo de trabalho, sem  
11 prejuízo que outras pessoas se voluntariem, à qual o professor Euclides fará menção. O  
12 Conselheiro EUCLIDES DE MESQUITA NETO diz que a sugestão é que haja uma comissão  
13 para analisar esse acolhimento, formada pelos diretores Liliane Maria Ferrareso Lona e Jacks  
14 Jorge Junior e pela professora doutora Elizabeth Igne Ferreira, que é professora titular da  
15 Faculdade de Ciências Farmacêuticas da USP, editora científica do *Brazilian Journal of*  
16 *Pharmaceutical Sciences*, e coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Fármacos e  
17 Medicamentos da USP. O MAGNÍFICO REITOR consulta se alguém do Conselho  
18 Universitário também gostaria de participar do GT, e acata o interesse a professora Adriana  
19 Zerlotti e do acadêmico Gustavo Shimizu. Acrescenta as sugestões da professora Ítala, de que  
20 a contribuição da comissão formada anteriormente seja acrescida ao processo e que o CPQBA  
21 seja consultado. A Conselheira GLÁUCIA MARIA PASTORE pergunta se não seria  
22 interessante que alguém do CPQBA participasse do GT. O MAGNÍFICO REITOR diz que irá  
23 consultar o professor Ivo. O Conselheiro EUCLIDES DE MESQUITA NETO esclarece que o  
24 GT é indicado pelo Conselho Universitário, mas não necessariamente formado somente por  
25 seus membros. A Conselheira CLAUDIA MARIA BAUZER MEDEIROS observa que  
26 nenhum dos membros deste GT está associado aos proponentes. Sugere que ou se envolvam  
27 os diretores do IB, da FCM e do IQ, ou não se inclua alguém do CPQBA, para haver  
28 homogeneidade. O MAGNÍFICO REITOR concorda. Na sugestão inicial de constituição do  
29 GT, formado pelos professores Liliane Ferrareso, Jacks Jorge, Elizabeth Igne, Adriana  
30 Zerlotti e acadêmico Gustavo Shimizu – não há envolvidos diretos. O GT dará o parecer  
31 técnico para o assunto. A seguir, passa à discussão do item 3 – Proc. nº 37-P-24955/12 –  
32 proposta de Regimento Interno da Congregação da Faculdade de Tecnologia, destacado pelo  
33 acadêmico Alan. O Conselheiro ALAN GODOY SOUZA MELLO fez o destaque porque esta  
34 proposta de Regimento está contemplando a possibilidade de voto secreto, entretanto, várias  
35 unidades estão retirando ou já retiraram essa possibilidade; por essa razão considera que  
36 ficaria incoerente a manutenção dessa variável de votação. O Conselheiro JOSÉ GERALDO  
37 PENA DE ANDRADE diz que submeteu a proposta à Procuradoria Geral, que não viu  
38 conflitos, mas não há problema que a votação seja aberta. O Conselheiro JOÃO RAIMUNDO  
39 MENDONÇA DE SOUZA diz ter uma dúvida relacionada à composição da congregação  
40 tanto da FT quanto do IC. Observa que na composição da congregação do IC consta um

1 representante dos técnico-administrativos e em Limeira constam dois. Defendem a paridade,  
2 mas o parâmetro da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB é de pelo menos  
3 3/5 de docentes, 1/5 de alunos e 1/5 de servidores. Não viu os números totais, mas gostaria de  
4 saber se essa observância foi feita na composição da congregação das referidas unidades. O  
5 Conselheiro JOSÉ GERALDO PENA DE ANDRADE aponta que possuem 11 representantes  
6 – diretor, diretor associado, coordenador de pós-graduação, coordenador de graduação,  
7 coordenador de extensão, dois representantes de nível MS-3, dois de nível MS-5, dois de nível  
8 MS-6 –, então 1/5 daria 2,2, por isso estão com dois representantes de servidores, da mesma  
9 forma que na representação da carreira MTS, em que foram mantidos mais dois dentro dos  
10 20%. O MAGNÍFICO REITOR diz que se faz necessária a opinião da Procuradoria Geral  
11 nesse caso. Existem duas questões técnicas: uma que é a votação secreta, colocada pelo  
12 acadêmico Alan, e a outra é esse número 2,2, sobre como devem proceder nesse caso. Coloca  
13 a discussão do item 3 em suspenso até que a PG responda a esses questionamentos. A seguir,  
14 passa à discussão do item 7 – Proc. nº 01-P-15257/12 – proposta de distribuição de cargos de  
15 Professor Doutor, nível MS-3.1, para as Unidades de Ensino e Pesquisa, destacado pela  
16 professora Silvia. A Conselheira SILVIA FERNANDA DE MENDONÇA FIGUEIRÔA  
17 destacou esse item para pedir alguns esclarecimentos. Em outras vezes tiveram uma  
18 apresentação do presidente da CVD ou de membros da CVD, e, desta vez, há algo bastante  
19 sucinto, deixando-a com dúvida, principalmente em um dos aspectos. Às folhas 77 da pauta,  
20 que é a segunda página do parecer da CVD, no final do primeiro parágrafo, consta: “Para as  
21 unidades que indicaram esse interesse, a subcomissão *ad hoc* apreciou o projeto e destacou,  
22 em seu relatório, duas vagas para atendimento da Licenciatura, sendo uma para o IQ e uma  
23 para o IA”. A CVD incluiu no formulário um campo para que as unidades manifestassem  
24 interesse em contratar docente para atuar exclusivamente nesse curso, submetendo, em caso  
25 afirmativo, um projeto para essa finalidade. Mas com essa conclusão do parecer questiona se  
26 apenas essas duas unidades apresentaram interesse. Se for o caso acha que teve algum  
27 problema com o arquivo do IG, visto que mandaram um pedido específico para as  
28 licenciaturas. Foi encaminhado um pedido de dez vagas para serem atendidas em três anos e  
29 receberam apenas uma vaga que diz respeito à única aposentadoria compulsória da Unidade.  
30 Ou seja, nenhuma outra parte das demandas foi atendida e o IG é uma das unidades que  
31 menos recebeu, junto com a FT e a Feagri, perfazendo 1,33% do total de 75 vagas que  
32 estavam para ser distribuídas. Queria entender melhor quais os critérios que foram  
33 considerados, para poder, inclusive, se explicar perante a congregação do IG. O Conselheiro  
34 EDGAR SALVADORI DE DECCA diz que tentará esclarecer as questões que a professora  
35 Silvia levantou, mas, em primeiro lugar, gostaria de dizer que essa matéria, nos anos  
36 anteriores, também não foi objeto de destaque da Mesa e que o procedimento que eles têm  
37 adotado nesses anos não tem sido diferente dos anos anteriores. É o Consu que solicita o  
38 destaque. Tanto que com relação à atribuição dos recursos solicitados para a abertura de  
39 concurso de professor titular, em que houve uma demanda pequena neste ano em virtude da  
40 implantação da nova carreira, o Conselho Universitário se sentiu satisfeito com o parecer da

1 CVD e sequer destacou esse item. Para o caso da distribuição das vagas docentes, preparou  
2 uma pequena e rápida apresentação para que todos tenham noção de como tem ocorrido a  
3 evolução das atribuições, pelo menos nos últimos anos. A intenção em compor a apresentação  
4 foi de fazer o levantamento do movimento de atribuição de vagas junto com o modo como  
5 vão ocorrendo as aposentadorias ao longo dos anos. É um processo dinâmico, as  
6 aposentadorias ocorrem ao longo do ano e reservam um momento do ano para que seja feita a  
7 atribuição. Explica que o primeiro quadro retrata fielmente, com base em dados da DGRH, a  
8 evolução das aposentadorias que ocorreram a partir de 2008, e, ao lado disso, o número de  
9 vagas que a CVD atribuiu às unidades. Foi considerado o ano de 2008 até o ano de 2012, que  
10 corresponde ao período desta gestão. A relação entre vagas atribuídas e aposentadorias foi a  
11 seguinte: em 2008 foi de 51 para 40; no ano de 2009, foi de 50 para 30; no ano de 2010, foi de  
12 69 para 50; no ano de 2011, foi de 80 para 67; e no ano de 2012, até o mês de outubro,  
13 tiveram 75 vagas atribuídas para um número de aposentadorias igual a 60. Isso significa que  
14 do ponto de vista do crescimento do quadro docente neste período, tiveram o acréscimo de  
15 118 novos docentes, considerando que 365 docentes foram contratados e 247 se aposentaram.  
16 Isso significa que o número de aposentadorias em comparação com o número de contratações  
17 é muito menor. Esse é o primeiro ponto que acha importante ter como referência, porque isso  
18 está dentro desse cômputo. Cita a Faculdade de Ciências Aplicadas, para a qual a Unicamp,  
19 durante esse período, contratou todos os docentes para fazer frente a uma abertura de 480  
20 novas vagas para oito cursos abertos, representando um aumento expressivo na contratação de  
21 novos docentes. Com relação a vagas atribuídas e aposentadorias ocorridas, com base na  
22 segunda tabela, podem fazer uma análise de cada uma das unidades. Toma como exemplo as  
23 quatro que ainda estão com saldo negativo. Quando iniciaram essa política de contratação, a  
24 FCM teve 48 aposentadorias e recebeu de reposição 37 novas contratações, significando que  
25 ainda existe um déficit de 11 docentes para que viessem a repor o quadro. Importa notar que  
26 esse quadro não retrata o número de docentes que existia em um determinado momento de  
27 2008 e o número de docentes que existe agora. Esse retrato é obtido por resultado dinâmico.  
28 O quadro representa a velocidade de aposentadoria *versus* a capacidade de reposição. Isso é  
29 cíclico porque há períodos em que o número de aposentadorias é maior. Até 2016 o quadro de  
30 aposentadorias será grande, porém essa curva sofrerá inflexões, porque à medida que se  
31 renova o quadro, o número de aposentadorias tende a decrescer. Ressalta que nunca haviam  
32 feito esse tipo de apreciação em análise. Significa ver como é que a Universidade se comporta  
33 frente às aposentadorias, seja qual for a sua natureza. Quer dizer, a velocidade que a  
34 Universidade tem de ter para repor seu quadro. Acha que possuem um saldo bastante positivo  
35 nessa oportunidade, porque muito embora a velocidade de perdas seja alta, quase cinquenta  
36 por ano, tiveram a oportunidade de fazer essa reposição ao longo desses anos. Para o futuro  
37 tem de haver uma atenção especial para com a Faculdade de Engenharia Elétrica e de  
38 Computação, Faculdade de Educação Física e Instituto de Economia. Nessas unidades a  
39 velocidade de aposentadorias é mais alta do que a possibilidade de a CVD atender às suas  
40 demandas. Talvez seja essa a pergunta da professora Silvia. E evidencia-se, então, um quadro

1 de avaliação acadêmica que deve vir à discussão. Observa-se no quadro que nenhuma outra  
2 unidade perdeu mais docentes do que ganhou no período citado. A Conselheira SILVIA  
3 FERNANDA DE MENDONÇA FIGUEIRÔA diz que na tabela o dado de aposentadorias de  
4 2012 do IG está errado, foram dois professores aposentados e não um como consta, um foi  
5 pela compulsória e outro normal. O Conselheiro EDGAR SALVADORI DE DECCA diz que  
6 a professora pode ter razão, uma vez que conseguiu elaborar essa tabela até o mês de outubro.  
7 A Conselheira SILVIA FERNANDA DE MENDONÇA FIGUEIRÔA diz que esses  
8 professores se aposentaram em fevereiro. O Conselheiro EDGAR SALVADORI DE DECCA  
9 diz que irá rever esses dados. O que significa que o IG, muito embora esteja com saldo  
10 positivo, está por menos um. Mas é importante essa análise porque pela primeira vez há dados  
11 seguros de qual é a velocidade de aposentadorias da Universidade e qual é a capacidade de  
12 recomposição do quadro do ponto de vista das novas vagas, e como está o comportamento em  
13 cada unidade. A Conselheira GLÁUCIA MARIA PASTORE menciona que possuem  
14 problemas em várias unidades que não estão refletidos no quadro por causa do intervalo  
15 escolhido. O Conselheiro EDGAR SALVADORI DE DECCA diz ter esses cálculos a partir  
16 de 2001, não os apresentou porque a velocidade de aposentadorias e de recomposição  
17 colocaria em prejuízo outras gestões, por razões tecnicamente fáceis de explicar. Durante um  
18 período anterior, que vai de 2001 a 2008, a Universidade passou por mais de um momento de  
19 recessão e contingenciamento forte, havendo anos em que sequer foi possível contratar um  
20 docente. O contexto político e orçamentário da atual gestão permitiu que essa reposição fosse  
21 feita. Possui essas tabelas, não as apresentou porque seria deselegante e porque ele mesmo  
22 participou ativamente junto à CVD, como Pró-Reitor de Graduação, e presenciou o quanto foi  
23 difícil conseguirem recursos para contratações. Acredita que a medida de referência deve ser  
24 o olhar para o futuro da política de contratações, ou seja, nunca ficar aquém da velocidade de  
25 aposentadorias. A intenção desse quadro é mostrar que é uma vitória ter conseguido superar o  
26 ritmo de aposentadorias frente a contratações. Conseguiram este ano, pela primeira vez,  
27 deixar as 25 vagas das aposentadorias compulsórias separadas das 50 vagas atribuídas. Pode  
28 disponibilizar, por *e-mail*, dados dos anos anteriores, como foi solicitado, e também a  
29 projeção até 2016. A Conselheira NÁDIA FARAGE diz que também gostaria de fazer uma  
30 correção, porque os números não estão batendo. O professor De Decca disse que o IFCH está  
31 com número positivo de cinco contratações, mas pelos números que possui, o Instituto está  
32 negativo em três. Em 2008, recorte que pretende discutir, o Instituto contava com noventa  
33 professores e, em 2012, 87, já contabilizando o concurso em andamento. Então não podem  
34 estar cinco positivos. O Conselheiro EDGAR SALVADORI DE DECCA diz que o IFCH está  
35 ganhando este ano. A Conselheira NÁDIA FARAGE diz que as três contratações que  
36 acontecerão cobrem o déficit de três, e não de cinco. O Conselheiro EDGAR SALVADORI  
37 DE DECCA pergunta a que número a professora está se referindo, pois como explicou a  
38 tabela apresentada não mede o número de docentes que a unidade tinha em determinado  
39 momento. Entre 2008 e 2012, o IFCH recebeu 16 vagas e perdeu 11 docentes, pelos mais  
40 variados tipos de aposentadorias, então há um saldo de cinco. Esses dados são da DGRH. A

1 Conselheira NÁDIA FARAGE diz que em sua tabela consta por anos. Em 2008 o IFCH tinha  
2 noventa docentes e em 2012, já com as reposições, possui 87. O MAGNÍFICO REITOR  
3 reitera que a CVD relacionou o número de aposentadorias *versus* vagas alocadas. É possível  
4 que um processo esteja em tramitação. A Conselheira NÁDIA FARAGE diz que está  
5 contando também as contratações em andamento. Portanto, existe um saldo negativo de três.  
6 O Conselheiro EDGAR SALVADORI DE DECCA insiste que não se referiu ao número de  
7 docentes que havia em 2008. A relação é de quantos se aposentaram e quantos foram  
8 contratados em cada ano. O MAGNÍFICO REITOR diz que é importante definirem esse item,  
9 visto que há implicações nas contratações do ano que vem. Irão checar esses números, que são  
10 oficiais da DGRH. No momento devem deliberar a aprovação ou não do quadro que consta às  
11 folhas 77. O Conselheiro EDGAR SALVADORI DE DECCA, respondendo à professora  
12 Silvia também, diz que nesse quadro a demanda foi de 227 novos docentes, atenderam 75  
13 novas contratações, das quais 25 foram atribuídas por aposentadorias compulsórias. Pode ser  
14 que estranhem, por exemplo, que ao Instituto de Biologia tenham sido concedidas nove  
15 contratações, quando houve, de aposentadorias compulsórias, cinco. Das nove vagas que o IB  
16 recebeu, uma delas foi para o curso de Farmácia. O Instituto de Química teve quatro  
17 aposentadorias compulsórias que foram repostas e recebeu uma única vaga nova a ser  
18 colocada em Licenciatura. O Instituto de Artes não teve nenhuma aposentadoria compulsória,  
19 recebeu três vagas sendo que uma delas é para Licenciatura. É evidente que houve apreciação  
20 por parte da CVD, receberam um relatório de uma comissão de licenciaturas que fazia uma  
21 demanda de 16 novas contratações. O grupo de trabalho apreciou que houve dificuldade para  
22 fazer uma atribuição muito específica para a Licenciatura e julgou que as áreas de licenciatura  
23 deveriam ser atendidas à luz dessa proposta. E ao fim dessa reunião da CVD criou-se um GT  
24 para tratar exclusivamente desse assunto, e que a proposta da Licenciatura mais a que chegou  
25 da FCA fossem submetidas ao Conselho Universitário. O MAGNÍFICO REITOR observa que  
26 no ano passado foram alocadas 25 vagas para as aposentadorias compulsórias e atribuíram  
27 mais cinquenta novas, totalizando 75 vagas. O Orçamento que alocou essas vagas já foi  
28 aprovado pelo Conselho Universitário, então não poderão aumentar esse número. Deverão  
29 decidir agora ou pela aprovação dessa tabela ou propor outra distribuição. A CVD possui uma  
30 subcomissão que foi presidida pelo professor Euclides que estudou a matéria. O Conselheiro  
31 EUCLIDES DE MESQUITA NETO diz que participaram dessa subcomissão 11 diretores,  
32 oito da comissão anterior, com o cuidado de acrescentar os diretores que compõem a CVD  
33 atual. Foram realizadas reuniões para distribuir os processos, de modo a que todas as unidades  
34 tivessem as suas solicitações analisadas por três diretores, sendo um da área e nunca o próprio  
35 diretor analisando a sua unidade. Depois fizeram uma primeira rodada para realizar a  
36 distribuição propriamente dita, conforme alguns critérios que foram distribuídos. Foi  
37 acordado que as vagas de aposentadorias compulsórias seriam atribuídas imediatamente.  
38 Havia uma aposentadoria compulsória da FT do ano passado sem reposição que foi honrada.  
39 Tinha também o desejo de tentar zerar o déficit de vagas desta gestão, e essa foi uma  
40 discussão que fizeram. Ao mudar as datas de referência os déficits também vão sendo

1 diferentes; e unidades diferentes vão ter saldos distintos. Considera legítimo que esta  
2 Administração queira zerar o seu déficit. Posteriormente fizeram um conjunto de rodadas em  
3 que os três diretores envolvidos reportaram os projetos. Na época solicitaram que as unidades  
4 manifestassem nos projetos o que havia de singular para que ela não participasse de forma  
5 distributivista da concessão de vagas. Quer dizer, o que a unidade tinha de diferente em  
6 termos de projetos novos, situações peculiares de carga didática e situações de aposentadorias,  
7 que justificasse o fato de ela não ter uma proposta distributivista – já desconsiderando as  
8 aposentadorias e as reposições realizadas anteriormente. Na primeira rodada distribuíram  
9 cerca de trinta vagas – as 25 das aposentadorias compulsórias já estavam lá. Na segunda  
10 rodada foi feita a avaliação dos diretores referentes às demandas e a avaliação do que a  
11 unidade reportou como tendo de necessidade ou situação particular. Distribuíram mais 16  
12 vagas. A dinâmica foi essa, sempre com as tabelas em mãos informando a carga didática das  
13 unidades, tanto em número de matrícula como em número de horas de sala de aula média dos  
14 docentes. A demanda de zerar o déficit desta Administração tem um ponto forte e um fraco. O  
15 forte é que houve 11 diretores envolvidos legitimando o processo; o outro ponto é que é muito  
16 difícil discutir por que uma unidade ganhou uma vaga e outra duas. Essa foi a discussão geral  
17 que ocorreu na época. Inclusive fez mais o papel de mediador do que de proponente. O  
18 Conselheiro JOSÉ CLÁUDIO GEROMEL pergunta em parte, indaga se não seria importante  
19 que esses dados numéricos referentes a essas tabelas, e que foram utilizados para obter esse  
20 resultado final, constassem da pauta do Conselho Universitário. Já solicitou, no ano passado,  
21 ao professor De Decca, porém não obteve. Mas não tem problema, faz esse pedido  
22 novamente, pois gostaria de ter os dados a respeito de carga didática e número de alunos  
23 matriculados nos cursos. Acha importante porque há diferenças no que diz respeito aos  
24 números referentes à reposição integral das aposentadorias compulsórias, como acabaram de  
25 ver. O Conselheiro EUCLIDES DE MESQUITA NETO diz que a tabela foi distribuída para  
26 todos os diretores que participaram do processo; é informação oficial da Unicamp e não há  
27 nenhuma dificuldade em ser distribuída. No entanto, ela foi suporte para a discussão, trata-se  
28 de um indicador para aprimorar a discussão. A Conselheira SILVIA FERNANDA DE  
29 MENDONÇA FIGUEIRÔA diz que ainda não está esclarecida sobre a questão do pedido  
30 específico para Licenciatura. Pelo modo como consta no relatório parece que apenas essas  
31 duas unidades mencionaram a necessidade de Licenciatura. Conhece bem o documento que  
32 foi encaminhado pelo GT porque foi um GT instituído pelo professor Marcelo Knobel apenas  
33 com diretores, mais algumas pessoas, justamente para obrigar os diretores a tomarem  
34 conhecimento e se importarem minimamente com as licenciaturas em suas unidades. O  
35 Conselheiro EUCLIDES DE MESQUITA NETO irá esclarecer a dinâmica desse processo.  
36 Por solicitação do professor Marcelo Knobel na primeira reunião, quando elaboraram os  
37 questionários para as unidades, incluíram um item em que a unidade poderia manifestar  
38 interesse em ter vagas para Licenciatura no projeto. E diversas unidades manifestaram. Houve  
39 uma discussão entre os grupos da CVD se aquelas vagas seriam em detrimento ou além da  
40 vaga da unidade. Em uma das reuniões questionaram se os diretores queriam que as vagas

1 fossem carimbadas para a Licenciatura, a unidade recebia um número de vagas e o diretor  
2 apontava se gostaria que essas fossem carimbadas para Licenciatura, e somente duas unidades  
3 solicitaram para carimbar. A Conselheira SILVIA FERNANDA DE MENDONÇA  
4 FIGUEIRÔA registra que o motivo de estar protestando tão veementemente é porque sequer  
5 foi consultada sobre isso. E participou de todas as reuniões desse GT como diretora. Muito  
6 provavelmente, com a autorização que já tinha sido dada pela congregação do IG,  
7 carimbariam essa vaga, até porque a Licenciatura do Instituto foi ampliada para o diurno. O  
8 Conselheiro EUCLIDES DE MESQUITA NETO comenta que nada impede o Instituto de  
9 Geociências de carimbar a vaga, essa é uma dinâmica. O professor Marcelo também fez um  
10 protesto veemente na CVD porque achou que a forma como foi encaminhada a solicitação de  
11 vagas para Licenciatura não atendia às expectativas e demandas que tinha aquele GT. Tanto é  
12 que a CVD estava sugerindo um grupo de trabalho para tratar especificamente das questões da  
13 Licenciatura. Entre uma reunião e outra os diretores ficavam em dúvida se carimbavam ou  
14 não, o que ocasionou a consulta às unidades para saber quem queria isso. Carimbaram as que  
15 vieram respondidas. A Conselheira SHIRLEI MARIA RECCO-PIMENTEL diz acreditar que  
16 houve um mal entendido de qual era a proposta do grupo de trabalho e as solicitações de  
17 vagas para atender às disciplinas da Licenciatura, porque a conclusão do grupo de trabalho foi  
18 que as unidades que tinham cursos de Licenciatura precisariam ter o apoio de um pedagogo,  
19 de uma pessoa que pudesse dar esse suporte geral para melhoria dos currículos de  
20 Licenciatura das unidades. Outra questão foi um pedido de vaga para ministrar disciplinas de  
21 Licenciatura dos cursos. Relembra o histórico dos cursos de Licenciatura, que pertenciam à  
22 Faculdade de Educação e depois passaram a ser da própria unidade – o que não ocorreu com o  
23 Instituto de Biologia, que optou por manter a parceria com a Faculdade de Educação. Então  
24 vê que a confusão se deu entre o que o grupo de trabalho propôs, que foi um projeto visando a  
25 melhoria das licenciaturas de um modo geral, e o pedido de vaga para ministrar disciplinas  
26 nas unidades que estão carentes. O IB optou por não, porque havia entendido que o projeto  
27 das 16 vagas era à parte, para essa finalidade, e não para ministrar disciplinas. Isso talvez  
28 explique porque algumas unidades não tenham optado por Licenciatura. O Conselheiro  
29 EUCLIDES DE MESQUITA NETO diz que essa diferenciação é importante, porque foi isso  
30 mesmo o que aconteceu. O questionário da subcomissão solicitava que fosse apontado que  
31 unidade desejava docente dedicado às atividades de Licenciatura, mas tinha de ser partilhado  
32 com as vagas que ela estava disputando; algumas não quiseram e então foi feita uma consulta  
33 formal para saber quais unidades desejavam vagas carimbadas para Licenciatura, para não  
34 haver confusão. O MAGNÍFICO REITOR fará um encaminhamento. Às folhas 77 consta a  
35 tabela da Comissão de Vagas Docentes, onde está disposto o total das vagas, que é 75,  
36 abrangendo as 25 que são derivadas de aposentadorias compulsórias. Não é possível aumentar  
37 o número de vagas. O que podem fazer é redistribuir essas 50, portanto é sobre isso que  
38 deliberarão, sendo possível discutir outros aspectos para o próximo ano, em que novamente  
39 voltarão ao debate, durante a discussão do Orçamento. A Conselheira NÁDIA FARAGE diz  
40 que gostaria de falar sobre os critérios da distribuição deste ano, que já teve a oportunidade de

1 conversar com alguns membros da CVD, sobretudo com o professor Euclides, que foi muito  
2 gentil e paciente na explicitação dos critérios, mas precisa registrar a sua discordância porque  
3 a ideia de que não deixariam déficit dessa gestão, pode ser um critério político, mas não  
4 responde a um critério acadêmico, que deve reger a distribuição de vagas, tendo em vista que  
5 uma gestão é somente um período transitório de quatro anos na história da Instituição,  
6 enquanto que o histórico das unidades de ensino e pesquisa é muito maior do que isso. Não  
7 podem estabelecer arbitrariamente o ano de 2008 porque unidades mais antigas têm  
8 acumulado perdas, e toda vez que se faz essa referência escutam que não voltarão ao patamar  
9 de antigamente. Considera que algum respeito por essas perdas é necessário ter, analisar e  
10 dizer qual é o número ideal para o funcionamento da unidade  $x$  ou  $y$ . Outro ponto que queria  
11 tocar é que até o ano passado havia a reposição das aposentadorias compulsórias computadas  
12 no total de vagas distribuídas pelo ano, então havia todas as compulsórias computadas nas 50  
13 vagas. Agora são 25 vagas destinadas às compulsórias, além das 50. Isso significa que quem  
14 não teve nenhuma aposentadoria compulsória este ano não verá as suas anteriores realmente  
15 preenchidas. Além do que, considera que um espírito maior de universidade e de  
16 solidariedade indicaria que nesse caso as unidades que tiveram maior número de  
17 aposentadorias não recebessem tantas vagas novas. Não se conforma de ver o IG e outras  
18 unidades com zero de reposição e outras tantas unidades com nove ou 11. Acha que a  
19 distribuição poderia ser muito mais equitativa do que foi, utilizando esses critérios. Portanto o  
20 seu voto é contra a distribuição deste ano. O Conselheiro ESDRAS RODRIGUES SILVA  
21 comenta, com relação às licenciaturas, que o GT trabalhou longamente e chegou à conclusão  
22 de que elas estão em uma situação bem precária. A situação na distribuição e essas opções às  
23 vezes dizem respeito a pressões internas das unidades em optar por outras áreas que não a  
24 Licenciatura. Mas o GT trabalhou duramente e isso tem de ser levado em conta para um  
25 futuro próximo com relação a atender essas questões. E realmente houve um equívoco na  
26 interpretação; mas reafirma que foi muito importante o trabalho do GT, porque apontou a  
27 situação. O MAGNÍFICO REITOR diz que o professor De Decca fez referência, na CVD, de  
28 que fatos específicos precisam ser analisados *ad hoc*. As licenciaturas, o pleito da Faculdade  
29 de Ciências Aplicadas e a contratação de docentes para o Laboratório de Bioenergia deverão  
30 ser analisados por este Conselho Universitário. O Conselheiro FERNANDO SARTI agradece  
31 e parabeniza o esforço da CVD na busca de elaborar critérios mais transparentes. Reconhece  
32 que são critérios muito complexos – não pode ser somente um, utilizaram vários. Nessa linha  
33 de tentar buscar mais transparência e um aperfeiçoamento dos critérios sugeriria que quando a  
34 CVD trabalhasse com a ideia do saldo, que eles também fossem relativizados pelo estoque,  
35 porque evidentemente que um saldo negativo de quatro em cima de um estoque de setenta tem  
36 uma representatividade diferente; representa para a unidade um esforço a ser distribuído em  
37 atividades acadêmicas para todos os docentes, muito diferente do que ter um saldo negativo  
38 de dez dentro de um estoque de quatrocentos. Acha que isso também ajudaria na elaboração  
39 desses critérios. E se solidariza com a FCM, com a Feec e com a FEF, estão deficitárias, mas  
40 nem sempre estar endividado é negativo. Pode ser que isso, mais à frente, se reverta em algo

1 positivo. A Conselheira ISABELA CRISTINA RIGONATO AMANTE observa que quando  
2 algum diretor coloca que a pesquisa ou o ensino de sua unidade está prejudicado com a  
3 quantidade de professores, significa que a situação está muito complicada. Reforça a fala da  
4 professora Nádia, no sentido de que é muito complicado achar que é positivo o balanço da  
5 contratação de docentes apenas pensando que conseguiram repor ou não a perda dos últimos  
6 quatro anos. Por exemplo, sente que hoje já se discutiu o fechamento de departamentos,  
7 inclusive o departamento de Demografia do IFCH pode ser fechado a partir do que for  
8 aprovado hoje. E acha que, para além do Departamento de Demografia, outros departamentos  
9 chegam muito próximos disso e é muito complicada a forma como é tratado esse assunto,  
10 além de existirem diferenças entre os dados. Foi apresentado um dado de que o IFCH recebeu  
11 cinco contratações de professores, mas os dados que o próprio Instituto apresenta são outros.  
12 Questiona por que está dando essa diferença e por que foi apresentado um ganho de  
13 professores, mesmo depois de o Instituto continuar reclamando da falta de professores e de  
14 como o ensino e a pesquisa estão sendo prejudicados. O MAGNÍFICO REITOR esclarece que  
15 o número de reposição de vagas – 75 – relativo a aposentadorias, projetos ou carga didática,  
16 s.m.j., é o maior número de reposições da história da Unicamp, e isso foi possível graças ao  
17 equilíbrio orçamentário que conseguiram atingir. Houve um real esforço da atual  
18 Administração e da anterior para alcançar esse equilíbrio, lembrando que nos anos anteriores  
19 não existia essa possibilidade. Ficaram alguns anos com zero de contratações, com centenas  
20 de aposentadorias acontecendo. E quando foi possível, não havia muita discussão, porque  
21 puderam fazer 21 reposições, uma para cada unidade. Depois subiram para trinta, porque o  
22 ICMS aumentou, depois para cinquenta, e agora para 75. Estão prevendo, caso a arrecadação  
23 seja aquilo que consideram para o próximo ano, manter a reposição conforme o número de  
24 aposentadorias compulsórias mais cinquenta, para, na medida do possível, repor e ampliar  
25 quadros. Solicita ao professor De Decca que forneça os números aos conselheiros, a carga  
26 didática, o número de alunos por docente, projetos novos, pós-graduação, tudo o que a CVD  
27 leva em consideração. Não foi uma tarefa fácil. Foi também diretor e sabe que existem anos  
28 em que ficam mais satisfeitos, outros menos, mas adequar todas as demandas é uma  
29 matemática complexa. A Conselheira GLÁUCIA MARIA PASTORE diz que frente às  
30 discussões e frente a tudo que estão escutando e uma grave preocupação com o andamento  
31 futuro, gostaria de fazer um encaminhamento para a retirada de pauta. Precisam entender  
32 melhor as informações que o professor De Decca trouxe, porque, de fato, no recorte desses  
33 quatro anos fica muito complexo aceitar essa distribuição. Solicita a retirada para um  
34 convencimento maior. O MAGNÍFICO REITOR diz que colocará esse encaminhamento para  
35 votação, mas menciona que se essa solicitação for acatada pode significar o bloqueio de todas  
36 as contratações até que haja uma definição. Submete à votação o pedido de retirada do item 7  
37 de pauta, que é rejeitado, com 01 voto favorável e 02 abstenções. Em seguida, não havendo  
38 mais manifestações, submete à votação o referido item, conforme a proposta da CVD, que é  
39 aprovado com 05 votos contrários e 05 abstenções. Dando prosseguimento, volta à discussão  
40 do item 3, que trata do Regimento Interno da Congregação da FT. Passa a palavra ao doutor

1 Octacílio, Procurador Geral da Universidade. O doutor OCTACÍLIO MACHADO RIBEIRO,  
2 respondendo ao questionamento do acadêmico Alan, diz que neste caso houve um descuido, a  
3 Procuradoria Geral não atentou para o fato do voto secreto. O novo artigo 57 do Regimento  
4 Interno do Conselho Universitário versa: “A votação secreta será realizada para eleição dos  
5 nomes que comporão a lista para escolha do Reitor, na forma estabelecida pelos Estatutos.”  
6 No caso da congregação o único caso em que pode haver eleição secreta é para diretor, com o  
7 intuito de proteger a pessoa do eleitor. Respondendo ao questionamento do conselheiro João  
8 Raimundo, diz que fez uma conta e nessa composição são 13 docentes, sendo 11 da carreira  
9 MS e 2 da carreira MTS, 2 funcionários e 3 alunos. Embora haja um indicativo no Regimento  
10 Geral, eles têm de obedecer à LDB, que diz que em qualquer colegiado têm de haver 70% de  
11 assentos para docentes. Então, com 18 membros, 13 docentes atendem os 70%. Se fosse  
12 incluído mais um funcionário, teriam de mexer no todo, pois 13 já não seriam 70%. O  
13 Conselheiro JOÃO RAIMUNDO MENDONÇA DE SOUZA diz que, baseado no critério,  
14 citou dois exemplos, um infelizmente não teve a oportunidade de destacar, que é o item 5,  
15 referente ao novo Regimento Interno do IC, discutido no dia 14 de dezembro de 2010, que  
16 trata também da composição da congregação. Notou que nesse caso tem um representante de  
17 funcionários, o que expressa essa contradição legal, que é de não estar compondo com base no  
18 que diz a LDB. Por essa razão, gostaria que esse item do IC também fosse revisto, no que se  
19 refere ao quesito da composição do Consu, que é o artigo 7, § 9º, constante das folhas 46 da  
20 pauta. O doutor OCTACÍLIO MACHADO RIBEIRO esclarece que 70% é o mínimo. Se a  
21 unidade se decidiu por 80%, não há problema algum. Não existe nenhuma contradição, pois  
22 atendeu o mínimo. O Conselheiro JOÃO RAIMUNDO MENDONÇA DE SOUZA diz que se  
23 tiver 99% mais um, perde-se, do ponto de vista do referencial. Essa é uma questão  
24 extremamente delicada. O doutor OCTACÍLIO MACHADO RIBEIRO diz que isso não  
25 acontecerá porque existem garantias no Regimento, por exemplo, a de ter de um a três  
26 servidores e um quinto de alunos; ou seja, existem outros dispositivos nos Estatutos e  
27 Regimento que não permitem que haja uma congregação com 99% de docentes. O  
28 MAGNÍFICO REITOR diz que farão um estudo para verificar se existe a possibilidade de  
29 haver um equilíbrio entre as unidades. Poderiam fazer uma proposta para uniformizar essa  
30 questão. Solicita que a Procuradoria Geral verifique se existe algum acerto que a  
31 Universidade possa fazer. O Conselheiro PAULO SÉRGIO SARAN solicita uma alteração na  
32 redação, se possível, do item IX do artigo 2º, às folhas 20 da pauta, relativa à proposta de  
33 Regimento Interno da congregação da FT, que seria excluir o trecho “enquanto existir essa  
34 carreira na unidade”, que se refere aos dois representantes docentes da carreira MTS, por duas  
35 razões: a primeira é que aprovaram no Consu, quando foi criada a FT, que 30% do quadro  
36 docente seriam mantidos na carreira MTS; a segunda é que se futuramente deixar de existir  
37 essa carreira, é claro que não existirão os dois representantes e a composição será mudada.  
38 Portanto, não vê necessidade de constar esse trecho. O Conselheiro JOSÉ GERALDO PENA  
39 DE ANDRADE diz que o texto está claro. Tendo a representação, tendo a carreira, ele  
40 manterá a representação. O Conselheiro PAULO SÉRGIO SARAN diz que a redação já está

1 apontando que ela deverá deixar de existir. E não foi esse o propósito quando aprovaram a  
2 criação da FT, que foi manter 30% dos docentes na carreira MTS. O Conselheiro EUCLIDES  
3 DE MESQUITA NETO diz que pode verificar isso com todo o cuidado e respeito, mas coloca  
4 que participou desse processo e não tem memória disso. O Conselheiro PAULO SÉRGIO  
5 SARAN diz que o grupo de trabalho tinha proposto a extinção da carreira e na votação eles  
6 reverteram. O Conselheiro EUCLIDES DE MESQUITA NETO acha que não existe essa  
7 determinação do Consu de que 30% das vagas na FT sejam para a carreira MTS. O  
8 Conselheiro PAULO SÉRGIO SARAN diz que foi proposto que a carreira fosse extinta, mas  
9 o Consu reverteu. O Conselheiro EUCLIDES DE MESQUITA NETO diz que irá checar. O  
10 Conselheiro PAULO SÉRGIO SARAN diz que o teor não se altera se retirar o trecho. O  
11 MAGNÍFICO REITOR solicita ao professor Euclides e também ao professor José Geraldo  
12 que verifiquem essa questão. Pelo que o professor José Geraldo disse, mantendo o trecho  
13 também não se altera o teor. Pergunta ao professor Saran se gostaria que isso fosse colocado  
14 em votação. O Conselheiro PAULO SÉRGIO SARAN submete ao professor José Geraldo. O  
15 Conselheiro JOSÉ GERALDO PENA DE ANDRADE acha que deve ficar como está.  
16 Inclusive nas disposições transitórias conseguiram, contatando a PG, quatro representantes da  
17 carreira MTS na atual congregação por dois anos, sendo possível renovar por mais dois anos,  
18 até para levar em consideração toda a contribuição que professores da carreira MTS  
19 ofereceram na construção da Faculdade. Continuarão ainda tendo dois representantes, caso  
20 percam aqueles dois, e se vier um dia a não existir mais essa carreira, terão de alterar o  
21 Regimento. Mas não tem nada sinalizando que a carreira se extinguirá. Não havendo outras  
22 observações, o MAGNÍFICO REITOR submete o item 3 à votação, com a supressão da  
23 votação secreta para os processos (subitem c do Artigo 23), sendo aprovado com 01  
24 abstenção. Interrompe a Sessão para uma pausa para o almoço. Reiniciando a Sessão, informa  
25 que antes de discutir o próximo item, solicitará à senhora Edna Coloma que esclareça alguns  
26 aspectos comentados anteriormente pelos conselheiros, como, por exemplo, a questão do  
27 prédio do curso de Farmácia. A senhora EDNA APARECIDA RUBIO COLOMA diz que a  
28 empresa vencedora da licitação dessa obra foi uma empresa chamada Construbras, que já está  
29 realizando uma obra na Universidade e apresenta várias dificuldades financeiras. Nessa nova  
30 licitação, ela teve dificuldade inclusive de recolher a garantia, o seguro-caução. Em função  
31 disso, a Unicamp optou pela não assinatura do contrato, já que iniciar uma obra com uma  
32 empresa sem condições financeiras seria muito complicado. Portanto foi iniciada a  
33 negociação com a segunda empresa. Mas a lei só permite que se aproveite a licitação se essa  
34 segunda empresa prestar o serviço pelo mesmo preço da primeira, que no caso dessa obra era  
35 de R\$3,781 milhões. A empresa Zanini concordou em fazer a obra pelo preço da primeira e  
36 enviou a planilha atualizada, que está sendo analisada pela Coordenadoria de Projetos e Obras  
37 – CPO. Se a documentação estiver em ordem o contrato será assinado em seguida. O  
38 Conselheiro ROBERTO RODRIGUES PAES complementa que as obras constituem um  
39 desafio complexo no dia a dia da Universidade. E, diariamente também, se discute a  
40 administração dessas obras. Desde a criação da CPO já foram concluídas mais de cem obras

1 neste *campus*. Atualmente há mais de duzentas obras em execução, algumas delas já licitadas,  
2 outras em andamento e outras em processo de elaboração de projeto. Informa que nenhuma  
3 obra sofre qualquer tipo de interrupção por conta de quebra de contratos por parte da  
4 Universidade. A Unicamp, em nenhuma situação, deixa de cumprir, por exemplo, com seus  
5 pagamentos. Evidentemente cada obra tem uma história e as paralisações que às vezes  
6 ocorrem precisam ser analisadas caso a caso. O MAGNÍFICO REITOR diz que a obra do  
7 prédio do curso de Farmácia parece caminhar bem. Uma situação diferente é vivida pelo IG.  
8 A senhora EDNA APARECIDA RUBIO COLOMA diz que a empresa que venceu a licitação  
9 da obra do IG, a construtora Clark, ganhou três licitações na Unicamp mas não aceitou assinar  
10 os contratos. Ela está sendo penalizada. Em seguida a Universidade iniciou as negociações  
11 com o segundo colocado, que infelizmente não aceitou o preço do primeiro colocado, como  
12 exige a Lei Federal nº 8.666/93, que trata de licitações e contratos. Para a Unicamp ainda seria  
13 vantajoso o valor da empresa segunda colocada, mas há o impedimento legal com base nessa  
14 lei, portanto foi necessário realizar uma nova licitação. Em função disso, como no IG a obra  
15 está sendo realizada em etapas e havia projetos em andamento, o Instituto optou por reunir os  
16 projetos que estavam sendo concluídos para que fosse realizada uma única licitação. A  
17 informação da CPO é que até janeiro todos esses projetos estarão concluídos e entrarão em  
18 processo de licitação. O MAGNÍFICO REITOR informa que o próximo item é o item 8 –  
19 Proc. nº 01-E-05740/12, que trata de Distribuição de vagas para Carreira de Pesquisador,  
20 destacado pelo professor Geromel. Antes de iniciar a discussão deste item, passa a palavra ao  
21 conselheiro PAULO SÉRGIO SARAN, que informa, em relação à questão da congregação da  
22 FT, já votada, o professor Guilherme Wood encontrou a Ata da Centésima Décima Segunda  
23 Reunião do Consu, do dia 26 de maio de 2009, em que foi aprovado por unanimidade que  
24 30% dos docentes ficariam na carreira MTS. Há uma observação na Ata de que a Pró-Reitoria  
25 de Graduação faria um estudo e o assunto voltaria para ser discutido no Conselho  
26 Universitário, mas parece que isso ainda não ocorreu. Portanto, prevaleceria o que consta na  
27 referida Ata. O MAGNÍFICO REITOR esclarece que esse fato não altera o que foi aprovado.  
28 O Conselheiro PAULO SÉRGIO SARAN pergunta se essa informação não poderia fazer  
29 voltar a discussão do item 9. O MAGNÍFICO REITOR diz que isso não seria necessário,  
30 porque a carreira continua existindo sob as mesmas regras. O Conselheiro JOSÉ CLÁUDIO  
31 GEROMEL diz que destacou o item 8 porque tem uma preocupação com a carreira de  
32 Pesquisador, implantada há poucos anos na Universidade. O item trata de distribuição de  
33 vagas para essa carreira. A Conselheira ÍTALA MARIA LOFFREDO D'OTTAVIANO  
34 esclarece que a carreira de Pesquisador corresponde a uma transformação da carreira de  
35 Técnico Especializado de Apoio à Pesquisa Cultural, Científica e Tecnológica – TPCT, criada  
36 em 1993. O Conselheiro EDGAR SALVADORI DE DECCA informa que a data exata da  
37 criação foi dia 6 de outubro de 2005. O Conselheiro JOSÉ CLÁUDIO GEROMEL diz que é  
38 uma criação recente. O primeiro ponto que salienta, e para o qual solicita o auxílio do  
39 professor De Decca, é saber exatamente sob que critérios essas vagas foram alocadas, cinco  
40 para centros e núcleos vinculados à Cocen, e uma para um centro da FCM. Em segundo lugar,

1 questiona se há provisão orçamentária para essas seis vagas, porque parece que inicialmente  
2 foi solicitado um conjunto de cinco vagas. Questiona se houve alteração no Orçamento da  
3 Universidade. O Conselheiro EDGAR SALVADORI DE DECCA responde que sim. O  
4 Conselheiro JOSÉ CLÁUDIO GEROMEL diz que então está perfeito. Diz que além dessas  
5 duas preocupações, também o preocupa na carreira de Pesquisador, sobretudo nas unidades de  
6 ensino e pesquisa, algo que é muito caro para ele e tem certeza de que para todos os docentes  
7 de sua geração, que é a indissociabilidade entre ensino e pesquisa. Acredita que a carreira de  
8 Pesquisador, por não exigir de seus profissionais a dedicação que têm os docentes com o  
9 ensino, traz perdas à Universidade. Há pouco o professor do curso de Farmácia relatou que  
10 vários docentes do CPQBA se submeterão ao processo de ingresso na carreira docente através  
11 de concurso, e acredita que essa atitude deve ser incentivada. Acha que a existência de  
12 pesquisadores nas unidades não é uma boa medida. Mais do que isso, gostaria de entender,  
13 por exemplo, se a CVD entendeu que é absolutamente necessário conceder para a FCM a  
14 contratação de um Pesquisador, e por que não um docente em seu lugar. Essa lhe parece ser a  
15 questão fundamental e que contemplaria algo muito mais completo e fiel aos objetivos  
16 indissociáveis acadêmicos e científicos da Universidade. O Conselheiro EDGAR  
17 SALVADORI DE DECCA esclarece que a postura de colocar como proposta orçamentária a  
18 atribuição de vagas para a carreira de Pesquisador foi uma discussão que houve da parte da  
19 Administração porque era preciso lidar, dentro da CVD, com várias situações *ad hoc* que  
20 surgiam. E sem que houvesse os recursos reservados para a contratação de Pesquisadores,  
21 ficavam na dependência da demanda que boa parte dos órgãos, principalmente os ligados à  
22 Cocen, apresentavam. Na Proposta Orçamentária de 2012, julgou-se conveniente alocar  
23 recursos para tal carreira. No que diz respeito às observações feitas pelo professor Geromel  
24 com relação às unidades de ensino e pesquisa, há opiniões divergentes, mas era preciso, na  
25 ocasião, respeitar o que consta na Deliberação CAD-A-002/2005, tanto que consultou a  
26 Procuradoria Geral se no momento da chamada para a contratação de Pesquisadores deveriam  
27 constar ou não as unidades de ensino e pesquisa. A orientação da PG foi que de fato essa  
28 informação deveria ser incluída, tendo em vista que na Deliberação CAD-A-002/2005, que  
29 instituiu a carreira, consta que as unidades que optaram pela presença de Pesquisadores  
30 poderiam ter um percentual de até 5% do quadro docente composto de profissionais da  
31 carreira. Portanto, para fazer jus à deliberação, e para não incorrer numa contestação que  
32 provavelmente viria da parte do Conselho Universitário, foi realizada uma chamada que  
33 incluía núcleos e centros. Originalmente havia cinco vagas, e sugeriu à CVD que a demanda  
34 obedecesse ao critério de proporcionalidade: quem apresentasse mais demanda teria maior  
35 número de vagas; quem apresentasse menor demanda, teria um número menor de vagas.  
36 Foram recebidas 52 propostas, 32 oriundas de centros e núcleos e vinte oriundas de unidades,  
37 e foi aplicada a proporção de 60% a 40%, três vagas reservadas aos centros e núcleos e duas  
38 reservadas às unidades de ensino e pesquisa. O princípio da CVD, seja com relação a essas  
39 vagas de pesquisador, seja com relação às vagas docentes, é distributivo, que é o que melhor  
40 satisfaz ao ensino de todos. Quando a demanda foi recebida, a CVD criou uma subcomissão

1 para analisar essas 52 solicitações. A subcomissão propôs oito contratações, mas no  
2 Orçamento constava a possibilidade de contratação de cinco profissionais. Discutiui-se então  
3 se era conveniente encaminhar ao Conselho Universitário a proposta de oito contratações,  
4 sendo cinco da Cocen e três de unidades de ensino e pesquisa, para atender à  
5 proporcionalidade 60% e 40%. A CVD discutiu o assunto e tendo em vista o princípio  
6 distributivo, chamou a atenção para o fato de que as três vagas de Pesquisador para unidades  
7 de ensino e pesquisa, por questão de análise de mérito da subcomissão, se concentravam em  
8 centros na Faculdade de Ciências Médicas. A CVD julgou, portanto, que isso não atenderia ao  
9 princípio distributivo, uma vez que as três vagas ficariam reservadas para uma única  
10 faculdade. Ela então decidiu, por unanimidade, encaminhar o caso ao Conselho Universitário,  
11 preservando as cinco vagas da Cocen; portanto, a Cocen receberia na íntegra a chamada dos  
12 centros e núcleos, e seria submetida à aprovação do Conselho Universitário uma vaga para o  
13 Centro de Saúde Coletiva, a ser incluída na Proposta Orçamentária de 2013, após aprovação.  
14 Caso o Consu acate a proposta da CVD, serão incluídas no Orçamento as cinco vagas da  
15 Cocen, e uma vaga a mais para o próximo ano para atender, em termos de análise de  
16 qualidade, a demanda do Centro de Saúde Coletiva da FCM. Destaca ainda que a análise foi  
17 feita por uma subcomissão que avaliou a qualidade dos projetos dos centros e núcleos no  
18 momento daquilo que eles demandaram, e que a CVD sempre se preocupou com o fato de que  
19 não deveriam existir Pesquisadores nas unidades de ensino e pesquisa. Mas para que isso  
20 venha a ocorrer, é preciso alterar a Deliberação CAD citada. Essas questões apareceram na  
21 CVD a tal ponto que foi necessário recorrer a uma consulta da Procuradoria Geral se  
22 deveriam ou não constar as unidades de ensino e pesquisa nessa demanda e, pela Deliberação,  
23 é necessário constar. Mas acredita que a proposta atendeu da maneira mais otimizada possível  
24 a expectativa dos centros e núcleos, já que as cinco vagas disponíveis estão distribuídas entre  
25 eles: uma vaga para o Núcleo de Estudos e Pesquisas em Alimentação – Nepa, uma vaga para  
26 o Centro de Biologia Molecular e Engenharia Genética – Cbmeg, uma vaga para o Centro de  
27 Engenharia Biomédica – CEB, uma vaga para o Centro de Componentes Semicondutores –  
28 CCS e uma vaga para o Centro de Integração, Documentação e Difusão Cultural da Unicamp  
29 – Ciddic. E caso essa proposta seja aceita, será feita a projeção da vaga para o Centro de  
30 Saúde Coletiva da FCM, para o Orçamento de 2013. O Conselheiro EUCLIDES DE  
31 MESQUITA NETO diz que o professor De Decca já explicou o procedimento, mas, da  
32 mesma forma que a CVD se valeu do trabalho de uma comissão para fazer a distribuição de  
33 vagas para docentes nível MS-3, também contou com uma subcomissão para analisar essa  
34 vaga de carreira de Pesquisador. A comissão foi composta pelos seguintes professores: Gil  
35 Guerra Júnior, da FCM, Ítala Maria D’Ottaviano, da Cocen, Ivo Raimundo Júnior, do  
36 CPQBA, José Marcos Cintra, do IFCH, Paulo Ferreira de Araújo, da FEF, e do professor  
37 Vivaldo Silveira Junior, da FEA, ou seja, um espectro amplo de todas as áreas, e estavam  
38 também representados os núcleos, além das unidades. Acredita que o professor De Decca  
39 reportou fielmente a discussão que houve. A proposta da subcomissão eram cinco vagas mais  
40 três, mas a CVD entendeu que não era adequado e, com base nos critérios apontados pelo

1 professor De Decca, fez a proposta de seis. O Conselheiro JOSÉ CLÁUDIO GEROMEL diz  
2 que entende exatamente o que foi dito, e que sua posição a respeito disso não é majoritária,  
3 naquela época não foi e imagina que talvez não fosse agora. Entretanto, acredita que a  
4 Universidade deva se preocupar com essa questão, pois é um de seus pilares e, portanto, foi  
5 nesse sentido que colocou a questão. Mas vai além. Não tem dúvida em observar a  
6 necessidade de docentes para o curso de Farmácia, por exemplo. Isso foi mencionado aqui,  
7 não só para aquele curso, mas para outras unidades de ensino e pesquisa, e ao mesmo tempo  
8 estão agora, se compreendeu bem a proposta, comprometendo o Orçamento do ano que vem  
9 com pesquisadores. Questiona se não seria prudente fazer uma discussão sobre a alocação de  
10 recursos para pesquisadores e docentes em um momento mais oportuno. De qualquer forma,  
11 agradece o esclarecimento das dúvidas que colocou. A Professora ÍTALA MARIA  
12 LOFFREDO D'OTTAVIANO observa que, apesar de a informação não ser completamente  
13 oficial, mas uma interpretação que a subcomissão que analisou as solicitações de vagas para  
14 pesquisadores possuía, a de que deveria propor uma distribuição proporcional à solicitação,  
15 ela trabalhou fundamentalmente preocupada com a qualidade das propostas encaminhadas,  
16 tanto que priorizou as cinco vagas e, das trinta solicitações de institutos e faculdades, chegou  
17 à conclusão de que não havia qualificação adequada de acordo com os objetivos e com o  
18 perfil que se exige para a carreira PQ. Além de encaminhar cinco mais três, a comissão  
19 também encaminhou mais duas, uma vaga para o Núcleo de Estudos de Gênero – Pagu e uma  
20 para o Núcleo de Estudos de População – Nepo, pois interpretou que as solicitações eram  
21 muito bem qualificadas, e que se houvesse a possibilidade de abertura de mais vagas, ou da  
22 concessão das oito vagas, que a priorização estaria entre Pagu e Nepo. O Conselheiro HANS  
23 KURT EDMUND LIESENBERG diz que, no caso do IC, a afirmação da professora Ítala de  
24 que não eram propostas qualificadas não cabe, porque a proposta do IC tem já diversas  
25 patentes, inclusive patentes comercializadas, sendo, portanto, projetos bem consistentes. A  
26 Professora ÍTALA MARIA LOFFREDO D'OTTAVIANO ressalta que não afirmou que a  
27 proposta é desqualificada academicamente. A comissão considerou que elas não estavam  
28 adequadas ao perfil da carreira de Pesquisador, da forma como essa carreira está sendo  
29 definida e exercida na Universidade. O Conselheiro HANS KURT EDMUND LIESENBERG  
30 diz que discorda totalmente disso. A Professora ÍTALA MARIA LOFFREDO  
31 D'OTTAVIANO diz que essa não é sua posição pessoal, mas da comissão. O MAGNÍFICO  
32 REITOR diz que a ideia da discussão de vagas de Pesquisador, como o professor De Decca  
33 colocou no início, é que sejam analisadas pela CVD as solicitações dos núcleos, centros e  
34 unidades, conforme regras da Universidade, e seja submetida ao Consu todo ano, como  
35 acontece com as vagas docentes. Acredita que isso trará oportunidade de a solicitação do  
36 Instituto de Computação ser analisada novamente, no ano que vem, dependendo das  
37 disponibilidades. Não havendo mais observações, submete à votação a proposta da CVD,  
38 cinco vagas mais uma, e isso depois ser definido no Orçamento de 2013, sendo aprovada com  
39 1 voto contrário e duas abstenções. Em seguida, diz que em relação ao que o professor  
40 Geromel expressou no início, quando destacou o item, acredita que ele tenha tocado em um

1 ponto que o Conselho Universitário da Unicamp, como órgão colegiado maior, realmente vai  
2 ter de se debruçar e estudar no futuro. Não é uma questão simples, pois há posições  
3 divergentes em cada lugar, mas é realmente tentar definir como a Universidade vai pensar a  
4 carreira PQ. Inicialmente, pensou-se em um profissional que atuasse nos centros e núcleos,  
5 fazendo pesquisa, sem exercer nenhuma atividade em graduação mas talvez alguma na pós-  
6 graduação. Quando se ampliou essa possibilidade para as unidades de ensino e pesquisa,  
7 gerou-se uma polêmica discussão até o momento de sua aprovação, porque em alguns casos  
8 se julgou que as unidades precisariam de pessoas com possibilidade de fazer pesquisa e  
9 auxiliar em alguns aspectos de investigação. No entanto, acredita que grande parte dos  
10 pesquisadores possui excelente nível acadêmico, produz pesquisas de primeira qualidade e  
11 consegue recursos para pesquisa. E, é claro, estando em uma universidade é impossível  
12 alguém só fazer pesquisa. Eles terão de orientar pessoas, ministrar aulas na pós-graduação e,  
13 em seguida, na graduação, como já ocorre. Portanto, trata-se de um profissional que faz  
14 pesquisa de qualidade, que ministra aulas na graduação e na pós-graduação, mas a carreira  
15 tem uma série de limitações, por exemplo, ela não permite que um pesquisador seja  
16 coordenador de curso. Além disso, o nível salarial e o tipo de progressão são diferentes do dos  
17 docentes. Não é o momento de se fazer essa discussão, mas acredita que ela terá de ser feita  
18 em algum momento, porque, na realidade, esse profissional está na carreira PQ mas tem todas  
19 as atividades de docente. Diz que compartilha com o professor Geromel a visão de que no  
20 futuro a Universidade necessitará de um programa especial para possibilitar que esses  
21 profissionais possam fazer concurso e se tornem docentes regulares. Mas essa também é uma  
22 ideia polêmica, pois alguns acreditam que pode ameaçar os centros e núcleos. Essa é uma  
23 discussão para o futuro. O Conselheiro JOSÉ CLÁUDIO GEROMEL diz que esse tema é  
24 importante no horizonte da Universidade, inclusive pelo exemplo que fornece a todo o país.  
25 Diz que se preocupa com essa questão, de fato, exatamente nos termos que aqui foram  
26 colocados; é um problema que precisa ser estudado, mas tem de ser olhado sob a ótica da  
27 excelência acadêmica e científica da Universidade, que são aspectos que têm de caminhar  
28 juntos. É positivo para a Universidade, sobretudo para os docentes e para o corpo discente,  
29 que aprende rápido e aprende quando as coisas, de fato, estão acontecendo. Em seguida, o  
30 MAGNÍFICO REITOR passa à discussão do item 9 – Proc. n.º 01-P-18421/11 –, que trata da  
31 proposta de atribuição de cinco vagas para contratação de docentes para o Laboratório de  
32 Bioenergia, destacado pela professora Nádia. A Conselheira NÁDIA FARAGE diz que  
33 destacou o item para poder votar contrariamente à proposta. Diz que não pretende argumentar,  
34 pois sabe que seu voto é vencido, em todo caso insiste em registrá-lo. Não crê que seja  
35 possível dispor dessas cinco vagas para o Laboratório de Bioenergia, sobretudo tendo em  
36 vista a situação do item anterior, em que foi votada a distribuição das vagas para o próximo  
37 ano. Acrescenta que este caso demonstra que quando quer, o Conselho Universitário sabe  
38 criar vagas e também sabe buscar aporte do Governo do Estado para complementação do seu  
39 Orçamento. Portanto, gostaria muito de ver essa atitude estendida às contratações dos  
40 docentes em geral. O MAGNÍFICO REITOR diz que, como o item terá de ser votado, solicita

1 ao professor Pilli que explique a origem dessas vagas. O Conselheiro RONALDO ALOISE  
2 PILLI esclarece que esse assunto teve origem em 2009, quando as negociações com o  
3 Governo do Estado de São Paulo e a Fapesp progrediram no sentido de se implantar no  
4 Estado, particularmente nas três universidades públicas, o Centro Paulista de Pesquisa em  
5 Bioenergia. No final de 2009, foi assinado um convênio entre o Governo do Estado, as três  
6 universidades e a Fapesp, através do qual houve o repasse de recursos da ordem de R\$5,5  
7 milhões, para a realização de obras de infraestrutura necessárias à implantação desse centro. E  
8 a contrapartida para a Universidade era a contratação de docentes ou pesquisadores para atuar  
9 nessa área de pesquisa. No início das negociações havia a previsão de R\$50 milhões do  
10 Governo do Estado, a ser distribuído para a criação desse centro entre as três universidades.  
11 Para esse convênio, assinado em dezembro de 2009, não sabe por que razões, o repasse foi  
12 menor do que aquele que havia sido discutido, foi da ordem de R\$5,5 milhões. E esses  
13 recursos foram, então, aplicados na primeira fase da renovação de boa parte do espaço do  
14 antigo CT e na primeira fase da construção do edifício sede do Centro Paulista de Bioenergia,  
15 o Labioen. Lembra que esse convênio com o Governo do Estado e com a Fapesp foi aprovado  
16 pelo Consu no ano de 2010. No ano de 2011, através de um grupo de trabalho criado pela Pró-  
17 Reitoria de Pesquisa, foi lançado um edital em que as unidades puderam concorrer às cinco  
18 vagas docentes aprovadas em 2010. Receberam propostas de diferentes unidades – havia a  
19 obrigação de que elas fossem interunidades –, totalizando uma demanda de 12 contratações  
20 para a área de Bioenergia. Ao final, com assessores *ad hoc* externos e mais o GT de  
21 Bioenergia, com pessoas internas e externas à Unicamp, as propostas foram analisadas e  
22 foram atribuídas cinco vagas para contratação no ano de 2011. Essas cinco vagas  
23 contemplaram algumas unidades. O IB contará com um docente para a área de Fotossíntese,  
24 já em fase de contratação; o IQ também recebeu uma vaga, e o docente atuará na área de  
25 Fotoquímica, no que diz respeito aos fenômenos básicos de luz, com a contratação também já  
26 em fase de efetivação; o Instituto de Física também recebeu uma vaga, tendo o edital sido  
27 publicado no mês de setembro, para contratação de um docente para a área de Agricultura de  
28 Precisão, Sensores etc; a FEM recebeu uma vaga para a área de Sustentabilidade; a FEA  
29 recebeu a quinta vaga, para a área de Processos Biotecnológicos. Todos esses editais estão em  
30 andamento ou já encerrados. No final do ano de 2010, houve também a liberação do restante  
31 dos recursos que haviam sido acordados. Então, foram mais R\$9,6 milhões de recursos que o  
32 Governo do Estado repassou à Universidade para completar o valor inicial de R\$15 milhões,  
33 para dar continuidade às obras de construção e renovação dos laboratórios. Informa também  
34 que a segunda fase de obras do Laboratório de Bioenergia deverá ser iniciada. Tiveram uma  
35 situação semelhante àquela que aconteceu com o prédio do curso de Farmácia, porque a  
36 empresa colocada em primeiro lugar declinou de assinar o contrato, mas a senhora Edna  
37 Coloma informou que a segunda empresa concordou em assumir a obra pelo mesmo valor da  
38 proposta da primeira empresa. Com esses recursos adicionais, havia o acordo de 15 vagas  
39 para docentes ou pesquisadores, que era a discussão inicial com o Governo do Estado de São  
40 Paulo. E como houve demanda acima daquela que puderam atender no primeiro edital, fazia

1 parte do acordo com o Governo do Estado apoiar a contratação de outras cinco vagas docentes  
2 para o ano de 2013. E foi esse o encaminhamento oferecido pela Pró-Reitoria de Pesquisa,  
3 para cumprir o acordo e dar sequência efetivamente à implantação desse laboratório. Será  
4 feito um novo edital; aguardam apenas a definição do Conselho Universitário sobre a proposta  
5 orçamentária para que, no início de 2013, as propostas sejam novamente apresentadas pelas  
6 unidades nas cinco áreas definidas para atuação do Centro Paulista – Produção de Biomassa  
7 para Energia, Produção de Bioenergia, Biorrefinarias, Aplicação em Motores Automotivos e  
8 Sustentabilidade. Então isso, na verdade, teve aprovação do Conselho Universitário no ano de  
9 2010 e, em virtude da obtenção de novos recursos, foi solicitada a disponibilização de cinco  
10 vagas para docentes nível MS-3, para serem distribuídas através de edital interno, como foi  
11 feito da vez anterior. O Conselheiro JOSÉ CLÁUDIO GEROMEL questiona se todos os  
12 compromissos assumidos pelas universidades com o Governo do Estado foram cumpridos. O  
13 Conselheiro RONALDO ALOISE PILLI responde que estão sendo cumpridos. O Conselheiro  
14 JOSÉ CLÁUDIO GEROMEL pergunta também se do compromisso inicial do Estado de São  
15 Paulo de oferecer R\$50 milhões para custear a implantação desse projeto, foram concedidos  
16 apenas R\$5 milhões. O Conselheiro RONALDO ALOISE PILLI responde que foram  
17 concedidos inicialmente R\$5 milhões, no final de 2009, e no ano de 2010 vieram mais R\$9,6  
18 milhões. Então, da parte da Unicamp, o que havia sido previsto foi cumprido. Esclarece que  
19 R\$50 milhões eram para o Estado inteiro, as três universidades. O MAGNÍFICO REITOR  
20 lembra que os docentes pertencem a diferentes unidades, mas todos trabalharão no  
21 Laboratório de Bioenergia. O Conselheiro RONALDO ALOISE PILLI acrescenta que há  
22 obrigação de eles se engajarem nas pesquisas a serem desenvolvidas na área de Bioenergia.  
23 Haverá a disponibilização de espaços de laboratórios nesse edifício que está sendo construído,  
24 além dos espaços de laboratórios que eventualmente a unidade ofereça, e também de atuar no  
25 programa de pós-graduação em Bioenergia. Trata-se de um programa que envolve as três  
26 universidades públicas do Estado de São Paulo, que está sob análise da Capes, e haverá uma  
27 visita de uma comissão na próxima semana. O curso será apenas de doutorado e será  
28 interinstituições – USP, Unesp e Unicamp –, com previsão também de participação de  
29 universidades estrangeiras e de experiência no exterior por parte dos alunos de doutorado na  
30 área de Bioenergia. Então, na verdade, é mais do que apenas a criação do Laboratório,  
31 envolve toda a capacitação de recursos humanos na área de Bioenergia e, provavelmente, em  
32 recursos renováveis de uma maneira geral. O Conselheiro RODNEI BERTAZZOLI questiona  
33 se será aberto um novo edital, com novos projetos para as unidades, ou se a Pró-Reitoria  
34 utilizará os resultados dos projetos anteriores. O Conselheiro RONALDO ALOISE PILLI  
35 responde que será aberto um novo edital. Houve reunião do GT e ficou decidido que os  
36 termos do edital anterior poderiam ser aproveitados, mas, obviamente, quem não teve a sua  
37 solicitação contemplada poderá rerepresentá-la ou apresentá-la de uma forma aprimorada. O  
38 objetivo é abrir oportunidade para que todos possam concorrer a uma dessas vagas. Não  
39 havendo mais observações, o MAGNÍFICO REITOR submete à votação o item 9, que é  
40 aprovado com 1 voto contrário. Em seguida, passa à discussão do item 14 – Proc. n° 01-P-

1 26889/11 –, que trata de Minuta de Deliberação Consu que dispõe sobre normas para o  
2 oferecimento de disciplinas de graduação em língua estrangeira, destacado pela professora  
3 Matilde. A Conselheira MATILDE VIRGINIA RICARDI SCARAMUCCI diz que não fala  
4 apenas como diretora do IEL, mas como alguém que tem trabalhado há muitos anos no ensino  
5 de inglês e de português para estrangeiros. Vê com certa preocupação essa decisão porque  
6 acredita que ela não afetaria somente a Unicamp, ela traria implicações complicadas, uma vez  
7 que estariam fazendo política linguística. E a Unicamp, pelo seu nome e importância, pelo  
8 impacto que tem no cenário brasileiro, certamente terá sua decisão seguida por outras  
9 universidades. Tem participado de várias ações de promoção da língua portuguesa, e acha que  
10 essa política segue na contramão. Não é contra o ensino de inglês, pelo contrário, atua  
11 também nessa área e acredita que precisam se dedicar a ensinar inglês de qualidade aos  
12 alunos, inclusive para que utilizem as bolsas do programa *Ciência sem Fronteiras* e tudo o  
13 mais; mas não acha que o ensino desta língua necessite dessa posição da Unicamp. E o  
14 cenário do português hoje é favorável, o Brasil tem sido um país de oportunidades, que tem  
15 atraído muitos estrangeiros, e acredita que o momento seja de promoção da língua portuguesa.  
16 Acha que é preciso oferecer um bom programa de português para esses estrangeiros que vêm  
17 para as universidades brasileiras, para que se sintam amparados e depois de três meses de  
18 estudos se sintam confortáveis para assistir aulas em português. Considera que essa seria uma  
19 política interessante. A minuta diz que a exceção seriam cursos em português. Diz não ter  
20 nada contra o oferecimento de uma disciplina em inglês, desde que seja ministrada por  
21 professores estrangeiros que venham à Unicamp. O que considera estranho é fazer com que os  
22 professores brasileiros ofereçam disciplinas em inglês. Gostaria de entender um pouco mais  
23 essa questão. O MAGNÍFICO REITOR diz que o professor Marcelo Knobel é quem está à  
24 frente dessa proposta, mas ele não está presente no momento. Trata-se de uma proposta  
25 encaminhada pela Pró-Reitoria de Graduação e pela Cori, elaborada por um grupo de trabalho  
26 composto por professores da Unicamp. A proposta do grupo de trabalho diz que uma  
27 disciplina obrigatória do curso de graduação poderá ser oferecida em língua inglesa. A  
28 Conselheira MATILDE VIRGINIA RICARDI SCARAMUCCI diz que a minuta menciona  
29 que “as disciplinas obrigatórias que compõem o catálogo de cursos de graduação poderão ser  
30 oferecidas em língua inglesa, em igualdade de condições com as oferecidas no vernáculo,  
31 desde que seja oferecida pelo menos uma turma dessa disciplina em língua portuguesa no  
32 mesmo semestre”. Portanto, é uma em língua portuguesa e não uma em inglês. O  
33 MAGNÍFICO REITOR diz que talvez a redação precise ser modificada, mas a ideia do grupo  
34 de trabalho é que quando algum professor ou alguma unidade quiser oferecer uma disciplina  
35 em inglês, ela terá de ser obrigatoriamente oferecida, ao mesmo tempo, em português. E o  
36 motivo dessa proposta é fazer com que a Universidade atraia alunos do exterior que no início  
37 não saibam português ou que se sintam muito mais confortáveis sabendo que terão  
38 possibilidade de cursar disciplinas em inglês. Para alguns campos do conhecimento, em  
39 algumas áreas, não é possível atrair alunos que venham para realizar cursos normais de  
40 graduação em português. A barreira da língua é muito grande, principalmente se os alunos

1 ficarem por períodos curtos, de três ou quatro meses. Compreende que a questão é polêmica e  
2 que sempre haverá discussão a esse respeito, mas isso não é novo em grandes universidades  
3 do mundo todo. Existe regulamento desse tipo em Portugal, por exemplo, exatamente dessa  
4 forma na Itália, na Espanha, na França, na Alemanha. E a impressão da experiência  
5 acumulada dessas universidades é que isso possibilitaria atrair número maior de alunos  
6 estrangeiros e, ao contrário do que possa parecer, até facilitaria o aprendizado de português,  
7 porque o aluno, depois de algum tempo, tendo a segurança de que poderia ter curso em inglês,  
8 aprenderia português e teria cursos em português. Isso está em discussão em várias  
9 universidades do Brasil, federais e estaduais. Mesmo na América do Sul, boas universidades  
10 da Colômbia e da Argentina oferecem essa possibilidade. Algumas universidades da  
11 Colômbia oferecem parte do curso regular em inglês porque desejam que os alunos aprendam  
12 em inglês. Portanto, é uma proposta oriunda de um grupo de trabalho de internacionalização,  
13 cuja decisão de aplicação cabe ao Conselho Universitário. O Conselheiro JOSÉ ALVES DE  
14 FREITAS NETO diz que embora não tenha feito parte da comissão, acompanhou a discussão  
15 no âmbito da PRG, e esclarece que a ideia da redação que talvez tenha gerado mal-estar é do  
16 que significa 'igualdade de condições com as disciplinas oferecidas no vernáculo'. A qualquer  
17 momento o aluno vai poder migrar para a disciplina em português se ele estiver com  
18 dificuldade com a aprendizagem em inglês, se ele se matriculou e não estiver acompanhando.  
19 Ele poderá continuar com os mesmos níveis de exigência da disciplina. Portanto, entende-se  
20 por igualdade de condições que a bibliografia seja a mesma, que os patamares de leitura e  
21 exigência sejam os mesmos. Esse foi o aspecto que ouviu da comissão que apresentou a  
22 proposta. O MAGNÍFICO REITOR concorda e ressalta que essa medida visa facilitar a  
23 internacionalização, oferecendo essa possibilidade sem nenhum prejuízo para o que acontece  
24 normalmente, e sem prejuízo para a língua portuguesa. A Conselheira NÁDIA FARAGE  
25 agradece a professora Matilde por ter levantado esse ponto, e com muita perícia e muita  
26 competência, porque, afinal, é o campo da sua especialidade. Fará apenas algumas  
27 considerações laterais ao argumento da professora Matilde. O primeiro ponto é que é  
28 constrangedor que essa questão apareça primeiro em um jornal para depois ser discutida aqui  
29 pelo Conselho Universitário. Em todo caso, o professor Tessler afirma na matéria – espera  
30 que não como autoridade universitária, mas como cidadão e professor que tem direito à sua  
31 opinião – que as universidades precisam falar inglês. O MAGNÍFICO REITOR observa que o  
32 texto ao qual a professora Nádia se refere é um artigo do jornal a *Folha de S. Paulo* publicado  
33 no último domingo. Esclarece que a proposta foi elaborada pelo grupo de trabalho em  
34 setembro de 2011. A Conselheira NÁDIA FARAGE observa a coincidência entre esse artigo  
35 publicado no domingo e o item da pauta de hoje. O MAGNÍFICO REITOR concorda, mas  
36 garante que é apenas uma coincidência, e que essa discussão já vem sendo feita na Unicamp  
37 há algum tempo. A discussão não se baseia na opinião pessoal de nenhum professor; ela está  
38 sendo discutida de forma global e será votada como todas. A Conselheira NÁDIA FARAGE  
39 diz acreditar que a Universidade precisa aprender o português. Cultivar o vernáculo é uma  
40 obrigação de todos, e os textos produzidos têm demonstrado uma queda preocupante na

1 qualidade da escrita, e isso é generalizado. Outra observação é que se a ideia é a necessidade  
2 de comunicação motivada pela internacionalização, passou quatro anos tentando fazer com  
3 que a AFPU subsidiasse cursos de inglês para as secretárias do IFCH, e nunca conseguiu.  
4 Mencionam internacionalização, entretanto não há um funcionário que possa atender  
5 plenamente professores ou alunos estrangeiros, que possa atender um telefonema de uma  
6 universidade estrangeira, ou enviar um *e-mail*. Tudo isso tem de ser feito pelos docentes.  
7 Portanto, o primeiro passo seria qualificar o corpo técnico no inglês. Acredita que isso seria  
8 mais importante do que ministrar aulas em inglês. Não conhecia os casos mencionados pelo  
9 senhor Reitor, de Itália ou Portugal, mesmo Colômbia, mas sabe que os países nórdicos há  
10 muito ministram aulas e publicam em inglês. No entanto, a base demográfica deles é muito  
11 pequena; já o Brasil, além de ser um país imenso, ainda tem o mundo lusófono para  
12 conversar. Portanto, quem vem para cá está interessado em aprender o português, e não treinar  
13 a sua zona de conforto no inglês. Curiosamente, quando se diz que a mesma disciplina tem de  
14 ser oferecida em inglês e em português, isso barra o professor estrangeiro que vem para cá e  
15 pode oferecer um curso em inglês. É corriqueiro para a Universidade, pelo menos na pós-  
16 graduação, que ele possa ministrar um curso em inglês, mas se for obrigado a oferecê-lo em  
17 português, ele não conseguirá. Então, essa proposta só contempla professores brasileiros que  
18 possam ministrar o curso ao mesmo tempo em inglês e em português. Acredita que há  
19 realidades muito diferentes aqui, porque nas áreas de Ciências Humanas e Filosofia é muito  
20 arriscado oferecer cursos em língua estrangeira, mesmo que a fluência dos professores seja  
21 alta, como é, porque a palavra para eles não é só um instrumento, é o próprio objeto de  
22 reflexão. A palavra não é um meio neutro utilizado para ministrar aula, é o próprio material de  
23 trabalho. Portanto, não sabe como essa proposta poderia dar certo. Por fim, acha que o nível  
24 de fluência no inglês precisa ser testado, porque como mostram as páginas da Universidade, o  
25 nível geral do inglês é bastante rudimentar. Portanto, é contra essa proposta e a considera  
26 bastante extemporânea. O Conselheiro JOSÉ ANTENOR POMILIO diz que a minuta foi  
27 produzida ainda em 2011, e ela recebeu um parecer negativo da Comissão de Legislação e  
28 Normas no ano passado. A documentação do processo inclui um conjunto de respostas do  
29 grupo de trabalho, e então a proposta foi reconsiderada recentemente pela Comissão de  
30 Legislação e Normas, que desta vez emitiu parecer favorável sugerindo algumas alterações na  
31 minuta. Primeiramente, tem uma dúvida formal, sobre o que estão votando exatamente, se a  
32 minuta de 2011, que teve parecer negativo da CLN, ou o parecer atual da mesma Comissão,  
33 que sugere mudanças na minuta. Porque a minuta que consta da pauta tem um parecer  
34 negativo e não há outra minuta diferente, portanto deseja saber o que estão votando. Porque  
35 no parecer de 21 de novembro de 2012 consta: “na oportunidade, a CLN sugere que no Artigo  
36 1º - item III se acrescente que também seja permitido o remanejamento do aluno matriculado  
37 na turma em língua portuguesa para aquela em inglês”, ou seja, tornar recíproca a mudança, e  
38 “que se estabeleçam critérios mínimos de proficiência (...)” Isso não está contemplado na  
39 minuta presente na documentação. O MAGNÍFICO REITOR supõe que o professor se refira à  
40 sugestão da atual Comissão de Legislação e Normas. O Conselheiro JOSÉ ANTENOR

1 POMILIO diz que há dois aspectos. Um deles é que a minuta apenas menciona que alguém  
2 que está na turma de inglês poderia, a qualquer momento, migrar para a de português, e a  
3 CLN está sugerindo que essa migração seja bidirecional. E coloca outra questão que é da  
4 proficiência, ou seja, que alguém, para se matricular na disciplina oferecida em inglês, deveria  
5 demonstrar proficiência. Não sabe como isso poderia se operacionalizar, porque o argumento  
6 da proposta se constrói basicamente em função de alunos estrangeiros que vêm para cá. Tem  
7 dúvida também se essa proficiência seria verificada só para os alunos ou para os docentes  
8 também, e como se estabeleceria esse critério. Diz que entende a justificativa da proposta,  
9 mas observa que existem aspectos operacionais que não devem ser esquecidos. O  
10 MAGNÍFICO REITOR diz que caso a proposta seja aprovada, passará pela regulamentação  
11 da Pró-Reitoria de Graduação. Acrescenta que se esta Universidade pretende ser ainda mais  
12 importante do que já é, é inevitável que se tome essa atitude, senão agora, em algum  
13 momento. Os próprios docentes terão de oferecer cursos em inglês, mas obviamente apenas  
14 aqueles que possuam proficiência. E como observou o professor Pomilio, é possível que isso  
15 tenha de ser testado, porque a experiência de alguns países mostra que caso os docentes não  
16 apresentem esse domínio, isso acarreta problemas. Mas essas são questões operacionais; o que  
17 se discute aqui é a aprovação da proposta. O Conselheiro JOSÉ ANTENOR POMILIO  
18 questiona ainda se não seria necessário criar uma regulamentação desse tipo para a pós-  
19 graduação também. O MAGNÍFICO REITOR diz que o professor Euclides depois comentará  
20 esse aspecto. O Conselheiro ALAN GODOY SOUZA MELLO diz que a professora Nádia  
21 levantou um ponto importante: que a internacionalização da Universidade demanda uma  
22 melhor capacitação dos funcionários em outras línguas, além dos alunos. Particularmente,  
23 relata que participou de um projeto que trouxe um pesquisador-visitante para a Feec, em  
24 junho deste ano, e tiveram grande dificuldade, não só com a questão da língua, mas também  
25 com todos os trâmites burocráticos para conseguir informações sobre vistos e tudo o mais.  
26 Calcula que gastou cerca de um mês auxiliando o professor nesse processo. É um trabalho  
27 considerável, e boa parte dele envolvia questões intrínsecas à internacionalização, não  
28 necessariamente apenas burocracias internas. Isso reforça o que comentou na última reunião  
29 sobre a necessidade de a Universidade intensificar o apoio a cursos de línguas,  
30 particularmente através do CEL. O professor Knobel comentou que existe a proposta de  
31 aumento do prédio do CEL, mas talvez essas ações precisem ser antecipadas para atender à  
32 demanda dos alunos que querem se candidatar às bolsas do *Ciência sem Fronteiras* mas se  
33 sentem inseguros com relação à língua. Conhece vários desses casos. Em relação à minuta,  
34 relata que quando foi PED, teve um aluno canadense. Ele fez o curso de português para  
35 estrangeiros, só que mesmo assim, como o prazo é muito curto, tinha muita dificuldade para  
36 conseguir compreender as aulas. Como as aulas eram extremamente interativas, ele tentava  
37 participar, mas tinha dificuldade também para se expressar. Então, na prática existe um  
38 entrave muito grande para o aluno estrangeiro. Por mais que considere que seria ideal que os  
39 alunos estrangeiros chegassem aqui com maior capacitação para aprender o português, e que  
40 houvesse uma maior difusão do português como língua, precisam ter em mente essa

1 dificuldade. Esse mesmo professor-visitante já citado, que é dos Estados Unidos, comentou  
2 que os alunos de lá preferem ir para o Chile ou para outros países de língua espanhola, porque  
3 nos Estados Unidos é comum ter aulas de espanhol na escola. Por isso eles não têm a  
4 segurança de vir para aprender o português aqui, podendo arriscar o seu desempenho  
5 acadêmico com isso. Outro aspecto a observar é que a USP e a Unesp já aprovaram esse tipo  
6 de oferecimento oficialmente. Sobre o oferecimento dos cursos, imagina que existirá o trâmite  
7 que ocorre com os cursos normais, que precisam da anuência da Comissão de Graduação.  
8 Imagina que quando da abertura de um curso em língua inglesa, as comissões de graduação  
9 terão de arcar com a responsabilidade de verificar a fluência do docente no inglês, para que  
10 seja preservada a política de internacionalização da Universidade e sua imagem. As formas de  
11 controle já existem inclusive nas disciplinas atuais, portanto não acredita na possibilidade de  
12 que um professor sem proficiência venha a ministrar cursos em outras línguas. Reforça a  
13 pergunta do professor Pomilio sobre a situação da oficialização dessas disciplinas em inglês  
14 na pós-graduação, porque pelo que sabe esse oferecimento ocorre, mas de forma extraoficial.  
15 O Conselheiro JOÃO FREDERICO DA COSTA AZEVEDO MEYER diz que na reunião em  
16 que a CLN se manifestou favorável à proposta, fez questão de ler a decisão tomada pela  
17 composição anterior da CLN, em reunião ocorrida há um ano. A Comissão de Legislação e  
18 Normas anterior não se manifestou em termos da legislação e da norma; manifestou-se apenas  
19 – e irá repetir a expressão –, com relação ao “desconforto”. Um trecho desse documento  
20 assinado pelo professor Mohamed menciona, em seu segundo parágrafo: “(...) e com essas  
21 justificativas, a CLN sentiu-se em total desconforto diante da proposta, mediante as seguintes  
22 questões: 1) desvalorização e desconsideração da língua, da cultura e da própria comunidade  
23 acadêmica deste país, componentes fundamentais para a preservação da identidade brasileira,  
24 que tem sido construída a duríssimas penas ao longo dos últimos cinco séculos; 2) seria  
25 possível, sim, abrir, excepcionalmente, uma disciplina eletiva ou optativa a ser oferecida por  
26 um professor estrangeiro visitante durante sua permanência em nossa Instituição”. E parece  
27 que a minuta não coloca em questão a possibilidade de disciplina optativa. Nessa última  
28 reunião, a Comissão avaliou as observações feitas pela CLN anterior, que foram bastante  
29 discutidas, e ainda assim houve concordância com a proposta. Pode ser que um aluno  
30 estrangeiro venha para cá e faça disciplina em inglês, como já ocorre na pós-graduação e é  
31 comum em diversos outros países do mundo, e ele se sinta suficientemente à vontade para  
32 passar para o curso em português. Ou um aluno daqui pode se matricular na turma em inglês  
33 para se preparar para o *Ciência sem Fronteiras*, como aconteceu com uma aluna sua de  
34 partida para a Universidade de Heidelberg, na Alemanha, para fazer um semestre, de quem se  
35 exigiu que falasse inglês. A CLN imaginou que podem ocorrer as duas situações: um  
36 brasileiro que se matricula para tentar e percebe que não consegue acompanhar, e sem  
37 prejuízo pode migrar para a turma em português, assim como um aluno estrangeiro que tenta  
38 fazer em português e não consegue, então passa para a turma em inglês. E foi nesse espírito  
39 que a CLN vigente aprovou. Ou seja, não há óbice legal ou do ponto de vista normativo. Por  
40 fidelidade ao trabalho que o professor Mohamed Habib e a comissão anterior desenvolveram,

1 solicitou que fosse incluída essa documentação, que pode ter gerado alguma confusão. O  
2 Conselheiro ALVARO PENTEADO CRÓSTA diz que este é um tema polêmico, tanto é que  
3 no espaço de um ano houve dois encaminhamentos antagônicos por parte da CLN.  
4 Independentemente da questão de mérito, acredita que o tema é polêmico por envolver  
5 assuntos de natureza cultural, linguística e até mesmo ideológica. E temas polêmicos, no seu  
6 entender, devem ser amplamente debatidos antes de se tomar uma decisão, o que não parece  
7 ser o caso. Essa proposta foi elaborada por um grupo de trabalho e não passou por uma  
8 análise, por um debate, por uma consideração nas unidades que, em última instância, vão ser  
9 as responsáveis por propor disciplinas e, por sua vez, os docentes responsáveis por elas.  
10 Questiona se não seria preciso preparar a Universidade para isso, realizando um amplo debate,  
11 ouvindo opiniões contraditórias. E, depois, caso a decisão venha a ser tomada, que isso seja  
12 cercado do devido preparo, assim como foi feito nos países que adotaram essa sistemática.  
13 Isso não foi, obviamente, decidido de uma hora para outra, sem um planejamento. Foi dito  
14 aqui que os funcionários têm dificuldade de comunicação em língua inglesa, e isso é evidente.  
15 Supondo que a Unicamp passe a oferecer esses cursos, e os alunos venham ao Brasil na  
16 esperança de realizar curso em inglês, o que vai ocorrer é que fora da sala de aula ele não  
17 conseguirá se comunicar minimamente para poder ter a sua vida acadêmica, interagir com os  
18 funcionários e com os colegas, ou até mesmo fora do muro da Universidade, interagir com o  
19 ambiente social em que estiver inserido. Considera essa questão bastante complexa, e gostaria  
20 de ver, antes de uma decisão deste Conselho Universitário, um debate amplo feito na  
21 Universidade, por exemplo, nas congregações, além da realização de um seminário trazendo  
22 especialistas nacionais e internacionais no tema. A professora Matilde foi muito feliz ao  
23 levantar essa questão; é um tema muito mais complexo do que seria capaz de analisar neste  
24 momento, uma vez que não é linguista. Então, acha que é algo que deveria ser amplamente  
25 debatido, porque a decisão terá um impacto significativo, não só dentro da Unicamp, como  
26 também fora dela. Portanto, concordando com a professora Nádia, considera a proposta  
27 extemporânea e não vê necessidade de uma decisão urgente. O Conselheiro JÚLIO CÉSAR  
28 HADLER NETO diz que está incomodado com certa assimetria que está percebendo.  
29 Acredita que poderia haver um quarto item na minuta estabelecendo que os alunos  
30 estrangeiros que vierem a cursar disciplinas em inglês deverão frequentar,  
31 concomitantemente, disciplinas em português para estrangeiros, para que ele se aclimate à  
32 língua e depois fale português, porque se ele vai ficar aqui, terá de falar português. Isso o  
33 incomoda porque concorda com a internacionalização, mas não com a assimetria. O  
34 Conselheiro FERNANDO SARTI diz que o tema é realmente complexo e polêmico. Relata a  
35 experiência do Instituto de Economia na pós-graduação, que já há cinco anos oferece o  
36 mestrado em Economia Social e do Trabalho, em língua inglesa, que faz parte de um  
37 convênio mais amplo envolvendo universidades alemãs, de Kassel e de Berlim, da África do  
38 Sul e também da Índia. Alguma das preocupações que foram aqui levantadas também  
39 apareceram nas discussões do IE, mas o que lhe parece mais importante é a natureza não  
40 obrigatória do curso, no sentido de que ele é oferecido exatamente com as mesmas dez

1 disciplinas, tanto em português quanto inglês, com o mesmo conteúdo e, geralmente, com o  
2 mesmo professor, e quando não é o mesmo, seguindo o mesmo conteúdo. Do ponto de vista  
3 da Instituição, enxerga mais ganhos do que prejuízos, no sentido de realmente a ambientação  
4 desse aluno estrangeiro se dar de forma mais rápida. Fora da sala ele aprende o português,  
5 acaba tendo uma integração maior com a própria Instituição e, por outro lado, também os  
6 alunos daqui se beneficiam dos cursos, podendo optar por assisti-los em português ou em  
7 inglês. Portanto, julga que essa é uma experiência relativamente rica e interessante, mas  
8 reforça o argumento de que a natureza não é obrigatória, ela é voluntária e optativa. O  
9 Conselheiro LUIZ FERNANDO MILANEZ diz que fez parte da comissão que trabalhou para  
10 colocar o vestibular dentro da Unicamp, da primeira Comvest, inclusive, e foi uma das  
11 pessoas que batalhou pelo peso da redação no vestibular, que posteriormente foi até um pouco  
12 reduzido – e acha que deveria ter sido mantido como era antes. O que chamou sua atenção foi  
13 o fato de não haver ninguém do Instituto de Estudos da Linguagem nessa comissão. Quer  
14 dizer, é preciso respeitar as competências que existem dentro da Universidade. Além disso,  
15 observa que o CEL não possui vaga para todo aluno da Unicamp que queira fazer um curso de  
16 inglês. Sendo assim, acredita que primeiro deva haver a preparação no sentido de oferecer  
17 condições aos alunos para que aprendam a língua antes de se iniciar um projeto como este.  
18 Considera isso uma falta de respeito com o IEL e com o CEL. A Conselheira MATILDE  
19 VIRGINIA RICARDI SCARAMUCCI agradece o professor Milanez e observa que ia dizer  
20 isso no início, mas preferiu ouvir os colegas. Realmente, sentiu falta nesse grupo de trabalho  
21 de alguém do IEL ou do CEL que fosse um especialista em ensino de línguas. É claro que os  
22 especialistas da área veem alguns aspectos que talvez não estejam sendo consideradas pelos  
23 professores de outras áreas, que enxergam a questão sob o ponto de vista mais prático.  
24 Também acha que é preciso investir no ensino de inglês na Unicamp, e não viu nesses últimos  
25 anos, mesmo com a discussão da internacionalização e tudo o mais, uma mudança na própria  
26 natureza dos cursos oferecidos no CEL, por exemplo. Gostaria também de obter alguns dados  
27 sobre esses alunos que deixam de vir ao Brasil e à Unicamp porque não falam português.  
28 Acha isso curioso porque acabou de voltar de um evento na área de português para  
29 estrangeiros em Porto Alegre e pôde ver que a área está em um momento muito bom; o  
30 português está sendo ensinado nos Estados Unidos, nunca houve tantas contratações nas  
31 universidades americanas, nunca houve também tantas contratações em universidades  
32 brasileiras para a área de português para estrangeiros, ao passo que na Unicamp não tem visto  
33 melhoria nos cursos de Português. Os dados que obteve na UFRGS mostram que em 2005  
34 essa universidade oferecia sete disciplinas para estrangeiros; hoje são oferecidas 31 turmas,  
35 lotadas, com 28 professores trabalhando nessas disciplinas. O número de alunos colombianos  
36 aprendendo português no Instituto de Cultura Brasil Colômbia – Ibraco passou de mil para  
37 cinco mil nesses últimos anos. Então, acredita que tornar a Unicamp mais atraente para os  
38 alunos estrangeiros é uma questão do mercado. O Brasil se tornou um país de oportunidades,  
39 o português se tornou uma ferramenta de sucesso, portanto, acha que precisam aproveitar este  
40 momento e investir no ensino de português para estrangeiros, em programas que deem

1 segurança para os alunos que chegam e saibam que podem aprender português em dois ou três  
2 meses, e eles podem, para acompanhar um curso. Os programas bem-sucedidos fazem isso,  
3 como os da PUC-Rio e da UFRGS, assim como os de outras universidades, e não entende por  
4 que a Unicamp também não pode fazer. Acreditam que estejam indo na contramão dessa  
5 tendência atual, que constitui um fenômeno muito recente, e com o qual os brasileiros não  
6 estão acostumados, pois tanto o Brasil quanto Portugal nunca souberam fazer política  
7 linguística. Existem 260 milhões de falantes de português no mundo, uma posição que  
8 tornaria desnecessário tomar atitudes como essa da proposta. Podem oferecer cursos de  
9 português atraentes aos alunos. Não entende, também, por que a Argentina foi mencionada,  
10 pois oferece um ou dois cursos em inglês em universidades particulares, e ela tem realmente  
11 um grande número de estrangeiros porque oferece cursos de espanhol, e é muito bem  
12 organizada na oferta dos cursos de espanhol. Portanto, acredita que precisam levar em  
13 consideração esses dados antes de tomar uma decisão. O Conselheiro JOÃO FREDERICO  
14 DA COSTA AZEVEDO MEYER acredita que exista certa racionalidade no exemplo  
15 mencionado da Universidade de Heidelberg. Um estudante brasileiro que passe seis meses lá  
16 não teria tempo de fazer um curso de alemão para estrangeiros e ainda aproveitar o período  
17 assistindo às disciplinas. Então, ou ele faria uma coisa, ou faria outra. Não está dizendo que  
18 devam fazer exatamente dessa forma, mas essa universidade fez uma opção interessante de  
19 considerar que se o aluno tem pouco tempo, ele não precisa aprender alemão, as disciplinas  
20 serão oferecidas em inglês. Possivelmente haja um teste de proficiência para os professores  
21 para saber se eles falam inglês corretamente ou não. Existe dificuldade de comunicação nesse  
22 esforço de trazer alunos de fora e de mandar alunos para fora também. A solução dessa  
23 universidade alemã foi apresentar uma racionalidade diferente em função do período curto de  
24 intercâmbio. Não está indo contra os argumentos da professora Matilde, mas apenas  
25 comentando outra racionalidade. A Conselheira MATILDE VIRGINIA RICARDI  
26 SCARAMUCCI concorda que realmente o período para a aprendizagem pode ser curto, mas  
27 acredita que poderiam pensar em uma política de expansão do português. As grandes  
28 universidades do mundo exigem certificado de proficiência em língua. Aqui, até hoje não  
29 conseguiram implementar o exame Celpe-Bras como exame de português para estrangeiros,  
30 que é obrigatório na Unicamp, por exemplo. Acredita que se houvesse uma política clara, as  
31 pessoas que estão planejando vir para o Brasil fazer um curso, estudar, podiam já começar a  
32 estudar antes, prestar o exame, obter o certificado, isso seria interessantíssimo para o  
33 português. Aliás, esse exame, que foi implementado em 1998 e este ano está com oito mil  
34 candidatos, é um sucesso no mundo todo e tem feito com que mais pessoas aprendam o  
35 português. No entanto, ainda são poucas as universidades brasileiras que exigem o certificado.  
36 O Conselheiro JOSÉ CLÁUDIO GEROMEL diz que este tema não lhe parece polêmico;  
37 votará contra tal proposição pelos seguintes motivos. Parece-lhe absolutamente estratégico,  
38 nos dias de hoje, que os alunos e professores falem diversas línguas, é algo necessário  
39 profissionalmente. A Universidade tem obrigação de detectar a necessidade em termos do seu  
40 perfil acadêmico e oferecer aos alunos cursos em inglês, por exemplo. Mas já foi mencionado

1 que ela não consegue suprir essa demanda. Já para os alunos estrangeiros, eles poderiam  
2 receber um curso de imersão de aprendizado de português. Discorda da posição do professor  
3 Tessler, presidente dessa comissão, em seu artigo na *Folha de S.Paulo*. Não acredita que a  
4 implantação de cursos em inglês seja uma estratégia positiva para a internacionalização da  
5 Unicamp. Acha que quando a Universidade recebe alunos estrangeiros e quando envia alunos  
6 para lá existe por trás dessa decisão algo muito mais importante que simplesmente o curso em  
7 si. É interessante que quando alguém venha para o Brasil, venha ávido em conhecer a língua,  
8 a cultura, a Universidade, a ciência que é feita aqui, e leve para o seu país de origem aquilo  
9 que aprendeu e, em particular, a Universidade dentro da cultura que ela pode prover. Quando  
10 foi para a França, por exemplo, não conhecia quase nada sobre o país, mas se preparou  
11 previamente. É isso o que precisam fazer, dar valor à língua portuguesa. Sobre as menções  
12 feitas à USP e à Unesp, não acredita que elas sejam bons exemplos. Inclusive faz muitas  
13 críticas aos colegas da Escola Politécnica que têm o costume de fazer traduções de livros de  
14 língua inglesa para o português, quando considera que a literatura autóctone, assim como a  
15 língua portuguesa devem ser estritamente protegidas. Portanto, sente-se tranquilo em votar  
16 contra a proposta. A Conselheira CLAUDIA MARIA BAUZER MEDEIROS diz que não está  
17 entendendo muito bem essa discussão, tendo em vista que o que a proposta diz é que a  
18 unidade que quiser oferecer uma disciplina em inglês poderá fazê-lo, desde que haja uma  
19 turma idêntica em português. Todo aluno tem liberdade de escolher se quer fazer disciplina  
20 em inglês ou em português. Obviamente há várias opiniões, todas muito bem balizadas, mas  
21 lembra que a Unicamp agora permite que professores estrangeiros sejam contratados, e eles  
22 levarão algum tempo até dominar o português, dependendo da sua origem. Com isso,  
23 excelentes professores estariam impedidos de oferecer disciplinas enquanto não aprenderem  
24 português. E não entende por que um professor russo, alemão ou americano não possa  
25 oferecer, por exemplo, Cálculo 1, desde que seja oferecida concomitantemente em inglês e em  
26 português. Caberá ao aluno decidir se deseja tentar cursá-la em inglês ou se prefere em  
27 português. Acredita que essa liberdade de escolha não ofenda nenhuma unidade. O que não  
28 está compreendendo é por que essa reação veemente quanto à opção de uma unidade oferecer  
29 disciplinas básicas em mais de um idioma e deixar ao aluno a liberdade de fazer a disciplina  
30 no idioma que ele preferir, inclusive alunos brasileiros. Talvez pelo fato de que na área de  
31 Computação quem não sabe inglês não tem emprego, não entenda essa defesa da  
32 exclusividade do português e esteja um pouco perplexa com essa discussão. O Conselheiro  
33 JACKS JORGE JUNIOR diz que a experiência da FOP com alunos estrangeiros é,  
34 principalmente hoje em dia, baseada em alunos latino-americanos, portanto, é muito mais  
35 forte com a questão do espanhol do que com a questão da língua inglesa, mas a Faculdade  
36 recebe com muita frequência pesquisadores e docentes estrangeiros que, de modo geral,  
37 fazem suas apresentações em inglês, inclusive os que não possuem o inglês como língua  
38 materna. A Faculdade não exige o domínio da língua portuguesa dos alunos mexicanos,  
39 argentinos, bolivianos, peruanos etc., mas para a maioria deles é quase natural, alguns até  
40 frequentam curso antes. Mas mesmo os que vêm sem terem frequentado aulas de português se

1 saem muito bem, se entrosam muito bem com os colegas e depois de dois a cinco anos de  
2 curso de pós-graduação voltam para seus países com um domínio bastante razoável da língua  
3 portuguesa e também da cultura brasileira. Por outro lado, ficou surpreso com a veemência  
4 com que algumas pessoas se posicionaram contra essa proposta. Respeita muito essas  
5 divergências e acha que elas se devem às diferenças entre as áreas; a área de Humanas e  
6 outras áreas podem ter características bem diferentes da área da Saúde, à qual pertence. Na  
7 área da Saúde, em particular para quem faz pesquisa, é necessário ter um domínio bastante  
8 razoável da língua inglesa. E não enxerga isso como um domínio cultural, porque na verdade  
9 o domínio cultural anglófono vem de outras maneiras, e não através da ciência. Ele vem pelo  
10 cinema, pelos hábitos alimentares, pela cultura em geral que é exportada pelos Estados  
11 Unidos e pela Inglaterra, e não exatamente pela ciência. Considera que na sua área em  
12 particular o inglês funcione da mesma forma como funcionou o latim durante muito tempo,  
13 como funcionou o francês também durante muito tempo, especialmente para a área de  
14 Humanas, quer dizer, é uma espécie de língua com a qual o mundo inteiro se comunica. Já  
15 viajou bastante e pôde comprovar que com inglês é possível se comunicar na Ásia, na África,  
16 e até mesmo na América Latina, porque nem sempre é possível compreender os dialetos  
17 locais. Respeita tudo o que foi dito aqui; concorda que é necessário, realmente, investir na  
18 formação dos funcionários, e isso é algo que já tem mencionado há algum tempo. Inclusive  
19 recomenda que no momento da seleção de novos funcionários, seja levado em conta o  
20 domínio de outras línguas, principalmente espanhol e inglês. É preciso também ajudar os  
21 alunos e docentes nessa questão. Como experiência pessoal, como muitas pessoas da sua  
22 geração, aprendeu inglês depois de adulto, e isso não é algo favorável. Todos os países  
23 minimamente civilizados ensinam uma segunda, uma terceira ou até uma quarta língua a suas  
24 crianças, e acha que essa é a forma correta de se fazer. Na FOP, os alunos de graduação, todos  
25 nascidos na década de 1990, têm um domínio bastante interessante do inglês. Eles vão às  
26 palestras dos pesquisadores estrangeiros, onde não há tradução simultânea, e se saem muito  
27 bem, inclusive depois das apresentações conversam com os professores. Acredita que a  
28 tendência seja essa, pois essa geração já teve uma base um pouco melhor de inglês na escola,  
29 e é isso o que deveriam desejar para o país. Se querem que o Brasil tenha, realmente, um  
30 alcance internacional, é fundamental dominar o português muito bem – e há uma falha nisso –  
31 , inglês e o espanhol. No caso em questão, ninguém será obrigado a oferecer curso em outras  
32 línguas; isso será para aquelas unidades que quiserem e puderem. Na FOP, por exemplo,  
33 ainda demoraria muito até que se organizassem e tivessem pessoas fluentes e com capacidade  
34 de oferecer um bom curso em inglês. Mas considera que, em princípio, não faz sentido negar  
35 com tanta ênfase algo que lhe parece relativamente natural, ao menos em sua área. Acredita  
36 que em um ambiente universitário devem ser mais flexíveis e principalmente mais  
37 pragmáticos. Ressalta que essa proposta não significa uma obrigatoriedade, mas apenas a  
38 abertura da oportunidade para que aquelas unidades que tiverem a chance de oferecer  
39 disciplinas em inglês possam fazer de maneira oficial e legal. O Conselheiro RONALDO  
40 ALOISE PILLI irá também expressar sua estranheza com a maneira bastante eloquente como

1 vem sendo discutido o assunto, e não acha que ele seja polêmico. Em primeiro lugar, como já  
2 foi mencionado aqui, o oferecimento não é compulsório, mas uma decisão de cada unidade, e  
3 tem certeza de que isso irá aumentar a atratividade a alunos do exterior pela Unicamp, por já  
4 ter uma base de conhecimento e de capacitação em ciência bastante boa. Não tem dúvida de  
5 que o ensino de língua portuguesa para estrangeiros deve ser fortalecido, mas isso não  
6 garantirá que em curto prazo haja maior fluxo de estudantes à Unicamp. Esse fluxo é muito  
7 pequeno na graduação, é de curta duração, em geral, e aquelas unidades que já tiveram  
8 experiência de receber grupos de estudantes estrangeiros sabem que há um efeito muito  
9 positivo nos estudantes daqui quando eles são obrigados a conviver com estudantes de outros  
10 países e a se expressarem em outra língua, porque isso quebra algumas barreiras. Como já  
11 disse o professor Jacks, a maioria dos estudantes nascidos na década de 1990 tem um domínio  
12 razoável da língua, mas não tem a fluência. E isso, então, é uma oportunidade muito boa para  
13 contribuir para que os estudantes daqui derrubem uma das barreiras que pode haver para que  
14 eles se lancem a experiências em instituições de ensino do exterior. Acredita existirem muitas  
15 atividades humanas que dividem, mas a ciência é uma das atividades que unem, e isso porque  
16 ela tem uma língua franca, que é o inglês. Respeita a posição da professora Matilde e de  
17 outros que se manifestaram contrários à proposta, mas só consegue ver benefícios à  
18 Universidade. Não é nada compulsório, oferece a unidade que considerar que deve e que  
19 possua uma densidade de pessoas preparadas e interessadas em se envolver com isso. A  
20 Universidade ganhará mais atratividade para estudantes do exterior e, conseqüentemente,  
21 abrirá portas para os seus estudantes, pois será muito difícil fazerem um convênio que envolva  
22 estudantes de graduação enquanto a Universidade não oferecer a possibilidade de disciplinas  
23 em língua inglesa ou espanhola. Acha que a Universidade deve se preparar e sinalizar que  
24 acolhe essa ideia como uma demonstração de que deseja se inserir cada vez mais no cenário  
25 mundial. O Conselheiro EUCLIDES DE MESQUITA NETO observa que a discussão ficou  
26 polarizada de uma maneira que não precisaria estar. Diz que não vê contradição entre as  
27 diversas posições que foram colocadas, a menos que tenham caráter ideológico, porque nesse  
28 caso é difícil avançar na discussão. Na mesma perspectiva já utilizada pelo professor Pilli,  
29 acredita que se a Universidade tivesse um contingente maior de alunos estrangeiros  
30 convivendo, o ambiente cultural seria melhor, ela cumpriria melhor seu papel na formação de  
31 recursos humanos e de graduação ou mesmo de pós-graduação. Acredita que um ambiente  
32 cultural multilíngue, multirreligião, multiétnico é muito importante para uma universidade. A  
33 Unicamp, hoje, tem cerca de 3% de alunos estrangeiros de graduação e pós-graduação na  
34 forma de convênios. Qualquer universidade norte-americana, europeia, alemã, francesa,  
35 italiana considera desejável ter de 15 a 20% de alunos estrangeiros, com a perspectiva de que  
36 isso enriquece o seu universo cultural. Nesses três anos e meio a Administração atual iniciou  
37 um trabalho de aprofundamento da internacionalização, alterando a estrutura de pessoal da  
38 Cori, mexendo em editais de mobilidade internacional. Aprofundou os mecanismos de  
39 intercâmbio, mesmo antes do *Ciência sem Fronteiras*. Ainda há muitas tarefas pela frente, e  
40 acredita que esta discussão no Conselho Universitário aponta exatamente para os desafios que

1 virão. Para ter essa riqueza cultural é preciso qualificar os funcionários, ampliar os cursos de  
2 língua, ampliar a oferta de cursos de língua portuguesa para estrangeiros, desenvolver uma  
3 política do português para a Universidade. Acha tudo isso fundamental, mas não considera  
4 que essas ações sejam contraditórias com a possibilidade de a Unicamp oferecer, de vez em  
5 quando, disciplinas em língua estrangeira para aumentar a atratividade. Acredita que se a  
6 Universidade recebesse um contingente maior de alunos estrangeiros, em torno de quatro mil,  
7 em vez dos quatrocentos que recebe, em média, seria um conjunto enorme de pessoas que iria  
8 aprender o português de maneira mais ou menos formal, dependendo da capacidade da  
9 Unicamp de oferecer infraestrutura para aprendizado, e isso enriqueceria os vínculos da  
10 Universidade e das pessoas, para dentro e para fora. Portanto, vê com bons olhos a proposta,  
11 embora saiba que ainda há muitas tarefas a serem cumpridas antes da implementação. Ele e os  
12 outros pró-reitores têm visitado muitas universidades, e uma das primeiras perguntas que  
13 ouvem dos diretores de relações internacionais é se é possível oferecer pelo menos parte dos  
14 cursos ou cursos iniciais em língua inglesa. Haverá muita dificuldade em quebrar a barreira  
15 desses cerca de 4% para além da América Latina se não houver a possibilidade, em algumas  
16 áreas específicas, de oferecer disciplinas em inglês. É claro que cada unidade deverá fazer sua  
17 regulamentação. Acredita que seja um grande ganho para o Brasil, nessa política de fazer o  
18 português se tornar mais importante e conhecido no mundo, que mais alunos voltem para seus  
19 países de origem falando o português, mesmo que o português informal. É preciso estabelecer  
20 uma política mais forte com a comunidade lusófona no mundo, e já existem algumas  
21 iniciativas caminhando nesse sentido. Mas o que essa discussão aponta, em sua opinião, é que  
22 a Unicamp ainda não fez o suficiente para a internacionalização, e isso tem de ser  
23 aprofundado, apesar de a Administração atual já ter tomado muitas iniciativas originais que  
24 elevaram esse patamar. Acredita que sua opinião não seja contraditória, e que tudo isso aponte  
25 que no momento de votação de orçamentos e políticas universitárias é preciso pensar em  
26 investimento em língua portuguesa, em qualificação de funcionários, em cursos de línguas.  
27 Voltando à questão da pós-graduação, tem alguns dados importantes a fornecer: o Brasil, em  
28 1987, formava 1.080 doutores por ano, e no ano passado esse número aumentou para 12.272.  
29 Esse grande crescimento se deveu em parte ao fato de que, do início dos anos 1980 até o  
30 início dos anos 1990, cerca de seis mil brasileiros cursaram doutorado pleno no exterior. Hoje,  
31 o Brasil tem apenas 478 pessoas nessa situação, porque houve uma forte internalização dos  
32 programas de pós-graduação. Foi feito um levantamento na Unicamp que mostrou que 66%  
33 dos docentes envolvidos na pós-graduação ou fizeram um doutorado no exterior ou cursaram  
34 um pós-doutorado com duração de um ano em outro país. Já quando analisam os dados dos  
35 contratados nos últimos dez anos, essa porcentagem cai para menos de 30%. Claramente, o  
36 crescimento interno da pós-graduação criou um distanciamento do mundo internacional, os  
37 docentes novos perderam os vínculos com o exterior, esses são mais tênues do que eram vinte  
38 anos atrás. Seria importante para o contínuo crescimento da Universidade retomar e reforçar  
39 esses vínculos que foram diminuídos ao longo desses últimos anos, por política interna das  
40 agências de fomento. Não acredita que a internacionalização seja uma palavra de ordem, mas

1 sim uma condição para que ela possa formar bem seus alunos e pesquisadores, participar  
2 ativamente e contribuir eficientemente para a vida nacional, e para isso não pode haver esses  
3 lapsos. E essa medida da mobilidade na graduação é uma das ferramentas para aumentar a  
4 internacionalização. Não a considera uma medida que faça diminuir o peso e a importância da  
5 língua portuguesa, e acredita que pode ser realizada uma política para reforçá-la dentro da  
6 Universidade. Quando ingressou na Unicamp como pós-graduando, em março de 1979,  
7 cursou quatro disciplinas, das quais três eram ministradas em inglês. E toda disciplina de pós-  
8 graduação tem um docente responsável da Unicamp e a disciplina é oferecida, formalmente,  
9 em língua portuguesa. Se essa disciplina se tornará um seminário, se será ministrada em  
10 português, em inglês etc., é algo que se estabelece depois, e há mais de trinta anos tem sido  
11 assim e com resultados satisfatórios, portanto não acha que seja necessário fazer uma  
12 discussão nesse sentido no âmbito da pós-graduação. O Conselheiro PAULO SÉRGIO  
13 FRANCO BARBOSA sublinha que muito já se discutiu sobre o fato de alunos estrangeiros  
14 virem à Unicamp; gostaria de destacar o que a proposta pode trazer de benefícios para o aluno  
15 e também para o professor da Unicamp. Na FEA, menos de 10% dos docentes têm fluência  
16 em inglês; existe um investimento da Universidade de levar esses professores ao exterior, seja  
17 para o PhD, seja para o pós-doutorado, e eles se ressentem muito de ter pouquíssima  
18 oportunidade de usar o seu inglês oral ao retornar. Portanto, vê nessa proposta a oportunidade  
19 disso acontecer. É um paradoxo, porque muitos deles vão ao exterior e dão aulas nas  
20 universidades do exterior em inglês. E da parte dos alunos isso ocorre da mesma forma,  
21 porque eles têm alguma fluência em inglês, adquirida em cursos de capacitação no Brasil,  
22 sejam internos ou externos à Universidade, mas não têm exposição alguma ao inglês técnico  
23 de sua área. Com essa proposta eles teriam essa oportunidade, porque é muito diferente  
24 aprender o inglês de forma geral e aprender a se comunicar, poder ministrar um seminário de  
25 classe, ser avaliado em língua inglesa na área técnica de sua formação. Como a proposta está  
26 sugerindo esse caráter flexível, eletivo e não obrigatório, acha que só haverá ganhos; não vê  
27 os riscos que muitos colegas colocaram e acredita que uma medida não exclui a outra.  
28 Obviamente é preciso estabelecer uma política de ensino do português para estrangeiros, de  
29 treinamento dos funcionários, mas a proposta das disciplinas em inglês deve ser apoiada. O  
30 MAGNÍFICO REITOR diz que seria importante ter alguns dados sobre os questionamentos  
31 feitos pela professora Matilde. Por exemplo, sabe que o CEL ampliou muito o curso de  
32 português para estrangeiros, mas não possui os números; provavelmente o professor Marcelo  
33 poderia fornecê-los. A professora Matilde também questionou o que a Universidade estaria  
34 perdendo na atratividade de estrangeiros, e a percepção da Unicamp quanto a isso é a mesma  
35 que já foi relatada pelo professor Euclides: quando visitam universidades do exterior, sempre  
36 são questionados se a Unicamp oferece algumas disciplinas em inglês. Como muitos  
37 conselheiros já mencionaram, não é um assunto urgente que precisa ser discutido e deliberado  
38 de maneira apressada; a discussão pode ser ampliada com mais dados que podem ser trazidos  
39 pelo professor Marcelo Knobel e pelo professor Alexandre Serpa, por exemplo. Sua proposta  
40 é que essa discussão inicial seja ampliada no âmbito acadêmico, deixando de lado posições

1 ideológicas. Propõe, portanto, a retirada de pauta. O Conselheiro PAULO SÉRGIO SARAN  
2 diz que apoia a retirada de pauta e sugere que nesta nova discussão haja manifestações do IEL  
3 e do CEL. O MAGNÍFICO REITOR diz que todas as sugestões e recomendações serão  
4 encaminhadas ao professor Marcelo Knobel. A Conselheira MATILDE VIRGINIA RICARDI  
5 SCARAMUCCI esclarece que não é contra o oferecimento de disciplinas em inglês por  
6 professores do exterior. O que defende é que a minuta da proposta tem de ser mais bem  
7 pensada; sua sugestão seria mesmo a retirada de pauta; agradece o encaminhamento. O  
8 MAGNÍFICO REITOR diz que essa é a medida correta, pois não vale a pena forçar algum  
9 tipo de decisão antes que todos se inteirem perfeitamente do que está sendo votado. Agradece  
10 a todos que contribuíram para a discussão; o que ficou registrado servirá de base para decisão  
11 futura. Não havendo mais observações, submete à votação a retirada de pauta do item 14, que  
12 é aprovada por unanimidade. Em seguida, passa à discussão do item 15 – Proc. nº 01-P-  
13 01558/11, que trata de cessão de área do *campus II* de Limeira para a Prefeitura Municipal da  
14 cidade para alargamento das ruas de acesso ao *campus* da FCA, destacado pelo professor  
15 Saran. O Conselheiro PAULO SÉRGIO SARAN diz que solicitou o destaque por causa de  
16 uma dúvida que já foi esclarecida pelo professor Sérgio Salles, portanto não vê necessidade de  
17 comentários; é favorável à aprovação da matéria. O MAGNÍFICO REITOR, mesmo assim,  
18 solicita ao professor Sérgio Salles que comente sobre o item destacado. O Conselheiro  
19 SÉRGIO LUIZ MONTEIRO SALLES FILHO explica que o *campus II* de Limeira tem 480  
20 mil m<sup>2</sup> e em todo seu entorno a Prefeitura duplicou as vias de acesso. A única via do entorno  
21 que é pista única é a Pedro Zacarias, e há dois anos a Prefeitura solicita que a FCA ceda uma  
22 faixa para que ela seja duplicada, uma vez que é justamente a via na qual estará em um futuro  
23 próximo a portaria principal do *campus*. Essa ação favorecerá em muito o *campus* de Limeira.  
24 O Conselheiro ROBERTO RODRIGUES PAES reitera que a cessão dessa área da FCA para  
25 a duplicação da via melhorará em muito o acesso ao *campus*. Esse assunto teve início em  
26 2010 e estão tendo agora a oportunidade de conseguir, de fato, através da Prefeitura, essa  
27 duplicação, trazendo os benefícios já comentados pelo professor Sérgio. Não havendo outras  
28 observações, o MAGNÍFICO REITOR submete à votação o item 15 da Ordem do Dia, que é  
29 aprovado por unanimidade. Na sequência, passa à discussão do item 19 – Proc. nº 33-P-  
30 19840/05 – que trata do Relatório de Atividades da FCA referente ao período de junho/2010 a  
31 fevereiro/2012, destacado pela professora Silvia Figueirôa. A Conselheira SILVIA  
32 FERNANDA DE MENDONÇA FIGUEIRÔA diz que fez o destaque porque notou no texto  
33 do relatório uma recomendação do GT para que a Unidade, ao contratar docentes na carreira  
34 MS, fizesse uso do Programa de Apoio ao Aumento do Número e Qualificação de Candidatos  
35 a Docentes na Unicamp – PACD, cujo programa desconhecia. Contudo, recebeu hoje por *e-*  
36 *mail* uma cópia da Resolução GR que cria esse programa, publicada no *Diário Oficial do*  
37 *Estado* no dia 14 de novembro p.p, e por esse fato já foi esclarecida. Quanto ao Relatório de  
38 Atividades, parabeniza a FT por todo seu esforço. O MAGNÍFICO REITOR diz ser  
39 importante esclarecer que esse programa não prevê concessão de vagas, mas que a CVD  
40 analise e que o Consu aprecie. É voluntário e permite, àquelas unidades que tenham interesse,

1 formar uma comissão para buscar professores no Brasil e no exterior para serem docentes na  
2 Universidade. O Conselheiro EUCLIDES DE MESQUITA NETO, quanto ao Relatório de  
3 Atividades, diz que esse é o segundo elaborado por comissão designada pelo Consu para  
4 acompanhar as atividades da FT, mantida desde 2010. Antes de prosseguir com as  
5 observações sobre o Relatório, comenta, a pedido do professor Max, que o professor não  
6 assinou a declaração, porque foi impedido justificadamente de participar das reuniões, e, por  
7 essa razão, não se sentiu à vontade; não foi por motivo de desacordo. Gostaria que isso fosse  
8 informado. Voltando ao relatório, diz que ele abrange a situação dos docentes, as atividades  
9 de ensino de graduação e de pós-graduação, os cursos particularmente de pós-graduação que  
10 estão implementados, as atividades de pesquisa em termos de publicações, de recursos  
11 organizados, projetos, as atividades de extensão, os recursos orçamentários e  
12 extraorçamentários. E acha que já não havia nenhuma dúvida no primeiro relatório de que a  
13 FT estava tomando a direção de transformar o antigo Ceset em uma unidade de ensino,  
14 pesquisa e extensão. O primeiro relatório fazia um conjunto de recomendações, as quais  
15 foram implementadas à risca pela direção da Faculdade. O segundo relatório também mostra  
16 com clareza que os passos dados pela direção da Faculdade estão no caminho certo para  
17 consolidar a FT como Unidade de Ensino, Pesquisa e Extensão. Salienta que aprovaram em  
18 sessão passada do Consu a transformação de alguns cursos de Tecnologia em cursos plenos de  
19 Engenharia, o que contribui para essa consolidação. A comissão, no final, faz algumas  
20 recomendações para a direção da FT, que continuará implementando e consolidando o  
21 processo, ao contratar preferencialmente docentes na carreira MS, ao incentivar os docentes  
22 recém-titulados a fazer pós-doutoramento em boas instituições no exterior, ao monitorar  
23 continuamente a carga didática dos docentes titulados que realizam projetos de pesquisas de  
24 forma que não venha a prejudicar as atividades de pesquisa, ao consolidar o desenvolvimento  
25 de linhas próprias de pesquisa e dar especial atenção à infraestrutura de pesquisa e pós-  
26 graduação, realizando um planejamento para criação de novos cursos de pós-graduação, o que  
27 tem sido feito e, em particular, apontar para um doutorado, porque hoje a FT não tem um  
28 programa de doutoramento, e por essa razão perde para as outras unidades os alunos que  
29 concluíram mestrado. Existe a necessidade de consolidar a infraestrutura de ensino, pesquisa e  
30 pós-graduação da unidade; ela ainda necessita de aportes. Há uma discussão em relação ao  
31 aprendizado, porque possuem um número razoavelmente elevado de alunos especiais que  
32 precisam entender as características da unidade, mas podem não contribuir para o  
33 fortalecimento dos programas acadêmicos. A comissão também faz algumas recomendações  
34 ao Conselho Universitário, para que este órgão tome ciência de que a FT deve ser incorporada  
35 dentre as unidades que pleiteiam vagas docentes anualmente à CVD, de que, uma vez que a  
36 FT passou a receber novas atribuições, seja feita uma revisão orçamentária dos recursos a ela  
37 destinados, de que a Administração e o Consu estejam atentos para a necessidade de realizar  
38 esforços para consolidar infraestrutura de pesquisa, tendo em vista que a FT precisa de aporte,  
39 e, finalmente, recomenda ao Consu a dissolução dessa Comissão, uma vez que a unidade já  
40 mostra estar em plenas condições de trilhar seu caminho como unidade de ensino, pesquisa e

1 extensão. O Conselheiro JOSÉ GERALDO PENA DE ANDRADE inicialmente agradece a  
2 Comissão, por todo o seu trabalho, inclusive a anterior, que foi muito importante para a FT,  
3 em termos de apontar os caminhos que a unidade deveria seguir. Estende esse agradecimento  
4 aos membros do Conselho Universitário, que tiveram um olhar especial para a Faculdade em  
5 seu processo de transformação. Isso não significa que não se deva continuar tendo esse olhar,  
6 mas enfatiza que para eles foi muito importante o apoio e o carinho e acha que foram  
7 eficientes em seguir os caminhos que lhes foram mostrados. Não havendo mais observações,  
8 o MAGNÍFICO REITOR submete à votação o item 19, que é aprovado por unanimidade. A  
9 seguir, passa à discussão do item 35, destacado pela professora Nádia – Proc. nº 25-P-  
10 23742/10 – que trata de convênio em nome do Centro Multidisciplinar para Investigação  
11 Biológica na área da Ciência em Animais de Laboratório, Cemib; firmado entre a Unicamp e  
12 Deutsches Krebsforschungszentrum - Alemanha; os executores são Delma Pegolo Alves e  
13 Rovilson Gilioli, ambos do Cemib, com data de assinatura em 23.11.2010; a vigência é de 3  
14 anos; o objetivo é de promoção de cooperação na área da Ciência em Animais de Laboratório,  
15 para promover avanços científico-tecnológicos na área de Controle Sanitário e Monitorização  
16 da Saúde Animal, por meio do desenvolvimento de formação de recursos humanos em novas  
17 metodologias diagnósticas, implementação de novas metodologias para a certificação de  
18 saúde animal, realização de projetos de pesquisas científicas na área específica de saúde  
19 animal e publicação dos resultados obtidos em conjunto entre as partes. A Conselheira  
20 NÁDIA FARAGE diz que destacou este item, assim como o subsequente, porque eles tratam  
21 de experimentação animal. Sempre deixou claro para o Conselho Universitário a sua posição  
22 de votar contra projetos que envolvessem experimentação animal. Gostaria de colocar alguns  
23 problemas que vê neste projeto e encaminhar para a retirada de pauta. O memorando de  
24 entendimento do referido contrato fala de um curso de formação de recursos humanos para o  
25 manuseio de animais de laboratório, monitoramento genético e programa de criopreservação.  
26 Sua dúvida é se nesses projetos e cursos haverá algum tipo de experimento com animais, o  
27 que é bem provável, até como ilustração das técnicas. Neste caso, lhe parece fundamental que  
28 a Comissão de Ética no Uso de Animais – Ceua faça uma avaliação do projeto. Também  
29 gostaria de saber da professora Ítala ou de alguém ligado ao Cemib se existe um veterinário  
30 vinculado ao projeto, porque quando se fala de saúde animal, pela legislação tem de haver um  
31 veterinário responsável, não basta somente o biólogo. E, por fim, outro problema que percebe  
32 é a questão da reserva do sigilo; para o Ministério Público e entidades de proteção animal não  
33 pode haver sigilo quando direitos de animais estão envolvidos. É preciso que haja a  
34 possibilidade de inspeção tanto do Ministério Público, quanto de entidades de proteção  
35 animal. Acredita que são questões que podem ser respondidas pelo próprio Cemib e pela  
36 Ceua, caso o projeto retorne a eles. Sendo assim, encaminha pela retirada de pauta. O  
37 Conselheiro RONALDO ALOISE PILLI diz que se trata de um convênio com uma instituição  
38 alemã da área de pesquisa em câncer. O que há neste caso é um convênio guarda-chuva que  
39 prevê atividades que estão centradas na realização de encontros científicos, intercâmbio de  
40 cientistas para estudo e pesquisa e iniciativas conjuntas para captar fundos para projetos

1 bilaterais. Na verdade, não há um plano de atividades, isso teria de vir como um termo  
2 aditivo. Ele foi examinado pela Comissão Central de Pesquisa – CCP e está basicamente  
3 relacionado com a área de Controle Sanitário e Monitoramento da Saúde Animal. Então, não  
4 há nos autos nada que faça prever que ali estará envolvido algum tipo de experimento animal;  
5 é a parte de controle sanitário que está envolvida nessa colaboração. E sob essa ótica ele  
6 recebeu parecer favorável do relator da CCP e por ela foi aprovado. Não vê necessidade de  
7 parecer da Ceua, neste caso, mas gostaria de ouvir os colegas. A Conselheira SHIRLEI  
8 MARIA RECCO-PIMENTEL concorda com o que o professor Ronaldo Pilli colocou. Não  
9 acompanha esses processos diretamente, por não ser representante do Cemib, mas ao analisar  
10 este brevemente entendeu que é um convênio para intercâmbio de recursos humanos entre  
11 essas instituições e transferência de tecnologia. O que eles estão pretendendo é  
12 desenvolvimento de metodologias para diagnóstico de novos agentes para certificação de  
13 saúde animal. Quer dizer, não há nenhuma experimentação prevista nesse termo geral de  
14 convênio. Se futuramente chegar um termo aditivo com algo mais específico, ele deverá ser  
15 apreciado pela Ceua também, e nesta situação acha que seria o caso, mas em um convênio  
16 guarda-chuva não vê essa necessidade. Há no processo uma menção da diretora do Cemib  
17 sobre criopreservação em um convênio anterior, mas pelo que entendeu este convênio está  
18 direcionado apenas para o controle de qualidade animal, controle sanitário e monitorização de  
19 agentes infecciosos, constituindo um intercâmbio entre as instituições para transferência de  
20 técnicas de metodologias. A Conselheira NÁDIA FARAGE insiste que não é demais ter  
21 um cuidado maior no detalhamento do que será trocado, e também poderia ser acrescentada  
22 uma cláusula de que cada atividade que envolver experimentos animais ou materiais de  
23 origem animal será apreciada pela Ceua. Seria apenas uma salvaguarda para esses animais.  
24 Controle sanitário pode significar matar 60% de uma colônia de ratos. Então, precisam não  
25 somente do veterinário presente, quando se trata de saúde animal, mas de saber exatamente  
26 quais serão as atividades – que elas sejam detalhadas a cada passo desse projeto guarda-  
27 chuva. E ainda insiste na abertura do sigilo para a inspeção de direitos animais. Comenta  
28 também que na correspondência que consta do processo, um dos pontos aventados é muito  
29 sério, referente à legislação quanto à experimentação animal na Europa, que é bastante  
30 restritiva hoje. E é sabido que há uma espécie de exportação para os países de legislação mais  
31 lassa. É em nome desses direitos animais que está levantando a sua voz, e não está solicitando  
32 nada desarrazoado. A Professora ÍTALA MARIA LOFFREDO D'OTTAVIANO diz que,  
33 como responsável acadêmica pelo Cemib, considera que, apesar da análise da CCP, a própria  
34 Cocen, quando encaminha para a CCP, faz uma análise cuidadosa das propostas. Como a  
35 professora Nádia tem dúvidas e se preocupa com essas questões, sugeriria ao Conselho  
36 Universitário que concordasse com a retirada de pauta, pois haverá tempo de manter esse  
37 contato com o diretor do Cemib, professor Rovilson, para que as dúvidas sejam sanadas. O  
38 Conselheiro EUCLIDES DE MESQUITA NETO não se opõe à solicitação da professora  
39 Nádia, mas acha que não é o momento correto, visto que estão assinando um convênio  
40 guarda-chuva. Pelo que está entendendo, ainda não há um plano detalhado, o Cemib vai

1 retornar dizendo exatamente o que a professora Shirlei e o professor Pilli mencionaram. Mas  
2 acha importante, quando houver um plano de atividades no aditivo, que submetam isso a uma  
3 informação. É regra que o aditivo passe pelo Consu também, isso resolveria questão. A  
4 Conselheira NÁDIA FARAGE diz que no convênio guarda-chuva já poderiam constar apenas  
5 as cláusulas para o caso de uso de animais. É uma legislação brasileira. O Conselheiro  
6 EUCLIDES DE MESQUITA NETO diz que essa desconfiança não procede. Todas as  
7 comissões são adequadas, não fazem nada contra a legislação brasileira, seria diferente se a  
8 professora estivesse propondo criar no Conselho Universitário algo mais restritivo que a  
9 legislação brasileira. Discutirão o caso quando as atividades descritas estiverem para ser  
10 realizadas, pois neste momento haverá mais elementos. A Conselheira NÁDIA FARAGE diz  
11 não se tratar de desconfiança, está falando de salvaguarda, em que todos estão interessados, e  
12 o projeto não prevê isso. Seria apenas uma menção em uma cláusula. O Conselheiro  
13 RONALDO ALOISE PILLI diz que não concorda com o encaminhamento sugerido, isto é, a  
14 retirada de pauta e retorno ao Cemib, porque não há um plano de atividades, é um convênio  
15 guarda-chuva. O momento adequado para isso é quando houver o termo aditivo das pesquisas  
16 que serão desenvolvidas. Podem até considerar a possibilidade futura de passarem a colocar  
17 no termo geral do convênio que no caso de experimentação animal devam ser observados  
18 critérios específicos; mas não vê isso como uma necessidade para agora, apenas quando o  
19 termo aditivo com o plano de atividades estiver sendo apreciado pela Cepe e pelo Consu. Há  
20 uma preocupação, mas entende que a comissão de ética não terá elementos para se  
21 pronunciar, ante a documentação existente no processo. Não havendo outras manifestações, o  
22 MAGNÍFICO REITOR submete a proposta de retirada de pauta do item 35 encaminhada pela  
23 professora Nádia à votação, sendo rejeitada com 02 votos favoráveis e 05 abstenções. Em  
24 seguida, coloca o referido item em votação, que é aprovado com 01 voto contrário e 06  
25 abstenções. Passa a seguir à discussão do item 36 – Proc. nº 25-P-02719/11 –, também  
26 destacado pela professora Nádia, em nome do Cemib, que trata do Primeiro Termo Aditivo de  
27 contrato, entre Unicamp/Funcamp e Instituto Nacional do Câncer – Inca; os executores são  
28 Rovilson Gilioli e Delma Pegolo Alves do Cemib. A Conselheira NÁDIA FARAGE diz que  
29 como se trata novamente de controle sanitário, e o Cemib presta serviços ao Inca, entende que  
30 é preciso haver parecer de comitês de ética tanto da Unicamp quanto do Inca, porque esse  
31 serviço será prestado lá e não consta nada no processo. Aliás, é como se os animais não  
32 existissem nesses processos, porque ninguém fala em nome deles. O Conselheiro RONALDO  
33 ALOISE PILLI diz que se trata de um primeiro termo aditivo a um contrato com o Inca. Há  
34 um plano de atividades e, por coerência com o que disse no caso anterior, aí se aplica a  
35 questão de voltar ao Cemib para o parecer da comissão de ética. O MAGNÍFICO REITOR  
36 diz que falta o parecer da Comissão de Experimentação Animal e, portanto, deve retornar ao  
37 Cemib para que as informações sejam fornecidas. O Conselheiro RONALDO ALOISE PILLI  
38 complementa que este é um contrato de prestação de serviços, não foi analisado pela  
39 Comissão Central de Pesquisa. Não havendo outras observações, o MAGNÍFICO REITOR  
40 submete à votação a retirada da matéria de pauta, que é aprovada por unanimidade. Em

1 seguida, passa à discussão do item 80 – Proc. nº 15-P-14509/09 –, destacado pela professora  
2 Nádia, em nome do Hospital de Clínicas, que trata de: 1) Contrato entre Unicamp/Funcamp e  
3 a PharmaNet GmbH; os executores são Fernando Cendes e Carlos Guerreiro da FCM; a data  
4 da assinatura foi em 23.11.2009 e a vigência é por 05 anos; o objetivo é a realização da  
5 pesquisa clínica intitulada “Eficácia e segurança de Acetato de Eslicarbazepina (BIA 2-093)  
6 como terapia adjuvante para crises parciais refratárias em um estudo clínico duplo-cego,  
7 randomizado, controlado por placebo, de grupos paralelos e multicêntrico”; 2) Contrato de  
8 Indenização; assinado em 21.02.2011; cujo objetivo é indenizar e isentar a Instituição e seus  
9 funcionários e agentes de todas as reivindicações e trâmites, responsabilidades, ações ou  
10 processos por lesão corporal ou morte (coletivamente, “Perdas”) que forem causadas pela  
11 administração do medicamento do Estudo supracitado; e 3) alteração nº 01, assinada em  
12 30.03.2012; objetivando alterar a denominação social da PharmaNet AG para PharmaNet  
13 GmbH, bem como alterar as condições e valores de pagamento para inclusão de novos  
14 pacientes e demais procedimentos previstos na condução do estudo clínico supracitado. A  
15 Conselheira NÁDIA FARAGE diz que este item diz respeito a um convênio para experimento  
16 com pacientes humanos e gostaria de ser esclarecida sobre o termo que os pacientes têm de  
17 assinar, que é quase como uma renúncia à indenização. Por cada paciente a FCM ou o  
18 Hospital de Clínicas vai receber US\$7 mil e, no entanto, o paciente tem de assinar uma  
19 declaração dizendo que não processará em caso de perdas. Gostaria de ouvir explicações  
20 sobre o caso. O Conselheiro JOÃO RAIMUNDO MENDONÇA DE SOUZA diz que também  
21 gostaria de ter mais esclarecimentos sobre isso. Conhece algumas pessoas que se dispõem a  
22 fazer esse tipo de experimento, até porque têm uma compensação financeira, e não sabe se  
23 elas fazem conhecendo a dimensão dos riscos. O MAGNÍFICO REITOR esclarece que se  
24 trata de um convênio com multicentros, quer dizer, é um estudo clínico com muitos  
25 participantes e que precisa da explicação do pesquisador responsável ou pesquisadores  
26 responsáveis. Passou por avaliação do Conex. No momento não é possível fornecer  
27 informações precisas, por isso propõe a retirada de pauta para o encaminhamento ao professor  
28 Fernando Cendes e pesquisadores, que informarão ao professor João Frederico, que deverá  
29 trazer essas informações na próxima reunião. O Conselheiro JÚLIO CÉSAR HADLER  
30 NETO gostaria de saber, quanto aos estudos de duplo-cego, em que uma das partes ingere o  
31 remédio e a outra parte ingere placebo, no caso de uma doença, se a parte que não toma o  
32 remédio pode ficar prejudicada. O MAGNÍFICO REITOR diz que existe toda uma legislação  
33 a respeito e solicita ao professor Mário Saad que a esclareça. O Conselheiro MÁRIO JOSÉ  
34 ABDALLA SAAD diz que os procedimentos não são realizados dessa forma. Ninguém pode  
35 brincar com a saúde alheia; a questão é muito séria. Quando se conhece uma doença e o  
36 tratamento eficaz para ela, não se pode testar outra droga. Apenas se testa a droga *versus*  
37 placebo quando não é sabido se o efeito será benéfico ou não. Se o efeito do remédio é  
38 conhecido e se sabe que ele é eficaz, é dever prescrever e não testar. E se durante o estudo  
39 ficar claro que o remédio é eficaz, é obrigatório interromper o estudo e fornecer o  
40 medicamento para o grupo de controle também. A legislação é muito bem feita. Por exemplo,

1 se existe um tratamento para hipertensão arterial e se quer introduzir uma nova droga, só  
2 poderá ser feito se tratar os doentes e eles não responderem às drogas existentes, então poderá  
3 ser introduzida a nova droga na forma de placebo a um grupo e na forma da droga ao outro. O  
4 Conselheiro JÚLIO CÉSAR HADLER NETO indaga se os pacientes que estão submetidos a  
5 esses estudos têm consciência disso. O Conselheiro MÁRIO JOSÉ ABDALLA SAAD afirma  
6 que sim. Existe um termo de consentimento livre e esclarecido para ser assinado. Não  
7 havendo mais manifestações, o MAGNÍFICO REITOR submete à votação a retirada do item  
8 80 de pauta, que é aprovada por unanimidade. Em seguida, passa aos itens 58, 64 e 94,  
9 destacados em bloco pela professora Nádia para registro de abstenção, referentes,  
10 respectivamente, aos seguintes processos: 31-P-26451/09, em nome do Centro Pluridisciplinar  
11 de Pesquisas Químicas, Biológicas e Agrícolas – CPQBA. Segundo Aditamento. Partes:  
12 Unicamp/Funcamp e a Johnson & Johnson do Brasil Indústria e Comércio de Produtos para  
13 Saúde Ltda. Os executores são: Marta Cristina Teixeira Duarte/CPQBA e Glyn Mara  
14 Figueira/CPQBA. Data de Assinatura: 13.04.2012, vigência: até 11.11.2012. Resumo do  
15 Objeto: prorrogar o prazo de vigência por mais 06 meses do Termo Aditivo N° 02 que  
16 objetivou a execução do projeto intitulado “Desenvolvimento de um bactericida a partir de  
17 óleos essenciais para uso em produtos de consumo”; 28-P-4932/11 – em nome da Faculdade  
18 de Engenharia de Agrícola, Unicamp, Finep e Estado de São Paulo, por intermédio da  
19 Secretaria de Agricultura e Abastecimento, através da Agência Paulista de Tecnologia dos  
20 Agronegócios - Executores: José Euclides Stipp Paterniani e Denis Miguel Roston da Feagri -  
21 Data de Assinatura: 12.06.12 - Vigência: até 36 meses - Resumo do Objeto: transferência de  
22 recursos financeiros, pela concedente ao convenente, para a execução do Projeto intitulado  
23 “Aproveitamento de Subprodutos Agropecuários com Foco nas Cadeias de Frutas, Gado de  
24 Corte e de Leite, Urucum, Ovinos e Pescados”; 07-P-22625/09, em nome do Instituto de  
25 Biologia, Termo Aditivo n° 02, Unicamp/Funcamp e Neurolife Laboratórios Ltda. -  
26 Executores: Leonilda Maria Barbosa dos Santos e Alessandro dos Santos Farias do IB - Data  
27 de Assinatura: 30.06.12 - Vigência: até 30.06.13 - Resumo do Objeto: prorrogar a vigência e  
28 estabelecer recursos para o período do Contrato para o desenvolvimento e execução de novos  
29 métodos de análise da presença de microrganismos, por métodos de Biologia Molecular, em  
30 material biológico de sangue periférico e líquido cefalorraquidiano. Não havendo  
31 observações, submete os referidos itens à votação, que são aprovados com 01 abstenção. Nada  
32 mais havendo a trata na Ordem do Dia, passa ao Expediente, colocando para ciência os  
33 seguintes processos: A - COMISSÃO CENTRAL DE PESQUISA – CCP – Substituição de  
34 Membros - 01) PROC. N° 01-P-20276/03 - Indicação da Profa. Dra. Maria Alvina  
35 Krähenbühl – FEQ, como membro titular, em substituição à Profa. Dra. Maria Helena  
36 Andrade Santana, e do Prof. Dr. André Victor Lucci Freitas – IB, como membro suplente, em  
37 substituição à Profa. Dra. Luiza Sumiko Kinoshita, para comporem a CCP, com mandato até  
38 julho de 2014. B - CALENDÁRIO DAS REUNIÕES DAS CÂMARAS E CONSU PARA  
39 2013. 02) Calendário das reuniões para o ano de 2013 do Conselho Universitário e das  
40 Câmaras de Administração e de Ensino, Pesquisa e Extensão. C - RELATÓRIOS

1 SEMESTRAIS DAS CÂMARAS DO CONSU – Para Ciência - 03) Relatórios Semestrais das  
2 Câmaras de Ensino, Pesquisa e Extensão e de Administração, referentes ao período de  
3 01.04.12 a 30.09.12, de acordo com o inciso IX do artigo 9º e inciso VI do artigo 10 do  
4 Regimento Interno do CONSU. D - SÚMULAS DAS ATAS DA COMISSÃO DE  
5 ORÇAMENTO E PATRIMÔNIO: 98ª REUNIÃO, realizada em 09.02.12, 99ª REUNIÃO,  
6 realizada em 26.04.12, e 100ª REUNIÃO, realizada em 14.06.12, aprovadas na 101ª Reunião,  
7 de 24.08.12. E - RELATÓRIO FINAL - 05) PROC. Nº 02-P-22685/10, em nome da  
8 Faculdade de Ciências Médica, Relatório Final de Atividades - Partes: FUNCAMP e  
9 OPAS/OMS - Executores: Mário José Abdalla Saad e Maria Francisca Colella dos Santos -  
10 Período: 14.04.2011 a 21.06.2012 - Resumo do Objeto: estabelecer a forma e as condições  
11 pelas quais a OPAS/OMS e a Beneficiária irão cooperar para a execução do projeto:  
12 Programa Nacional de Reorientação da Formação Profissional em Saúde – Pró-Saúde I – Fase  
13 II da Funcamp – Curso de Fonoaudiologia. Em seguida, o MAGNÍFICO REITOR informa  
14 que na próxima reunião do Conselho Universitário terão de ser feitas indicações de membros  
15 para compor o Conselho Gestor da Rádio e Televisão Unicamp – RTV. Passa a palavra aos  
16 senhores conselheiros inscritos. O Conselheiro GUILHERME ARAÚJO WOOD diz que na  
17 quinta-feira passada foi divulgado o resultado do Enem 2011 e tem o prazer de comunicar que  
18 o Cotuca ficou em 2º lugar dentre as escolas públicas do interior do Estado de São Paulo, 6º  
19 lugar dentre as escolas particulares e públicas de Campinas, e 1º lugar em Campinas com  
20 relação às notas de Matemática. Agradece o apoio recebido da Administração, de professores,  
21 funcionários e alunos, tanto da Unicamp como do Colégio. Também comunica a classificação  
22 de alguns alunos do Cotuca na Olimpíada de Matemática da Unicamp, que inclui alunos de  
23 escolas particulares. Os vencedores foram: Matheus Pacheco Guanabara, Rodrigo Souza e  
24 Otávio de Nadea, que receberam medalhas de prata; César Nobuo Moniwa Ishiuchi, que  
25 recebeu medalha de bronze; e Guilherme de Vieira Sampaio e Giovana de Oliveira, que foram  
26 contemplados com medalhas de menção honrosa. A Conselheira SILVIA FERNANDA DE  
27 MENDONÇA FIGUEIRÔA diz que se inscreveu na Sessão passada da CAD, porque o diretor  
28 do Instituto de Economia não estava presente. Pensou em destacar naquele momento um dos  
29 assuntos da pauta que se referia ao ingresso no RDIDP de uma candidata aprovada em  
30 primeiro lugar no concurso do IE, chamada Mariana de Azevedo Barretto Fix. Conhece sua  
31 obra e mantém uma relação de cordialidade com o seu orientador, o professor Wilson Cano.  
32 Havia um parecer da CPDI dizendo que a candidata possuía um perfil aquém do que se  
33 esperava de um docente de nível MS-3 em RDIDP. Esse tipo de parecer já se deu em outras  
34 situações. Na época analisou o currículo *Lattes* da professora, que se doutorou em 2011, já  
35 tinha dois livros publicados, três capítulos, sendo dois no exterior e mais dois no prelo, 23  
36 textos em jornais – o que na área de Economia representa uma produção relevante – dois  
37 trabalhos completos em anais, quatro resumos em anais expandidos, 72 apresentações de  
38 trabalhos e oito projetos, além de vários relatórios de pesquisa. Não se manifestou naquela  
39 ocasião, mas ao ver a lista dos contemplados com o *Prêmio Capes de Tese*, notou que  
40 professora foi premiada na área de Economia. Sua pergunta é: quem está com os critérios mal

1 balizados, se a Capes ou se a CPDI, que talvez devesse refletir mais sobre o que considera um  
2 perfil aquém para um docente em RDIDP na Universidade. A Conselheira ISABELA  
3 CRISTINA RIGONATO AMANTE diz que na última Sessão do Consu o professor Viotto  
4 fez uma apresentação sobre a situação da Moradia Estudantil. Foi colocado que a reforma da  
5 Moradia estava acontecendo, ainda que aos poucos. Relata que recentemente ocorreu um  
6 problema muito grave na Moradia, relacionado à reforma. O primeiro bloco que foi  
7 reformado, no final de 2007, isto é, há menos de cinco anos, voltou a cair. Foi preciso colocar  
8 madeiras de sustentação para que as casas não desabassem e para que houvesse tempo de os  
9 moradores saírem. Trata-se de uma situação muito grave, porque colocou a vida de pessoas  
10 em risco. Além disso, as casas foram lacradas antes de as pessoas conseguirem retirar os seus  
11 pertences. A primeira proposta da Administração foi oferecer uma bolsa de R\$300 para que  
12 esses moradores procurassem habitação em Barão Geraldo. Os estudantes consideraram essa  
13 proposta muito insuficiente e foram até o conselho deliberativo da Moradia, onde  
14 aconteceram algumas reuniões e a proposta foi modificada; a reforma ficará parada por um  
15 tempo, mas essas pessoas foram retiradas das casas com problemas e continuam na Moradia.  
16 Também tiveram uma reunião com o engenheiro, e um dos aspectos que ele apontou foi que  
17 parte desse problema estrutural com os blocos tem relação com manutenção ruim da Moradia  
18 durante esse tempo. A Conselheira NÁDIA FARAGE solicita a palavra para se despedir do  
19 Conselho Universitário. Agradece a todos os conselheiros por esses anos de convívio que  
20 foram, para ela, um grande aprendizado. Diz que fez mais do que colegas, fez amigos cujo  
21 valor intelectual muito aprecia. Registra agradecimentos à Administração pelo apoio prestado  
22 a todas as demandas do IFCH; também agradece a Secretaria Geral, DGRH, DAC, DGA,  
23 Procuradoria Geral e Prefeitura. Aproveita a oportunidade para agradecer ao professor Edgar  
24 Salvadori De Decca, seu professor e colega de tantos anos, pelo apoio a essa gestão; ao  
25 professor José Ranali; a todos os pró-reitores, em particular ao professor Paulo Eduardo, ex-  
26 pró-reitor de Desenvolvimento Universitário, que sempre acolheu com muita atenção as  
27 necessidades do Instituto. Também destaca e agradece calorosamente o acolhimento recebido  
28 do professor Euclides Mesquita, que à frente da Pró-Reitoria de Pós-Graduação sempre soube  
29 reconhecer o justo valor da produção intelectual das Ciências Humanas. Agradece também ao  
30 senhor Reitor pelo apoio. Ressalta que nesses quatro anos as relações informais entre os dois  
31 sempre se pautaram pela cortesia e pelo respeito mútuo; e se pautaram, sobretudo, pelo alto  
32 espírito institucional de ambas as partes quando trataram dos interesses maiores da  
33 Universidade e do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Diz que esses seus anos no  
34 Conselho Universitário só tornaram mais evidente uma irreconciliável diferença política no  
35 tocante a um projeto de Universidade, ou melhor, quanto aos modos e as finalidades da  
36 produção do conhecimento científico. Ambos sabem que isso não é trivial e em torno desse  
37 ponto tiveram embates, sempre leais e francos. Sustentou posição em defesa de uma  
38 Universidade que cultivava formas lentas de construção do conhecimento e solidárias em sua  
39 partilha, tanto no interior da comunidade acadêmica, quanto externamente em seus  
40 compromissos sociais com os mais vulneráveis. Tal projeto, a seu ver, tem sido solapado

1   nessa fase contemporânea da Revolução Industrial que vem confiscar, desta vez, ao  
2   trabalhador intelectual o tempo da reflexão, impondo, ao invés disso, a disciplina da linha de  
3   produção e transformando resultado científico em mercadoria. Todos têm sido instrumentos  
4   de tais mudanças estruturais. Em torno deles, os resultados evidentes da mecanização da  
5   produção intelectual movida pela competição e pelo fetiche estatístico de sua mercadoria são  
6   os docentes que, assoberbados entre editais, projetos e relatórios, pouco tempo dispõem para  
7   uma obra que constitua efetiva intervenção sobre o real; e estudantes de quem exigem  
8   exclusivamente o desempenho pelas notas, negando-lhes o tempo da Universidade como  
9   experiência existencial e política formadora. A mecanização do trabalho intelectual  
10   corresponde de modo articulado e sutil à invisibilização do trabalho manual, cujo extremo é a  
11   terceirização do trabalho na Universidade, contra a qual muito acertadamente se insurge a  
12   organização sindical. Há uma homologia entre método e resultado aqui. O pequeno destino  
13   dos animais em laboratórios há tanto se articula e espelha: ratos que brilham no escuro, porcos  
14   miniaturizados mortos em número desconhecido cotidianamente na universidade, cães  
15   hemofílicos obrigados a reproduzir sua desgraça são, certamente, o epítome da  
16   industrialização do fazer científico que sob uma ilusão humanitária consolida em teoria e  
17   método a predação capitalista da natureza. Contra esse projeto acadêmico e científico buscou  
18   pontualmente se opor aqui, sendo voto derrotado muitas vezes, sob o peso da hierarquia  
19   acadêmica e da simetria de gênero. Espera que os colegas compreendam que nada de pessoal  
20   houve em suas intervenções; sua dissidência foi só um dever ético e político do qual jamais se  
21   eximiu. Agradece a convivência desses anos. O Conselheiro JOSÉ CLÁUDIO GEROMEL  
22   primeiramente gostaria de dizer algumas breves palavras a essa brava colega que se encontra  
23   ao seu lado. A professora Nádia acaba de lhes dizer que hoje é seu último dia no Conselho  
24   Universitário e isso lhe causa tristeza, porque ela fará muita falta. A sua maneira de encarar os  
25   problemas, de modo aberto, contundente, focando no interesse maior da Universidade, é  
26   particularmente importante para a Unicamp. Tem certeza de que o que ela aqui colocou ficará  
27   muito tempo na lembrança e nas decisões que terão de tomar no futuro. Foi um prazer  
28   participar do Conselho Universitário junto com a professora. Gostaria também de parabenizar  
29   o professor Euclides e a Universidade como um todo, em seu nome e das unidades de ensino e  
30   pesquisa, pelo desempenho absolutamente excepcional no que diz respeito ao *Prêmio Capes*  
31   *de Tese*. É um prêmio importante e que coloca a Unicamp dentro de um patamar singular no  
32   país. Com relação à eleição para Reitor, que ocorrerá brevemente, sempre colocou sua  
33   preocupação a respeito desse processo. Deixou isso claro em particular quanto à adoção de  
34   urnas eletrônicas do TRE na última reunião do Conselho Universitário, tendo a iniciativa  
35   pessoal de tentar obter essas urnas através da Justiça Eleitoral de Campinas, mas o Conselho  
36   Universitário entendeu que naquele momento não era época ainda de adotar essa providência.  
37   No dia 17 de outubro, enviou uma solicitação à Comissão Organizadora da Consulta – COC  
38   para que verificasse junto aos órgãos da Universidade, sobretudo o Centro de Computação, a  
39   possibilidade da adoção dessas urnas para a próxima eleição. No dia 29 de outubro, a  
40   professora Silvia, presidente da COC, lhe informou que recebeu a referida solicitação, disse

1 que ela foi registrada, mas, até hoje, nenhuma informação lhe foi enviada. Acha que a COC  
2 deve ainda tornar célere esse processo, no sentido de responder se podem ou não adotar esse  
3 tipo de providência para as próximas eleições. A Conselheira SILVIA FERNANDA DE  
4 MENDONÇA FIGUEIRÔA diz que assume inteira responsabilidade porque teve um  
5 entendimento equivocado da solicitação do professor. Entendeu que se referia a consulta  
6 sobre as urnas e não sobre o sistema. Mas já há marcada uma reunião da COC e tentarão  
7 responder da melhor maneira possível sobre essa situação. A Conselheira SHIRLEI MARIA  
8 RECCO-PIMENTEL observa que o processo para esta eleição já foi decidido pelo Conselho  
9 Universitário. A Conselheira SILVIA FERNANDA DE MENDONÇA FIGUEIRÔA  
10 concorda, mas diz que o professor Geromel consultou a respeito ainda da possibilidade de ser  
11 nesta eleição. Pelo que se recorda, a decisão do Consu foi baseada na impossibilidade de  
12 terem as urnas do TSE emprestadas. O professor Geromel consultou diretamente um juiz  
13 eleitoral que respondeu que seria possível utilizar as urnas e elas poderiam ser auditadas  
14 também. A dúvida que ele trouxe à COC é se ainda há possibilidade operacional. De fato, a  
15 COC ainda não respondeu ao professor Geromel; a Comissão fará essa análise e, se for o  
16 caso, trará o assunto novamente e este Conselho. O Conselheiro JOSÉ CLÁUDIO  
17 GEROMEL agradece a manifestação da professora Silvia. Tratará agora de outro tema que  
18 lhe causa muita preocupação, a respeito de uma matéria publicada no jornal *O Estado de S.*  
19 *Paulo* sobre a adoção de cotas nas universidades públicas paulistas. Não irá manifestar neste  
20 momento sua posição a respeito de cotas, mas entende que esse tema deve ser tratado com  
21 muito cuidado dentro do ambiente acadêmico e científico. Leu que as três universidades  
22 estaduais paulistas fecharam uma proposta a ser apresentada nesta semana ao Governador do  
23 Estado. Solicita que o senhor Reitor se manifeste a respeito disso, pois um tema dessa  
24 magnitude merece ser discutido com a maior liberdade, em toda Universidade, antes que algo  
25 seja proposto ao Governo do Estado. O MAGNÍFICO REITOR diz que, em relação ao  
26 assunto da consulta, a decisão tomada pelo Conselho Universitário foi que a consulta deverá  
27 ser realizada pelo método tradicional, em papel, e a COC, conforme consta da deliberação,  
28 pode propor alteração do calendário. No entanto, o Conselho Universitário sempre pode  
29 sugerir outra forma. A Conselheira SILVIA FERNANDA DE MENDONÇA FIGUEIRÔA  
30 coloca que a sua fala anterior foi sobre a necessidade de responder a uma demanda dirigida à  
31 COC, e assumiu a responsabilidade por não ter apresentado ainda essa resposta. O  
32 Conselheiro ALAN GODOY SOUZA MELLO primeiramente solicita ao Conselho  
33 Universitário que encaminhe na próxima reunião a formação de um grupo de trabalho para  
34 discutir a Lei de Acesso à Informação e a sua implementação na Unicamp, tendo em vista que  
35 ela foi aprovada há um ano e teve seis meses para adaptação. O conselheiro Sylla apontou seis  
36 meses atrás de que isso poderia acarretar prejuízo para o vestibular da Unicamp, então é  
37 necessário rapidez em relação a isso. De acordo com o professor Ricardo Anido, já existe uma  
38 discussão sobre o assunto no Cruesp, então solicita algum esclarecimento a respeito desse  
39 assunto e que na próxima reunião a Procuradoria Geral pudesse fazer uma apresentação sobre  
40 os aspectos gerais dessa Lei, visto que é algo que precisa ser esclarecido e toda Universidade

1 precisa estar preparada para atender às demandas e requisições de informações em até vinte  
2 dias. Reforça também o pedido de informações sobre a discussão de cotas na Unicamp.  
3 Parabeniza toda a Universidade, em especial os alunos de pós-graduação, pelos prêmios  
4 recebidos no *Prêmio Capes de Tese*. Aproveita para solicitar que ele seja utilizado como mais  
5 um argumento para a captação de recursos da Capes para a Unicamp, porque têm notado  
6 ultimamente um esvaziamento desses recursos com o pretexto de que possuem a Fapesp.  
7 Esteve em uma reunião com o secretário executivo do Ministério da Ciência e Tecnologia,  
8 que afirmou que deverá ocorrer um aumento significativo de recursos para o Ministério, pois  
9 houve comprometimento por parte da Presidenta da República em não contingenciar, ao  
10 contrário do que aconteceu este ano e no ano anterior. Gostaria também de convidar a todos  
11 para dois debates que serão realizados pelo Capítulo Estudantil da Computational Intelligence  
12 Society, na Feec, nos dias 4 e 11 de dezembro, às 10h, sobre Inteligência Artificial, abordando  
13 aspectos práticos e filosóficos. Por fim, tendo em vista que a próxima reunião do Conselho  
14 Universitário contemplará somente a Proposta Orçamentária para 2013, coloca que esta é sua  
15 última participação no Consu e aproveita para agradecer a oportunidade, através da qual  
16 cresceu bastante e pôde conhecer melhor a Universidade. Presenciou algumas situações  
17 desagradáveis, que considera incompatíveis com o propósito do Conselho Universitário, mas  
18 o lado positivo realmente foi perceber que, de modo geral, ao contrário do que muitos às  
19 vezes dizem, não existem intenções escusas, de um lado nem de outro, o que existe são  
20 diferentes concepções de universidade, sempre com todos buscando o melhor para a  
21 Unicamp. Considera que viveu uma experiência interessante na tentativa de levar aos alunos  
22 esse conhecimento sobre a organização política da Universidade. O Conselheiro VICENTE  
23 JOSÉ COSTA VALE solicita esclarecimento com relação à questão das distorções salariais  
24 de engenheiros, arquitetos e químicos, cuja solicitação foi protocolada na PRDU e que,  
25 segundo informações obtidas na última reunião do Consu, estava sendo avaliada pela DGRH.  
26 Um segundo questionamento é se está sendo prevista alguma correção nos valores do auxílio-  
27 criação para o próximo ano, haja vista a inflação e tudo o mais. Voltando para as despedidas,  
28 agradece, inicialmente, à Secretaria Geral que conduziu o processo de eleição dos servidores  
29 técnico-administrativos e ao presidente da Comissão Eleitoral, o professor José Teixeira  
30 Filho, da Feagri. Gostaria de agradecer aos funcionários que lhe confiaram os quase  
31 setecentos votos que recebeu. Também agradece à Mesa, na pessoa do senhor Reitor, que  
32 muito acolheu as reivindicações dos servidores da Universidade. Esses últimos quatro anos  
33 foram realmente de aprendizado, mas tudo tem um ciclo, e como funcionário da Unicamp há  
34 26 anos encerrou o seu como representante dos funcionários no Conselho Universitário.  
35 Quatro anos serviram para que tivessem diversas conquistas, como o auxílio educação  
36 especial e a ampliação do auxílio alimentação, por exemplo. E, ao mesmo tempo, teve a  
37 satisfação muito grande de participar de diversos grupos de trabalho, especialmente daquele  
38 que estudou a criação da FCA, e pôde observar como ocorre todo o processo, até chegarem no  
39 momento atual, de criação da congregação, aprovada no último Conselho Universitário. E  
40 também daquele grupo que trabalhou na indicação de sinalização positiva para que a

1 Administração da Unicamp pudesse adquirir aquela gleba anexa à Universidade. Em nenhum  
2 momento teve dúvidas quanto à posição que deveria tomar, porque acredita que a  
3 Universidade deve sempre crescer. Deve um agradecimento muito grande à Unicamp por toda  
4 a trajetória nela vivida. Finalmente, deixa uma reflexão sobre um ponto mencionado pelo  
5 conselheiro Alan, com relação à diversidade e ao respeito aos membros deste Conselho. Cada  
6 um tem o seu papel, a sua importância. Viu ali diversas questões e uma é muito importante e  
7 que não tem relação direta com a sua ação dentro do Consu, mas é uma avaliação do estudo  
8 de graduação da Universidade. Pôde identificar a necessidade de o processo de graduação ser  
9 avaliado e ter uma melhoria continuada, porque isso é a base do futuro da Universidade, que é  
10 nova; acredita que daqui a cem anos, se a Universidade trabalhar nisso, os resultados serão  
11 muito positivos para as gerações futuras. A diversidade é fundamental no crescimento; para  
12 tanto, todos têm de ter condições iguais, independentemente dos resultados que vierem a ser  
13 obtidos. Agradece a todos pela convivência que engrandeceu em muito sua vida profissional e  
14 pessoal. O Conselheiro PAULO SÉRGIO SARAN inicia sua fala parabenizando a professora  
15 Nádia por sua atuação no Conselho Universitário e no IFCH; suas posições corajosas farão  
16 muita falta aqui. É testemunha de uma atuação muito importante da professora quando,  
17 tempos atrás, os alunos do IFCH propuseram uma festa, que foi proibida pela Justiça. Relata  
18 que esteve no local, no momento em que os alunos se reuniram, e presenciou a atuação da  
19 professora que, com muita responsabilidade e serenidade, exerceu sua liderança sobre eles,  
20 contendo a revolta. Também informa que no domingo passado foi realizado o vestibulinho do  
21 Cotil, realizado de forma descentralizada em sete cidades, e houve 4.404 candidatos inscritos  
22 para seiscentas vagas no Cotil e trinta vagas no curso técnico de prótese, da FOP, que pelo  
23 segundo ano consecutivo faz um vestibulinho integrado. A maior procura, mais uma vez, foi  
24 para o curso Técnico em Edificações, com 16,8 candidatos por vaga. O Cotil também obteve  
25 o primeiro lugar no Enem dentre as escolas públicas de Limeira e região. Informa ainda que a  
26 professora Flaviana Fagotti Bonifácio, professora de Língua Portuguesa do Cotil, recebeu este  
27 ano o importante *Troféu Fumagalli*, que é uma premiação na área educacional de Limeira  
28 muito tradicional e respeitada. E, finalmente, registra seu agradecimento profundo e sincero  
29 pela significativa solidariedade que recebeu, pela situação por que passou recentemente na  
30 Universidade, de inúmeros professores, funcionários, diretores, ex-diretores de várias  
31 unidades da Unicamp. Agradece especialmente a manifestação dos professores e funcionários  
32 do Cotil, que fizeram um manifesto à Reitoria com o expressivo número de 97% de assinatura  
33 dos funcionários e 87% de assinatura dos docentes, considerando ainda que alguns dos  
34 docentes estavam afastados naquela oportunidade. Isso demonstra mais uma vez o carinho  
35 que os professores e funcionários do Colégio têm por ele, elegendo-o diretor pela terceira vez  
36 consecutiva. Reitera a expressiva votação que teve na última eleição, de 68 votos de docentes  
37 contra 16, e 23 votos de funcionários contra oito. Não poderia deixar de mencionar esse  
38 agradecimento. Agradece também à professora Nádia, que foi solidária com ele em sua fala  
39 na última reunião do Consu. O Conselheiro SYLLA JOHN LERRO TAVES diz que solicitou  
40 a palavra em nome da equipe do Laboratório de Estudos Avançados em Jornalismo – Labjor e

1 do professor Vogt, para relatar sobre a *Empírika 2012*, a Feira Ibero-Americana de Ciência,  
2 Tecnologia e Inovação. A feira foi criada em 2010, em Salamanca, na Espanha. Trata-se de  
3 um evento bienal e, este ano, a feira foi organizada pelo Labjor e pela *ArtCulando – Arte e*  
4 *Cultura, Educando*, em parceria com a Feira Tecnológica do Centro Paula Souza. Ela foi  
5 realizada de 23 a 27 de outubro em quatro cidades: em Campinas, na Unicamp; em São Paulo,  
6 junto à Feira Tecnológica do Centro Paula Souza; em Vinhedo, em parceria com a Prefeitura  
7 Municipal; e, em Valinhos, no Observatório Abrahão de Moraes, que é mantido pela USP.  
8 Depois, ainda realizaram mais dois finais de semana de atividades, com a apresentação do  
9 grupo *Arte Ciência no Palco – ACP*. Conseguiram a participação de 32 instituições científicas  
10 de seis países ibero-americanos, a visita de mais de 29 mil pessoas, e mais de sessenta mil  
11 acessos ao *site* durante os nove dias de realização do evento. Como não é possível agradecer a  
12 todos pessoalmente, registra agradecimentos a algumas pessoas em especial, sem as quais não  
13 conseguiriam realizar um evento dessa magnitude: a toda a equipe do Labjor, ao professor  
14 Carlos Vogt, ao professor Ezio Penso, diretor da *ArtCulando*, ao professor Daniel Hernández  
15 Ruipérez, reitor da Universidade de Salamanca; ao professor Miguel Ángel Quintanilla,  
16 presidente da Fundação 3CIN; ao professor Marcelo Knobel, pelo apoio da PRG; ao professor  
17 Euclides de Mesquita Neto, pelo apoio da PRPG; ao professor Fernando Ferreira Costa e ao  
18 professor Ricardo de Oliveira Anido, pelo apoio do GR; ao professor Paulo Cesar Montagner,  
19 diretor da Funcamp; ao professor João Frederico da Costa Azevedo Meyer, pelo apoio da  
20 Preac; à professora Ítala Maria Loffredo D’Ottaviano, pelo apoio da Cocen; à professora  
21 Laura Laganá, superintendente do Centro Paula Souza; ao doutor Octacílio Machado Ribeiro,  
22 pelo apoio da PG; e ao BNDES, pelo aporte de recursos, através do patrocínio. Informa que  
23 em 2014 esperam participar da *Empírika* na Cidade do México; em 2016 o evento ocorrerá  
24 em Bogotá, na Colômbia; e, em 2018, retorna à Universidade de Salamanca, para a  
25 comemoração dos oitocentos anos da Universidade. Gostaria, também, de se despedir do  
26 Consu. E, em especial, agradece a algumas pessoas que sempre lhe deram incentivo para  
27 participar: o professor José Roberto Zan; o professor Marcelo Knobel, com o qual teve duas  
28 oportunidades de convivência, uma quando foi funcionário do Museu, durante cinco anos e  
29 agora, no Conselho Universitário; agradece de forma especial o professor Euclides, que em  
30 momentos difíceis que passou este ano lhe deu muito apoio e resolveu mais problemas do que  
31 a própria coordenação da pós-graduação de seu Instituto. O MAGNÍFICO REITOR diz que,  
32 antes de passar a palavra à Mesa, gostaria de prestar uma informação rápida ao acadêmico  
33 Alan e ao professor Geromel a respeito do noticiário dos jornais em relação às cotas. O  
34 Cruesp tem discutido esse assunto há algum tempo, e existe uma comissão formada por  
35 membros das três universidades. Da Unicamp os membros são os professores Marcelo  
36 Knobel, Maurício Urban Kleinke e Renato Pedrosa, que estudam propostas de inclusão social  
37 e como essa questão pode ser ampliada juntamente com a USP e com a Unesp. Ressalta que  
38 esse tipo de discussão ocorre no Cruesp, respeitando, de maneira completa, a autonomia de  
39 cada uma das universidades, no seu âmbito de decisão; portanto, não existe nenhuma proposta  
40 concreta feita por essa comissão. Caso algum dia exista, ela será encaminhada à Unicamp,

1 como ocorre com todas as outras propostas; será encaminhada a cada uma das unidades de  
2 ensino e pesquisa, a cada órgão deliberativo, a cada congregação, para que seja discutida  
3 amplamente em toda comunidade acadêmica e, ao final, no Conselho Universitário. O que foi  
4 veiculado, principalmente em relação ao reitor da Unesp, não corresponde à realidade, nunca  
5 se falou em cotas; o professor Ranali esteve com ele na última reunião do Cruesp, e o que se  
6 discutiu foi a possibilidade de inclusão social, aspectos que podem ser melhorados, ao que  
7 cada universidade faz e sempre com dados muito claros. Portanto, existe uma comissão  
8 estudando propostas. O Conselheiro JOÃO RAIMUNDO MENDONÇA DE SOUZA coloca  
9 que a questão das cotas é uma discussão em que as três universidades paulistas estão, de certa  
10 forma, ilhadas. É um tema que permeia a inclusão social no Brasil e acredita que a maneira  
11 como ela é abordada na Unicamp é extremamente ruim. Concorde com o senhor Reitor que  
12 fazer o debate é importante, mas o que está se discutindo, e não é de hoje, é uma política de  
13 inclusão em que a Universidade não seja uma reserva de mercado para uma minoria, em nome  
14 de um modelo meritocrático. O MAGNÍFICO REITOR diz que a Universidade tem  
15 melhorado os seus índices de inclusão social de maneira significativa e está preocupada com  
16 essa questão. Um exemplo claro disso é a instituição do Programa de Formação  
17 Interdisciplinar Superior – ProfIS; além disso, essa discussão está ocorrendo no Cruesp, quer  
18 dizer, existe nas três universidades sensibilidade a esse problema. Corrobora a preocupação  
19 do professor Geromel e crê que ela é de toda comunidade, pois esse é um assunto  
20 extremamente sério e que deve ser amplamente discutido com toda a comunidade  
21 universitária. Caso isso não exista, a Unicamp discutirá amplamente as suas propostas  
22 isoladamente, mas acredita que o Cruesp terá uma proposta brevemente; e reitera que dessa  
23 decisão participarão todos os docentes, funcionários e alunos. O Conselheiro JOÃO  
24 FREDERICO DA COSTA AZEVEDO MEYER também se despede formalmente da  
25 professora Nádia, do conselheiro Vicente e dos acadêmicos Sylla, Alan e Gustavo. Relata que  
26 foi convidado, pelo conselho de extensão da FEF, para participar de um espetáculo  
27 memorável no Teatro Amil. Ele ocorreu há cerca de duas semanas e foi emocionante.  
28 Também relata que uma equipe treinada na Unicamp, de esgrima em cadeira de rodas, se  
29 classificou em terceiro lugar no Campeonato Brasileiro de Esgrima. Esse grupo de pesquisa,  
30 ensino e extensão assessora a seleção brasileira nos jogos paraolímpicos que, pela primeira  
31 vez, trouxe uma medalha em esgrima em cadeira de rodas para o Brasil, o que é motivo de  
32 muito orgulho. Informa também que no dia 03 de dezembro terá início a VI Bienal da  
33 Sociedade Brasileira de Matemática, na Unicamp, com mais de mil alunos, com palestrantes e  
34 conferencistas de diversos outros países e também com uma homenagem específica ao grande  
35 matemático Henri Poincaré. Na sexta-feira passada, pôde participar da formatura do Curso  
36 Exato, que é um projeto da Preac, tocado voluntariamente pela professora Christiane Neme  
37 Campos, do IC, pela professora Maria José Santos Pompeu Brasil, do IFGW, e pelo professor  
38 Paulo Cesar Muniz de Lacerda Miranda, do IQ. Os alunos de graduação e de pós-graduação  
39 são quem efetivamente ministram as aulas e tocam a organização do curso, e um dos  
40 principais organizadores foi aluno desse Curso Exato, voltado para alunos de escola pública,

1 e, hoje, ele faz Ciência da Computação. No sábado passado, esteve presente na formatura da  
2 Olimpíada de Matemática, já mencionada, e foi uma cerimônia muito bonita. No sábado  
3 também aconteceu a Feira de Artesanato e Cultura, na Estação Guanabara, com a presença de  
4 mais de 250 pessoas, e foi feita uma homenagem muito bonita a um sambista de Campinas já  
5 falecido, chamado Juninho Fortaleza. Registra que, apesar das dificuldades de obras, a sala  
6 multiuso da Estação Guanabara teve seu piso totalmente renovado, permitindo, inclusive, a  
7 continuidade do grupo de dança, também para pessoas que possuem necessidades especiais,  
8 que é o Centro de Dança Integrado. Por último, informa que no dia 03 de dezembro deve ser  
9 disponibilizado o edital de projetos de extensão, e a submissão de projetos estará aberta até o  
10 final de fevereiro. Estão indicando o limite máximo para cada bolsa de R\$11,250 mil,  
11 aplicando um reajuste mais ou menos padrão no valor anterior, e então precisarão do auxílio  
12 dos conselheiros, especialmente dos diretores, para indicarem pareceristas para o grande  
13 número de pedidos que espera que tenham. O Conselheiro ROBERTO RODRIGUES PAES,  
14 referindo-se à fala da conselheira Isabela, informa que a Moradia Estudantil possui um  
15 conselho deliberativo, formado por representantes da PRG, da PRDU e alunos. Observa que  
16 não ocorreu queda de nenhuma casa; houve, sim, problemas, mas à medida que foram sendo  
17 detectados, foram adotadas as medidas e os procedimentos técnicos de engenharia e  
18 administrativos, visando acomodar os alunos envolvidos. Também informa que não tem  
19 conhecimento de nenhum laudo ou informação de engenheiros da Prefeitura com relação a  
20 problemas quanto à manutenção. Outro assunto é que há algum tempo informou que a PRDU,  
21 através da DGA, estava iniciando um processo de aquisição de veículos visando à atualização  
22 da frota da Universidade. Informa agora que esse processo acaba de ser concluído, tendo sido  
23 adquiridos 42 novos veículos que já estão sendo encaminhados às unidades. Esse  
24 procedimento contribui de forma importante para a atualização da frota, conforme planejado  
25 ainda na Administração do professor Paulo. A doutora PATRÍCIA MARIA MORATO  
26 LOPES, respondendo ao conselheiro Vicente sobre a situação de engenheiros, arquitetos,  
27 químicos e veterinários, informa que essa situação hoje está judicializada, uma vez que  
28 interessados ingressaram com processo na Justiça. As sentenças até o momento têm sido  
29 desfavoráveis ao pleito, e os eventuais estudos que a DGRH esteja fazendo são para um pleito  
30 favorável ao que eles estão solicitando, que é a questão do piso salarial. Entretanto, o  
31 Judiciário tem julgado de forma diferente. Portanto, como a questão está na Justiça, ela não  
32 depende mais de uma manifestação administrativa, portanto devem aguardar a posição do  
33 Poder Judiciário. O MAGNÍFICO REITOR, em referência à Lei de Acesso à Informação,  
34 afirma que a Unicamp a está cumprindo. Foi instituída uma comissão responsável e haverá  
35 uma página no portal com todas as informações – a ideia é que nessa página estejam  
36 disponíveis todos os dados da Unicamp, por exemplo, contratos, licitações, funcionários,  
37 tabelas salariais etc. Ela já está disponível em caráter piloto. Todo cidadão pode se informar e  
38 a comissão avalia quais são as respostas sigilosas ou não. A Unicamp está cumprindo a Lei e  
39 está padronizando esse procedimento de acordo com as outras universidades estaduais  
40 paulistas, através do decidido por uma comissão do Cruesp. O Conselheiro ALAN GODOY

1 SOUZA MELLO observa que a questão do acesso à informação envolve outros aspectos, por  
2 exemplo, em que formato ocorrerá a disponibilidade de acesso. Por haver muitos detalhes,  
3 acredita que o assunto merece ser discutido também no Conselho Universitário. O  
4 MAGNÍFICO REITOR diz que o que for preciso será trazido à discussão e tudo o que a Lei  
5 coloca será cumprido. O Conselheiro EUCLIDES DE MESQUITA NETO primeiramente  
6 agradece a participação dos conselheiros Alan e Gustavo, tanto na CCPG quanto no Conselho  
7 Universitário, pois o olhar dos pós-graduandos é muito importante para o processo de  
8 melhoria em várias questões, desde o valor das bolsas, que é algo complicado, e a  
9 Universidade têm apoiado essas reivindicações em todos os níveis. Há algo que gostaria de  
10 comentar a respeito da fala do acadêmico Alan. Uma das coisas de que tem orgulho nesta  
11 Administração é o aprimoramento obtido na relação com a Capes. Pode ser que falem  
12 recursos em muitos níveis na pós-graduação, mas diversas unidades estão com a cobertura  
13 praticamente saturada de bolsas, embora algumas unidades, basicamente na área de Humanas,  
14 tenham mais dificuldade de chegar a esse grau de saturação. Entretanto, gostaria de citar dois  
15 números. Em relação aos recursos recebidos da Capes, desde que coordena a coleta de  
16 resultados, em 2009, ela contribuiu com R\$39,800 milhões para a Unicamp; em 2010,  
17 contribuiu com R\$58,700 milhões, em 2011, com R\$68,700 milhões e deve crescer este ano,  
18 então, foi de R\$40 para R\$70 milhões o investimento da Capes na Universidade. Tinham  
19 1.603 bolsas da Capes em 2008, e têm, sem contar este ano, 2.148, isto é, 545 bolsas a mais,  
20 então há cerca de seiscentas bolsas a mais no Programa de Apoio à Pós-Graduação da Capes.  
21 Ressalta que esses dados estão *on-line* e podem ser rapidamente obtidos no Anuário  
22 Estatístico da Unicamp. Portanto, não procede a observação feita de que faltaram recursos da  
23 Capes, com quem a Unicamp tem mantido uma boa relação. Também agradece o conselheiro  
24 Vicente e particularmente o acadêmico Sylla. Agradece também a professora Nádia, cujo  
25 convívio no Consu mostrou a força da diversidade das opiniões na Universidade, o que é  
26 muito saudável e importante. Deseja à professora sorte em sua vida acadêmica. Em seguida,  
27 menciona o *Prêmio Capes de Tese* deste ano, trazendo uma notícia muito boa. Receberam dez  
28 dos 44 prêmios, sete menções honrosas das 78, tornando a Unicamp a universidade mais  
29 contemplada nesta edição do Prêmio. Isso reflete um esforço da comunidade. Quando essas  
30 teses – que foram defendidas em 2011 – foram iniciadas, ele ainda não estava na  
31 Administração, quer dizer, isso tudo é retrato do esforço da Administração anterior, e houve  
32 um esforço de continuidade para cultivar esse crescimento. Informa que a Universidade foi  
33 contemplada em todas as áreas, sendo a mais premiada a de Humanas, com quatro prêmios:  
34 dois do IFCH, um do IEL e um do IE. Os contemplados são: Leonardo Oliveira Reis e  
35 Ubirajara Ferreira, orientador, na área de Medicina III – FCM; Diego Tresinare dos Santos e  
36 Maria Ângela de A. Meireles, orientadora, na área de Ciência e Tecnologia de Alimentos –  
37 FEA; Sayonara M. Moraes Pinheiro e Gladis Camarini, orientadora, na área de Engenharia I –  
38 FEC; Julia Caram Sfair e Fernando Roberto Martins, orientador, na área de Biodiversidade –  
39 IB; Mariana de A. Barretto Fix e Wilson Cano, orientador, na área de Economia – IE;  
40 Carolina Padilha Fedatto e Suzy Maria Lagazzi, orientadora, na área de Linguística – IEL;

1 Luiz Gustavo Freitas Rossi e Heloísa André Pontes, orientadora, na área de Antropologia –  
2 IFCH; Sergio Hugo Menna e José Carlos Pinto de Oliveira, orientador, na área de Filosofia –  
3 IFCH; Patrick Francisco Führ Dal Bó e Giorgio Basilici, orientador, na área de Geociências –  
4 IG; Frederico Canato Martinho e Brenda Paula F. de A. Gomes, orientadora, na área de  
5 Odontologia – FOP. Os contemplados com as menções honrosas são: Simone Van de Sande  
6 Lee e Lício Augusto Velloso, orientador, na área de Medicina I – FCM; Sidney Aguilar Filho  
7 e Edigenes Aragão Santos, orientador, na área de Educação – FE; Renan Campos Chisté e  
8 Adriana Zerlotti Mercadante, orientadora, na área de Ciência e Tecnologia de Alimentos –  
9 FEA; Davi José Nardy Antunes e Waldir José de Quadros, orientador, na área de Economia –  
10 IE; Leandro Dias de Oliveira e Arlete Moysés Rodrigues, orientadora, na área de Geografia –  
11 IG; Ricardo Miranda Martins e Marco Antonio Teixeira, orientador, na área de Matemática –  
12 Imecc; Carolina Cavalcante Bitu e Ricardo Della Coletta, orientador, na área de Odontologia  
13 – FOP. Congratula a todos. Informa também que no dia 12 será realizada a entrega dos  
14 prêmios, com a escolha dos contemplados do Grande Prêmio Capes de Teses – no ano  
15 passado a Unicamp levou dois dos três prêmios. A Conselheira NÁDIA FARAGE acrescenta  
16 que o IFCH também recebeu dois prêmios da Associação Nacional de Pós-Graduação e  
17 Pesquisa em Ciências Sociais – Anpocs, um pela melhor dissertação de mestrado, da autora  
18 Caroline Gomes Leme, orientada pelo professor doutor Marcelo Siqueira Ridenti, e uma  
19 menção honrosa ao trabalho de Mário Augusto Medeiros, orientado pela professora Élide  
20 Rugai Bastos. Além disso, o autor Felipe Silva foi contemplado com o prêmio de melhor  
21 doutorado do ano de 2012 da Associação Nacional de Pós-Graduação em Filosofia – Anpof,  
22 sob orientação do professor doutor Marcos Severino Nobre. O Conselheiro EUCLIDES DE  
23 MESQUITA NETO agradece a professora e parabeniza o IFCH. Outro ponto que gostaria de  
24 comentar é sobre a Resolução GR-44/12, pela qual foi criado o Programa de Apoio ao  
25 Aumento do Número e Qualificação de Candidatos a Docentes na Unicamp – PACD, que  
26 antigamente tinha o nome de Comissão de Busca. Ele tem a Comissão de Análise e  
27 Acompanhamento – CAA, e solicita aos diretores que ainda não o fizeram, que indiquem um  
28 diretor de cada área para fazer parte dessa Comissão. Outro tema que gostaria de comentar é  
29 sobre a discussão de os programas serem multiunidades e multi-interdisciplinares; a  
30 Universidade terá de promover uma conversa especialmente no que diz respeito ao programa  
31 de Bioenergia. Eventualmente, precisará rediscutir onde o programa será colocado e terão de  
32 debater amplamente a necessidade de ter uma estrutura para abrigar curso de pós-graduação  
33 multiunidades. Vão avançar nessa conversa em outros momentos. O Conselheiro EDGAR  
34 SALVADORI DE DECCA comunica, com pesar, o falecimento de um funcionário técnico  
35 que trabalhou durante alguns anos na Universidade, desde que foi criado o *Espaço da Escrita*,  
36 chamado Felipe, filho do professor Antônio Carlos Boschero, um rapaz jovem que tinha um  
37 problema sério de deficiência renal. Esse rapaz fez um trabalho irrepreensível dentro do  
38 *Espaço da Escrita*, a ponto de no penúltimo dia de vida vir prestar seus serviços. Foi um  
39 exemplo. Ficou muito tocado, infelizmente não estava em Campinas no dia em que ele  
40 faleceu, mas o senhor Reitor esteve presente no velório. É uma perda muito grande e por ser

1   tão jovem ficam ainda mais sensibilizados. Também gostaria de agradecer a participação dos  
2   conselheiros Alan, Gustavo, Sylla e Vicente no Conselho Universitário. E, por último,  
3   agradece à professora Nádia, que é brava, contraria aquelas expectativas mais previsíveis, mas  
4   isso é uma qualidade, pois é benéfico que as pessoas tenham posições e assumam, mediante  
5   quaisquer riscos, porque é nesse ambiente que aprendem. Reconhecer no outro aquilo que não  
6   são é um aprendizado de vida e é isso que vale a pena na experiência profissional. O  
7   MAGNÍFICO REITOR parabeniza a Faculdade de Engenharia de Alimentos, cujo projeto  
8   desenvolvido por professores e aluno com a Associação das Mulheres Agroecológicas –  
9   AMA, do assentamento do Bairro Horto Vergel, em Mogi Morim, está entre os vencedores da  
10   categoria Universidade Solidária, do *Prêmio Santander 2012*. Congratula os professores  
11   Celso Costa Lopes, Priscila Efraim, Nilo Sabbião Rodrigues e o pós-doutorando Alexandre  
12   Monteiro Souza. A seguir, propõe o encaminhamento de votos de pesar ao professor Antônio  
13   Carlos Boschero e toda sua família, bem como à família do ex-aluno e também ex-atleta  
14   Nelson Prudêncio, especialista em salto triplo e medalhista olímpico, que faleceu no dia 23 de  
15   novembro. Ele fez o doutorado na Faculdade de Educação Física, orientado pelo professor  
16   Paulo Roberto de Oliveira. Na sequência, em seu nome e de todo Conselho Universitário,  
17   agradece a colaboração dos conselheiros que se despedem, os acadêmicos Sylla, Alan e  
18   Gustavo, que participaram de maneira muito importante durante todo esse período; do senhor  
19   Vicente, que teve participação em numerosas comissões e representou muito bem os  
20   servidores da Unicamp. Agradece também a participação da professora Nádia; acredita que a  
21   Universidade é o local onde visões diferentes existem e é assim que deve ser mesmo, ou seja,  
22   as discussões devem ser francas, acaloradas e decididas pela maioria. A Unicamp é  
23   reconhecida no contexto das universidades do Brasil, da América Latina e do mundo como  
24   uma universidade importante por ter essa diversidade de perfil entre os seus docentes, alunos  
25   e servidores. Agradece em nome pessoal e em nome da Reitoria a contribuição fornecida pela  
26   professora ao Conselho Universitário e a outras comissões. A professora, sem dúvida, foi e  
27   será sempre muito importante para a Universidade. Também cumprimenta o Labjor, o  
28   acadêmico Sylla e o professor Vogt pela *Empírika*, importante evento internacional de que a  
29   Unicamp fez parte. O Conselheiro SYLLA JOHN LERRO TAVES informa que até 2014  
30   estarão desenvolvendo um projeto que faz parte da *Empírika*, a “Polis Empírika”, uma  
31   “Cidade Virtual do Conhecimento”: já existe uma parte disponibilizada e estão atualizando os  
32   conteúdos diariamente no *site* [www.empirika.org](http://www.empirika.org). O MAGNÍFICO REITOR parabeniza, por  
33   fim, o Cotuca e o Cofil pelo desempenho no Enem. Esses colégios sempre estão elevando o  
34   nome da Unicamp. Nada mais havendo a tratar, declara encerrada a Sessão e, para constar, eu,  
35   Lêda Santos Ramos Fernandes, Secretária Geral, lavrei a presente Ata e solicitei a Cláudia  
36   Masliaev que a digitasse para ser submetida à aprovação do Conselho Universitário.  
37   Campinas, 27 de novembro de 2012.

**NOTA DA SG:** A presente Ata foi aprovada na **131ª SESSÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO UNIVERSITÁRIO**, realizada em 26 de março de 2013, com as seguintes alterações:

- fls. 593, linhas 38, onde constou: proposta, para suscitar reflexões, constar: proposta, mas para suscitar reflexões.

- fls. 594, linhas 4, onde constou: atender as demandas, constar: atender às demandas.

- fls. 643, linhas 27, onde constou: diz que se inscreveu, constar: diz que não se inscreveu.

- fls. 643, linhas 30-31, onde constou: Conhece sua obra e mantém uma relação de cordialidade com o seu orientador, o professor Wilson Cano, constar: Sua relação com o orientador, professor Wilson Cano, resume-se a conhecer sua obra e manter a cordialidade, não havendo maiores interesses.

- fls. 644, linhas 1, onde constou: se a Capes ou se a CPDI, que talvez devesse refletir, constar: a Capes ou a CPDI? Esta talvez devesse refletir.

- fls. 644, linhas 2, onde constou: um perfil aquém para um docente, constar: um perfil aquém do desejado para um docente.

- fls. 646, linhas 5, onde constou: Entendeu que se referia a consulta, constar: Entendeu que se referia à consulta.

- fls. 646, linhas 16, onde constou: trará o assunto novamente e este Conselho, constar: trará o assunto novamente a este Conselho.